Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós Graduação em História Social

MARIA JÚLIA MANÃO PIRES NEVES

**O Peru lê o Brasil: o mundo luso-americano na imprensa e na
política peruana 1808-1822**

Versão Corrigida

São Paulo

2014

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós Graduação em História Social

MARIA JÚLIA MANÃO PIRES NEVES

**O Peru lê o Brasil: o mundo luso-americano na imprensa e na
política peruana 1808-1822**

De acordo.

Versão Corrigida

São Paulo

2014

MARIA JÚLIA MANÃO PIRES NEVES

**O Peru lê o Brasil: o mundo luso-americano na imprensa e na
política peruana (1808-1822)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, realizada sob orientação do
Prof. Dr. João Paulo G. Pimenta para obtenção do Título
de Mestre em História.

Versão Corrigida

São Paulo

2014

Aos meus pais, a quem devo tudo o que sou.

Ariam, companheiro nesta e noutras estradas da vida.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) durante dois anos e por um período de dois meses recebeu apoio da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior, concedida pela mesma instituição.

O Estágio de pesquisa foi realizado em duas visitas à Lima, totalizando 3 meses de investigação, durante os quais fui cordialmente recebida por pesquisadores peruanos aos quais sou muito grata: Carlos Contreras, Claudia Rosas Lauro e, em especial, Scarlett O'Phelan Godoy, que carinhosamente me auxiliou durante minhas viagens a Lima e me proporcionou o frutífero contato com outros pesquisadores. Agradeço também ao diretor da Biblioteca Nacional del Perú, Ramón Mujica e aos funcionários da Hemeroteca da Biblioteca Nacional del Perú, em especial a Manolo Ramos Zegara, quem permitiu meu acesso à hemeroteca mesmo durante um inventário, o que foi imprescindível para a conclusão da leitura das fontes. No Instituto Riva-Agüero, agradeço ao diretor José de la Puente Brunke, que proporcionou-me um encontro com os pesquisadores do Grupo Bicentenário/PUCP, uma oportunidade valiosa de debater o meu trabalho. Também no Archivo Nacional del Perú e no Archivo Historico de Límites sou grata aos funcionários que me ajudaram a aproveitar da melhor maneira o tempo dedicado ao levantamento de fontes.

As críticas e sugestões ao trabalho apresentadas por Víctor Peralta Ruiz e Cecília Helena de Salles Oliveira na realização do exame de qualificação foram muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Os agradeço pela generosa contribuição.

Agradeço aos colegas do grupo de orientandos do Prof. Dr. João Paulo Pimenta pelas sugestões e críticas ao meu trabalho. Recordarei sempre com carinho das nossas conversas sobre as desventuras da vida dedicada à pesquisa. Agradeço a Cristiane Camacho dos Santos, Ana Cláudia Fernandes, Jaqueline Lourenço, Camilla Farah, Edú Levati, Oscar Castro, Rafael Fanni e Carlos Bastos, a quem agradeço especialmente pela ajuda no planejamento de minha viagem de pesquisa ao Peru.

Sou imensamente grata ao meu orientador, João Paulo Pimenta, por acreditar em minha pesquisa anos atrás, quando iniciamos um trabalho ainda na graduação. Agradeço pelo verdadeiro trabalho de orientação realizado durante todos esses anos de caminhada na pesquisa, em especial, agradeço pelo apoio tão fundamental na etapa final do mestrado.

Agradeço a todos os amigos, que de diversas formas me apoiaram nesses anos dedicados ao estudo. Àqueles que conheço desde a infância e que me acompanharam neste crescimento pessoal e profissional, que compreenderam minha ausência, mas também exigiram minha presença, quando era isso que eu mais precisava; às amizades que fiz durante a graduação em História e que renovaram, por diversas vezes, a paixão pelo ofício de historiadora, apesar das inúmeras dificuldades que encontramos. Sou muito grata também aos novos amigos, que fizeram da minha viagem de pesquisa ao Peru uma experiência de vida valorosa, como pesquisadora e também no âmbito pessoal, sintam-se responsáveis por essa pontinha de saudades que sempre sentirei do Peru.

Não há como expressar a gratidão pelo apoio da minha família nos anos dedicados à pesquisa e sobretudo, por acreditarem nos meus sonhos e compartilharem deles. Agradeço a minha mãe, Lisabete, meu porto seguro e minha inspiração; ao meu pai, César, que plantou em mim a curiosidade, a vontade de saber o porquê, aqui está

um fruto; ao meu irmão, Lauro, um exemplo de dedicação, espero que finalmente descubra porque eu perdi tantas tardes ensolaradas. Agradeço também às minhas avós, presença doce em todos os momentos da minha vida.

Agradeço ao Ariam, companheiro de histórias: na vida e na profissão. Obrigada pela dedicação e apoio e por me fazer constantemente em um mundo melhor.

RESUMO

Tomando como ponto de partida a inserção dos processos de independência luso e hispano-americanos como parte de uma mesma conjuntura revolucionária mundial, a presente pesquisa aborda as trocas de experiências políticas entre o Vice-Reino do Peru e a América Portuguesa no contexto mencionado. Investiga-se a leitura do mundo luso-americano na imprensa e na política hispano-peruana entre os anos de 1808 e 1822, aventando a possibilidade de que o compartilhamento de experiências políticas entre o Vice-Reino do Peru e a América portuguesa possa ter influenciado as percepções, os projetos e as reações desses espaços diante da crise do Antigo Regime na América.

Palavras-chave: Brasil; Vice-Reino do Peru; imprensa; independência; século XIX.

ABSTRACT

The present research approaches the exchanges of political experiences between the Vice-Reign of Peru and the Portuguese America during their independence processes, starting from the assumption that they were part of the same world revolutionary conjuncture. The Vice-Reign of Peru and the Portuguese America are seen in relation to their reciprocal determination in this context, focusing on the reading of the Luso-American world in the Peruvian press and politics between 1808 and 1822. It seeks to understand how the sharing of experiences between the Vice-Reign of Peru and the Portuguese America influenced the perceptions, the projections, and the reactions of these spaces towards the crisis of the Ancient Regimen in the Portuguese America.

Key-words: Brazil; Vice-Reign of Peru; press; independence; XIX century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 CAPÍTULO 1	
A abertura da crise na Europa e na América (1808-1810)	27
 CAPÍTULO 2	
Da abertura das Cortes à derrota de Napoleão (1810-1814)	64
 CAPÍTULO 3	
Do aprofundamento da crise às independências (1814-1822)	82
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
 ANEXOS	124
 REFERÊNCIAS	127

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, os processos de independência da América ibérica, ocorridos no início do século XIX, foram tratados dando-se ênfase aos resultados distintos de cada parte; isto é, do ponto de vista dos Estados nacionais deles resultantes. Na historiografia uma clivagem básica frequentemente se apresentou: de um lado o Brasil, com a suposta preservação da integridade territorial da antiga América portuguesa, a manutenção do governo monárquico e da escravidão; de outro, a América hispânica, caracterizada por uma desagregação territorial, da qual teria resultado o surgimento de diversos países e a adoção do republicanismo como forma de governo.

Já nas primeiras abordagens historiográficas acerca da independência do Brasil, escritas no próprio século XIX, essa distinção foi destacada e interpretada como evidência de uma pretensa superioridade do caso brasileiro em relação aos demais, por conta de sua transição política aparentemente pacífica.¹ Ganhando diversas nuances e usos ao longo do tempo, essa distinção permaneceu arraigada na historiografia sobre o tema. Interpretações nesse sentido tomaram os processos de independência luso e hispano-americano em separado e como profundamente diversos entre si.²

A peculiaridade da solução política encontrada para a independência do Brasil – a permanência da monarquia sob a dinastia Bragança – suscitou um dos debates mais

¹ No século XIX, a argumentação da superioridade brasileira tendo por base esta abordagem foi realizada de maneira exemplar por Francisco A. de VARNHAGEN. *História geral do Brasil*. 10 ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1981. Outras importantes interpretações que enfatizariam as diferenças entre as independências do Brasil e da América hispânica seriam as de Oliveira LIMA. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 3. Ed., 1996; J. P. Calógeras. *Formação histórica do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009; Caio Prado Jr. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21ª ed, São Paulo: Brasiliense, 2007; Raimundo Faoro. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. rev. São Paulo: Globo, 2009 e Sérgio Buarque de HOLANDA. “A herança colonial: sua desagregação”. *História Geral da Civilização Brasileira*, vol 3. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, para mencionarmos apenas algumas clássicas.

² Um balanço da historiografia brasileira a respeito da independência foi elaborada por Wilma P. COSTA. “A Independência na historiografia brasileira”. In: Istvan JANCÓS (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

fundamentais para a historiografia brasileira. De acordo com Wilma Peres Costa, a questão fulcral para uma linhagem de historiadores que se debruçaram sobre a construção do Estado e da nação brasileiros foi a das permanências/rupturas em relação ao passado colonial. Costa reconhece que o resultado da Independência do Brasil revelou-se de difícil compreensão para os estudiosos do tema e muitas abordagens acabaram por reforçar as continuidades entre o passado colonial e a formação do Estado Nacional, por vezes diminuindo o caráter revolucionário da Independência. Entretanto, sob as aparentes continuidades encontram-se importantes rupturas: mesmo em se tratando de elementos de continuidade supostamente mais evidentes como, por exemplo, a manutenção do governo monárquico, tratava-se, na realidade, de uma entidade política distinta da anterior, uma vez que se convertera em monarquia constitucional.³

Às interpretações historiográficas mais recentes sobre a Independência do Brasil coube, portanto, enfrentar duas questões, entre tantas outras que poderiam ser enumeradas: a da compreensão das supostas continuidades como um objeto de análise e interpretação, evitando abordá-las como um pressuposto; e a da desconstrução do raciocínio teleológico, segundo o qual a Independência seria decorrência natural do processo de colonização. Ao revisar tais pressupostos de análise, os pesquisadores abriram sendas como a da investigação do papel que exerceram as novas formas de sociabilidade surgidas em finais do século XVIII e maturadas em meio (e ao mesmo tempo como consequência delas) às feições específicas que a crise do Antigo Regime adquiriu na América portuguesa, levantando pontos fundamentais no estudo da cultura política gestada à época da Independência e posterior formação do Estado Nacional. Pesquisas recentes já parecem utilizar essas preocupações como ponto de partida, além

³ W. COSTA. “A Independência na historiografia brasileira”. Cit., p. 55.

de avançarem na compreensão do movimento como parte de uma conjuntura internacional, concebendo a América ibérica das independências como pertencente a uma mesma unidade histórica.⁴

Esta pesquisa propõe uma abordagem semelhante: defende-se o tratamento dos processos de independência ibero-americanos como parte de uma mesma conjuntura; além disso, pressupõe a necessidade de se analisar matizes pouco conhecidas dessa conjuntura, isto é, relações recíprocas – algumas intensas e fundamentais – que aproximaram seus diferentes quadrantes, desencorajando, portanto, análises segmentadas ou isoladas dentro deste espaço.⁵

Em se tratando do período da crise do Antigo Regime, é indispensável compreender que as áreas espanholas e portuguesas da América foram organizadas durante mais de três séculos sob a égide de monarquias católicas. Desde o início da colonização, houve um forte empenho em estabelecer na América diversos mecanismos de reprodução – e também de adaptação – dos valores monárquicos europeus, como forma de legitimação e manutenção do poder no Ultramar. Nas palavras de Marco

⁴ Esforços preliminares neste sentido foram realizados por: José RIBEIRO JR. O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. In: C. G. MOTA (org.) *Brasil em perspectiva*. 19ªed. Rio de Janeiro, Bertrand, 1990; Nelson W. SODRÉ. *As razões da independência*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. Elaboraões mais recentes do tema aparecem em: Túlio HALPERÍN DONGHI. *Historia da América Latina 3. Reforma y disolución de los Imperios Ibéricos, 1750-1850*. Madrid: Alianza, 1985; I. JANCSÓ. A Construção dos Estados Nacionais na América Latina. Apontamentos para o estudo do Império como Projeto. In: José R. do A. Lapa e T. Szmrecsányi. (org.) *História Econômica da Independência do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996; João Paulo PIMENTA. *O Brasil e a América Espanhola, 1808-1822*, São Paulo: FFLCH-USP, 2003; Jeremy ADELMAN – *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton & Oxford, Princeton University Press, 2006; Stefan H. RINKE. *Las revoluciones en América Latina: las vías a la independencia, 1760-1830*. México, D.F.: El Colegio de México, 2011.

⁵ São exemplos dessa abordagem: João Paulo PIMENTA. *O Brasil e a América Espanhola, 1808-1822*, São Paulo: FFLCH-USP, 2003; J. P. PIMENTA. “La política hispanoamericana y la crisis del Imperio português: vocabulario político y coyuntura.” Em: *Brasil y las independencias de Hispanoamérica*. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, 2007; João Paulo PIMENTA. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c. 1780 – c. 1830)*. Tese de livre docência, São Paulo, FFLCH/USP, 2012; Camilla Farah Ferreira ALVES. *Na América dos impérios: a leitura do Brasil pela imprensa periódica da Nova Espanha no contexto das independências (1808-1822)*. Relatório para exame de qualificação, São Paulo, FFLCH/USP, 2013; Carlos A. C. BASTOS. *No limiar dos impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2013; Ana Claudia FERNANDES. *Revolução em pauta: o debate Correo del Orinoco – Correio Braziliense (1817-1820)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.

Antonio Landavazo, o rei da Espanha era o “portador del capital simbólico de la monarquía”⁶ e, por isso, deveria se fazer presente em todas as partes do Império, seja na península, seja na América. As festas régias, por exemplo, eram uma forma do rei se fazer simbolicamente presente com todo seu virtuosismo e poder e assim garantir a adesão popular ao imaginário da monarquia, ainda que estivesse distante. Nessa construção os vice-reis tinham papel fundamental, e eram recebidos na América com grandes festas nas cerimônias públicas. Nas palavras de Elliot: “el virrey iba a ser en la práctica el alter ego de un soberano por fuerza absentista y el vivo reflejo de la realeza en un país distante.”⁷ A comunicação entre metrópole e domínios coloniais era uma das questões fundamentais para as monarquias ibéricas, e se revelaria ainda mais desafiadora em momentos de crise como o início do século XIX.⁸

O rei da Espanha representava não só a fusão de todas as partes do Império, mas também a “atemporalidade” da monarquia, através de sua linhagem. Esse princípio foi apropriado também no Vice-Reino do Peru, onde ao longo dos séculos XVII e XVIII foram sendo elaboradas imagens que reuniam, em uma só linhagem, os imperadores incas e os reis espanhóis, como uma forma de associar ao passado indígena os valores e o imaginário monárquico defendidos pela Espanha.⁹ Portanto, quando das crises

⁶ Marco Antonio LANDAVAZO. *La mascara de Fernando VII. Discurso e imaginarios monárquicos en una época de crisis. Nueva España (1808-1822)*. México: El Colegio de México, Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, El Colegio de Michoacán, 2001, p. 27.

⁷ J. ELLIOTT. “Rey y Patria en el Mundo Hispánico”. In: Victor MÍNGUEZ y Manuel CHUST (eds.). *El Imperio Sublevado. Monarquía y Naciones en España e Hispanoamérica*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004, p.25.

⁸ Ver também: John H. ELLIOTT. *Imperios del Mundo Atlántico. España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Madrid: Taurus, 2006. p. 200; Especificamente sobre o Peru: Karine PÉRRISTAT. *Lima fête ses rois (XVIe.-XVIIIe. Siècles): hispanité et américanité dans les cérémonies royales*. Paris: L’Harmattan, 2002.

⁹ As primeiras imagens da linhagem dos imperadores incas enviadas à Espanha datam do século XVI. “*Efigies de los emperadores incas y de sus sucesores los reyes de España*” é de autoria desconhecida e data aproximadamente de 1750. Depois das rebeliões indígenas da década de 1780 foram proibidas quaisquer representações dos antigos imperadores incas. Alfonso R. GUTIÉRREZ de CEBALLOS. “Las series icónicas pintadas de los emperadores Incas en el siglo XVIII y su continuidad en la Monarquía hispánica.” In: MÍNGUEZ (eds.). *Visiones de la monarquía hispánica*. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, D.I., 2007. p. 176-186.

imperiais, seja nas contestações de fins do XVIII, seja nos processos de independência, seria muito difícil desvencilhar-se dos valores agregados a essa tradição monárquica.

O Vice-Reino do Peru ocupou por muito tempo posição de grande importância no mundo colonial espanhol, tanto do ponto de vista econômico, baseado, sobretudo, na exploração da prata das minas de Potosí, como do ponto de vista da lealdade política de sua numerosa aristocracia. Lima era a sede da alta burocracia do Vice-Reino e também dessa aristocracia. De acordo com Flores Galindo, a "capital de los virreyes" contava com a elite mais numerosa e importante da América espanhola, onde, durante o período colonial, foram outorgados 411 títulos nobreza, seguidos de longe pelos 234 outorgados em Cuba e Santo Domingo.

Lima contava com uma população de cerca de 64 mil habitantes no início do século XIX, dos quais cerca de 28% eram espanhóis peninsulares e *criollos*, grupo que representava apenas 12% do total da população do Vice-Reino, indicando, portanto, a concentração dos espanhóis na costa.¹⁰ Por outro lado, os índios constituíam mais da metade da população do Vice-Reino do Peru, enquanto os mestiços eram pouco mais de 20%. Esta composição social conferia uma preocupação constante às elites, sobretudo após as rebeliões indígenas da década de 1780.

As reformas empreendidas pela Espanha em finais do século XVIII subtraíram do domínio do Vice-Reino as importantes minas de Potosí, incorporadas ao então recém-criado (1776) Vice-Reino do Rio da Prata. A liberdade de comércio e a crescente importância dos portos do Atlântico no comércio com a metrópole acabaram por prejudicar os comerciantes monopolistas de Lima, ainda que a prata continuasse a ser

¹⁰ Alberto FLORES GALINDO. *Aristocracia y plebe. Lima, 1760-1830: estructura de clases y sociedad colonial*. Lima, Mosca Azul, 1984; Também A. MARTÍNEZ y M. CHUST (Eds.) *Una independencia, muchos caminos. El caso de Bolivia (1808-1820)*. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, 2008. p.49 e segs.

representativa para a economia de toda a América espanhola.¹¹ A respeito do impacto dessa reformulação, Scarlett O'Phelan afirma que "el Virreinato del Perú que encontró José Fernando de Abascal a su llegada, en 1806, era un espacio mutilado".¹²

Desde meados do XVIII, as monarquias ibéricas já buscavam reverter sua posição desfavorável dentro do cenário europeu e, inspiradas pelas ideias ilustradas, empreenderam reformas político-administrativas que resultaram em fomento à produção, diversificação e exportação dos gêneros coloniais, recrudescimento dos sistemas de tributação e modificações político-administrativas tanto em áreas peninsulares como americanas. Várias destas medidas aumentaram as tensões nas colônias e se mostraram insuficientes para reverter a delicada situação dos impérios ibéricos na Europa.¹³

Na América Portuguesa esse período foi marcado por duas manifestações relacionadas, em alguma medida, a mudanças impostas pelas reformas ilustradas: a Inconfidência Mineira, que começou a ser planejada em 1788 e foi desmantelada no ano seguinte, e a Conjuração Baiana, de 1798.¹⁴ No mesmo período, manifestações de

¹¹ Christine HÜNEFELDT. "Trasfondo socioeconómico: un análisis sobre los albores de la independencia y las particularidades económicas y sociales andinas de finales de XVIII y principios de XIX." In: Enrique AYALA MORA (coord.) *Historia de América Andina*. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar, 2003. p. 30-34; Alberto FLORES G. "La Crisis de la Independencia: El Perú y Latinoamérica". In: A. FLORES G. (comp.). *Independencia y Revolución*. Cit. p. 7-16; Alfonso QUIROZ. "Estructura Económica y Desarrollos Regionales de la Clase Dominante, 1821-1850." In: FLORES G. (comp.). *Independencia y Revolución*. cit. Tomo 2. p. 201-205.

¹² Scarlett O'PHELAN. "El Perú de Abascal: entre la Constitución de Cádiz, la Lima fidelista y la reformulación del espacio virreinal". Em: M. CHUST e I. FRASQUET (eds.) *La patria no se hizo sola. Las revoluciones de las independencias iberoamericanas*. Madrid: Sílex ediciones, 2012. p.215.

¹³ T. HALPERÍN. *Historia da América Latina 3. Reforma y disolución de los Imperios Ibéricos , 1750-1850*. Madrid: Alianza, 1985.; Miguel ARTOLA. *La Burguesía Revolucionaria (1808-1874)*. Madrid: Alianza Editorial, 1980, 7ª ed.; Fernando A. NOVAIS. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 4ªed., São Paulo: Hucitec, 1986; François-Xavier GUERRA. *Modernidad e Independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: MAPFRE, FCE, 2000; Fedrica MORELLI. "La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América". Nuevo Mundo, Mundos Nuevos (on-line), 2008. Acesso em: <http://nuevomundo.revues.org/index32942.html>; Sobre o impacto da perda dos domínios coloniais nos anos finais do Antigo Regime espanhol ver: Josep FONTANA. "La crisis colonial en la crisis del Antiguo Régimen español". In: A. FLORES G. (comp.). *Independencia y Revolución 1780-1840*. Tomo 1. Lima: Instituto Nacional de Cultura, 1987.

¹⁴ Í. JANCSÓ. "A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII". In: F. NOVAIS (dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, V.I; Kenneth

descontentamento, que de muitas maneiras se relacionam com as Reformas Bourbônicas, eclodiram na América espanhola, como a Revolta dos *Comuneros*, em 1781, em Nova Granada, e as rebeliões de Tupac Amaru e Tupac Catari, no Vice-Reino do Peru, entre 1780 e 1783.¹⁵ Estes movimentos são muito diferentes entre si quanto às suas motivações imediatas, a origem social dos envolvidos e a violência empregada pelos manifestantes e pelas autoridades encarregadas da repressão; entretanto, todos revelam uma mesma crise enfrentada pelas monarquias ibéricas, e são permeados por valores tradicionais, por isso não levaram à derrubada da ordem monárquica naquele momento.

A rebelião de Tupac Amaru é até hoje alvo de intensos debates historiográficos, inclusive no tocante a sua relação com o posterior processo de independência, sendo um dos temas mais discutidos pela historiografia peruana.¹⁶ Para os propósitos desta pesquisa, mais do que o evento em si, interessa considerar a repercussão do movimento na dinâmica política e social do Vice-Reino nos anos seguintes, especialmente durante o processo de independência. O temor de uma nova rebelião indígena tornou-se questão fundamental no Peru, sendo elemento que ajuda a entender a persistência do forte realismo na região e também algumas das vicissitudes da subsequente formação do Estado e da nação peruanos.¹⁷

MAXWELL, *A Devassa da Devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Estudos Brasileiros, v. 22); João P. FURTADO. *O Manto da Penélope: História, Mito e Memória da Inconfidência Mineira, 1788-1789*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁵ T. HALPERIN. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 37-50; C. WALKER. *Smoldering Ashes. Cuzco and the creation of republican Peru 1780-1840*. Durham: Duke University Press, 1999, p. 12-15. O'PHÉLAN G. *La gran rebelión en los Andes: de Túpac Amaru a Túpac Catari*. Cuzco: CBC, 1995.

¹⁶ WALKER, *Smoldering Ashes*. Cit. p. 16-54. Também discutem este tema: John LYNCH. *Las Revoluciones Hispanoamericanas, 1808-1826*. Barcelona: Ariel, 1985; Scarlett O'PHÉLAN GODOY. "El mito de la 'independencia concedida': los programas políticos del siglo XVIII y del temprano XIX en el Alto Perú (1730-1814). In: FLORES G. *Independencia y revolución*, Tomo 2. cit. Para um esboço crítico da historiografia peruana da independência, vide: Carlos CONTRERAS. "La independencia del Perú. Balance de la historiografía contemporánea". In: CHUST y SERRANO. (Eds.) *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid: Iberoamericana, 2007.

¹⁷ WALKER. *Smoldering Ashes*. Cit. e T. HALPERIN. *História da América Latina*. Cit.

Os movimentos de contestação luso e hispano-americanos de finais do século XVIII se constituíram em espectros a pairar sobre a cabeça das elites que, anos depois, teriam papel ativo e dirigente nos respectivos processos de independência. Quando foram debelados pelas autoridades realistas da época, o foram por meio de punições rigorosas, públicas e violentas a alguns de seus principais implicados, como nos casos de Tiradentes, Tupac Amaru e dos quatro “inconfidentes” da Bahia, igualmente supliciados; revelando o medo de tais autoridades de que outros súditos seguissem tais exemplos. Já nas primeiras décadas do século XIX, em meio a ambientes sociais instáveis e cada vez mais politizados, o medo dos que se empenhavam na manutenção da ordem tradicional seria de que aquela história recente oferecesse heróis inspiradores para manifestações ainda mais radicais, o que era favorecido pela conjuntura revolucionária mundial.¹⁸

Ainda que as reformas borbônicas tenham sofrido questionamentos e suscitado descontentamentos entre diversos setores da sociedade hispano-peruana, inclusive por conta do prejuízo de alguns dos interesses da elite espanhola, não foram capazes – nem isso almejavam – de abalar a identidade monárquica, que coexistiu com diversas outras identidades. Os hispano-peruanos mantiveram e até mesmo fortaleceram sua identidade como reino, e assim atuaram durante boa parte da crise da monarquia espanhola, quando mantiveram seu fidelismo político, configurando-se como bastião da legalidade na América.¹⁹

Assim, ambientes ilustrados do mundo atlântico, inclusive coloniais, tiveram à sua disposição “un acervo de nuevas referencias – ideas, imaginarios, símbolos, experiencias constitucionales – que podrán utilizar, a veces de manera diferente o

¹⁸ J. P. PIMENTA. *O Brasil e a América Espanhola*. Cit., p. 19.

¹⁹ Víctor PERALTA RUIZ. *La independencia y la cultura política peruana (1808-1821)*. IEP-Instituto de Estudios Peruanos: Lima, 2010. P.111-112.

combinarlas con otras aportaciones”²⁰. Esses novos referenciais seriam mobilizados diante da crise instaurada em Portugal e na Espanha a partir de 1807 e 1808, desencadeando reações variadas em cada uma das monarquias ibéricas e, consequentemente, em suas respectivas colônias. François-Xavier Guerra demonstra que a apropriação desses novos referenciais disponíveis resultaram na persistência de um forte tradicionalismo no imaginário social e nas referências políticas do mundo hispânico.²¹ A trajetória do Vice-Reino do Peru durante as guerras de independência foi, nesse sentido, interpretada por muitos historiadores como exemplar da força do discurso legitimista, por tratar-se do último bastião do realismo espanhol a cair na América do sul.

A historiografia peruana, posteriormente, seria marcada por um intenso debate que abarcava as causas da persistente fidelidade do Peru à Espanha e as formas pelas quais a independência ali se processou. Esse debate pode ser sintetizado em torno da questão: teria sido a independência *concedida*, ou seja, imposta pelo exército libertador liderado por San Martín; ou teria sido o resultado de uma conjugação de forças *populares*, isto é, grupos de indígenas e seus descendentes?²² A esse respeito, o trabalho de Scarlett O'Phelan Godoy pode ser considerado um dos pontos de inflexão, ao elaborar uma crítica consistente ao *mito da independência concedida*, buscando a compreensão da particularidade do arranjo social do Vice-Reino do Peru e da atuação de diversos grupos diante da crise do Antigo Regime na América.²³ Mais recentemente,

²⁰ F-Xavier GUERRA. *Modernidad e Independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: MAPFRE, FCE, 2000. Cit. P.35

²¹ Idem. “Imaginários e valores de 1808”. Cit. p.149-175.

²² Balanços a respeito da historiografia da independência do Peru podem ser vistos em: Gustavo Montoya. "Narrativas históricas en conflicto". Em: *La Independencia del Perú y el Fantasma de la Revolución*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2002.; Carlos Contreras. "La independencia del Perú. Balance de la historiografía contemporánea". In: CHUST y SERRANO. (Eds.) *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid: Iberoamericana, 2007.

²³ Scarlett O'PHELAN. "El mito de la 'independencia concedida': los programas políticos del siglo XVIII y del temprano XIX en el Alto Perú (1730-1814). Em: FLORES G. *Independencia y Revolución 1780-1840*. Tomo 2. Lima: Instituto Nacional de Cultura, 1987.

a historiografia peruana ou sobre o Peru tem contribuído com estudos a respeito de culturas políticas locais nos anos da luta pela (e contra) a independência, trazendo à tona a diversidade de opiniões que circulavam no Vice-Reino, sobretudo na capital, e a variedade de atores sociais envolvidos naquele processo.²⁴

É interessante notar que de forma semelhante ao que ocorreu com a historiografia da independência do Brasil, também no Peru certo movimento revisionista sublinhou o caráter revolucionário da independência. Desse modo, é significativo que, tanto em uma quanto em outra historiografia, tenha havido e ainda haja uma tradicional ênfase no caráter “conservador” de suas respectivas independências, como se estas tivessem sido exceções no panorama geral ibero-americano; e fazem-no sem atentar para o caso semelhante que um país oferece ao outro. Por isso, seus revisionismos historiográficos tiveram – e tem até hoje – que se empenhar em demonstrar que, a despeito de tal conservadorismo, ambas as independências foram revolucionárias.²⁵ Por que tais historiografias não dialogam entre si, ou fazem-no muito pouco? Por que Brasil e Peru continuam sendo interpretados pela ótica de tradições cuja história mostra justamente não serem seus objetos primordiais tão singulares assim?

Notícias sobre o Brasil chegavam ao Peru (e vice-versa) levadas por pessoas que faziam rotas marítimas e terrestres, por meio de jornais, testemunhas oculares de acontecimentos, ou receptores e difusores de informações e boatos. No entanto, até o

²⁴ Víctor PERALTA RUIZ. *La independencia y la cultura política peruana (1808-1821)*. IEP-Instituto de Estudios Peruanos: Lima, 2010; Claudia ROSAS LAURO. *Del trono a la guillotina. El impacto de la Revolución Francesa en el Perú (1789-1808)*. Lima: IFEA, Embajada de Francia, Pontificia Universidad Católica del Perú, 2006.

²⁵ Carlos CONTRERAS. "La independencia del Perú. Balance de la historiografía contemporánea". In: CHUST y SERRANO (Eds.) *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. cit.; G. MONTAYA. "Narrativas históricas en conflicto". In: *La Independencia del Perú y el Fantasma de la Revolución*. Cit. p. 21-57 e 113; Elías José PALTI. *Revisión y Revolución. Rupturas y Continuidades en la Historia y en la Historiografía*. (HMex, LVIII: 3, 2009).

momento poucos estudos parecem ter se detido sobre a questão²⁶. Esta é uma lacuna historiográfica para cuja superação parcial pretende-se oferecer aqui uma contribuição. Trata-se, em última instância, de uma tentativa de conferir concretude a determinações de um processo sobre o outro, de modo que o “contexto geral” das independências, hoje amplamente reconhecido pela historiografia, tenha matizes e nuances que até o momento estas interpretações pouco lhe deram.

Esta pesquisa propõe uma consideração dos processos de independência da América portuguesa e do Vice-Reino do Peru como integrantes de uma mesma conjuntura no continente americano e no âmbito mundial, e também como espaços dotados de uma série de elementos de relação e de determinação recíproca. A circulação de exemplos, ideias e paradigmas, além de contatos físicos efetivos estabelecidos entre estes espaços coloniais ibero-americanos, ganharam espaço em trabalhos recentes, em busca da superação dos estudos circunscritos exclusivamente as fronteiras nacionais, inexistentes naquele momento.

O conhecimento dos acontecimentos da vizinhança continental mostrou-se progressivamente um assunto presente na imprensa e na política de ambas as regiões. A América portuguesa e o Vice-Reino do Peru, especificamente, figuraram como dois dos centros irradiadores de princípios monárquicos tradicionais em meio ao avanço da crise do Antigo Regime na América. Aqui, lança-se um olhar sobre as relações estabelecidas entre estes domínios coloniais ibéricos, que compartilhavam do interesse pela manutenção da integridade das monarquias ibéricas e da defesa dos princípios de legitimidade, francamente abalados a partir da crise deflagrada com a invasão francesa à península. Investiga-se a presença, no Vice-Reino do Peru, de informações sobre

²⁶ Um trabalho que trata especificamente dos contatos na fronteira entre Brasil e Peru é o de Carlos A. C. BASTOS. *No limiar dos impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas*. Cit. A existência destas relações na fronteira reforça a proposição geral da presente pesquisa e devem, portanto, ser consideradas como complemento necessário às relações políticas aqui abordadas.

acontecimentos que tinham lugar na vizinha América Portuguesa, por meio de notícias, informações e boatos dela provenientes.

A questão de fundo aqui colocada é a noção de *experiência*, como elaborada por Reinhart Koselleck²⁷ e que pode ser interpretada em uma dupla e simultânea perspectiva: o conhecimento de uma realidade passada que ainda se desdobra ativamente no presente – neste caso, a realidade da América portuguesa no Vice-Reino do Peru – e a vivência dos desdobramentos concretos dessa realidade. Vale-se, para tanto, da elaboração de João Paulo G. Pimenta, segundo a qual, juntas, tais dimensões históricas criariam um laboratório de ensinamentos, imposições, exemplos, paradigmas, ameaças ou inspirações que acabariam por determinar, em alguma medida, uma parcela das alternativas de futuro que a crise das monarquias portuguesa e hispânica abriria para o Brasil e para o Peru, respectiva e simultaneamente.²⁸

O uso da categoria "experiência" permite avançar em relação à constatação desses impactos, decorrentes de uma aproximação que não era restrita ao campo do contato efetivo – estabelecido nas fronteiras e nas relações comerciais – mas que também se dava pela circulação de ideias e discursos políticos, conforme se pretende observar no presente trabalho.

Para tanto, as fontes para essa pesquisa são registros impressos no Vice-Reino do Peru durante os processos de Independência, e que revelam as formas como alguns de seus protagonistas articularam, por meio de linguagens eminentemente políticas, interpretações e opiniões sobre o que acontecia a sua volta, materializando, sob a forma de discursos, aquilo que viria a constituir uma "experiência" dos acontecimentos

²⁷ Reinhart KOSELLECK. "Espaço de Experiência" e "Horizonte de Expectativa": duas categorias históricas. In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO, 2006.

²⁸ Esta leitura é apresentada em duas obras: J. P. PIMENTA. *O Brasil e a América Espanhola*. Cit.; e J. P. Pimenta. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780 - c.1830)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

contemporâneos.²⁹ Uma vez que se trabalha exclusivamente com suportes escritos, as considerações gerais de Pocock acerca das linguagens e dos discursos políticos fornecem importantes advertências quanto aos cuidados necessários na análise de discursos dessa natureza.³⁰ Pesquisas recentes sobre o mundo ibero-americano são inspiradores exemplos da relevância de se estudar o início do século XIX a partir da chave da história intelectual³¹ e da análise dos vocabulários políticos³², perspectiva compartilhada pelo presente trabalho.

A pesquisa documental fundamentou-se nas publicações da imprensa periódica hispano-peruana entre os anos de 1808 e 1822, propondo um recorte cujo enfoque é o período entre a repercussão na América do golpe sofrido pelas monarquias ibéricas a partir das invasões napoleônicas e a declaração formal de independência do Peru, em 1821, e do Brasil, em 1822. Seguindo a periodização proposta é possível acompanhar formas pelas quais autoridades e membros da elite do Vice-Reino ofereceram respostas à crise da monarquia espanhola, baseados, em um primeiro momento, no repertório oferecido pelas tradições hispânicas, mas que incorporaram, ao longo dos processos de independência, conteúdos e reflexões do liberalismo hispânico e de todo um novo

²⁹ J. P. PIMENTA. *O Brasil e a América Espanhola*. Cit. p. 26.

³⁰ A pertinência da aproximação entre os referenciais teórico-metodológicos da História dos Conceitos, tal qual elaborada por R. KOSELLECK, e da História das linguagens políticas, formulada por J. G. A. POCKOCK. *Linguagens do Ideário Político*, São Paulo: Edusp, 2003, é argumentada por Melvin RITCHER. *Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtliche Grundbegriffe*. *History and Theory*, vol. 29, nº 1 (feb/1990), Blackwell Publishing for Wesleyan University. p. 38-70. <http://www.jstor.org/stable/2505203>

³¹ No âmbito do mundo ibérico, o projeto Iberconceitos, apresenta uma proposta de história conceitual comparativa. Javier Fernández Sebastián (dir.), *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850, Iberconceitos I*, Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 2009. Para outros detalhes sobre a organização do dicionário conferir a introdução de J. Sebastián: “Hacia una historia Atlántica de los conceptos políticos”, pp 25-45. Elias PALTÍ. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.

³² J. P. PIMENTA. “La política hispanoamericana y la crisis del Imperio portugués: vocabulario político y coyuntura.” Cit.; Ana Claudia FERNANDES. *Revolução em pauta: o debate Correo del Orinoco – Correio Braziliense*. Cit.; Marco Morel. *Independência no papel*. MOREL, Marco. *Independência no papel: a imprensa periódica*. Texto originalmente publicado em I. JANCSÓ (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005. (Disponível no endereço eletrônico: <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=artigo&cod=19>, acessado em 12/01/2013).

conteúdo de experiências oferecidas pelas diversas alternativas políticas surgidas durante este mesmo processo.

Nesse sentido, Elias Paltí aponta que a opinião pública, em processo de construção no início do século XIX, converter-se-ia em fundamento de legitimidade após o rompimento de parâmetros políticos tradicionais. Trata-se de um momento em que o debate político ganha corpo, conferindo significativa importância à incipiente imprensa periódica, que se converteu, em alguns momentos, em campo de batalha entre posições políticas divergentes e se beneficiou da ampliação dos espaços de sociabilidade em finais do século XVIII e início do XIX.

As mudanças da cultura política na América, de maneira geral, e especialmente em Lima, começaram com a criação dos primeiros cafés e livrarias, espaços públicos onde eram discutidos assuntos do cotidiano, mas também obras literárias, políticas e, cada vez mais, eram debatidos os conteúdos dos periódicos. Estes espaços multiplicaram-se em decorrência da política ilustrada, empreendida pelas reformas de meados do século XVIII. No caso peruano experiências como a da tertúlia *Sociedad de Amantes del País*, criada em 1790, conseguiram ultrapassar o limite do espaço privado em que se encerravam; neste caso, com a publicação do periódico *Mercurio Peruano*. Lançado em janeiro de 1791, sob a proteção do Vice-Rei Gil de Taboada y Lemos, o *Mercurio Peruano* chegou a atingir 400 assinantes e tinha como marca a defesa da autoridade vicerreinal. Publicado com o objetivo de fomentar a ilustração, o periódico inevitavelmente abriu espaço também para a discussão de assuntos políticos, ainda que o tema fosse formalmente proibido.³³

³³ O *Mercúrio Peruano* foi publicado de 1791 a 1795, quando encerrou-se também o governo do Vice-Rei Gil de Taboada, dissolvendo um contexto ilustrado que permitira um breve desenvolvimento do espaço público em Lima. PERALTA R. En defensa de la autoridad: política y cultura bajo el gobierno del virrey Abascal. Peru, 1806-1816. Madrid: CESIC, 2003. Cit. p.30-37.

Para este trabalho, foi realizada a leitura extensiva de todos os periódicos publicados em Lima entre os anos de 1808 e 1822 e que encontraram-se disponíveis em três repositórios principais: a *Colección Documental de la Independencia del Peru*³⁴, encontrada na Biblioteca Victor Cívita, do Memorial da América Latina, em São Paulo; a Hemeroteca da Biblioteca Nacional del Perú; e a coleção de periódicos disponível no Instituto Riva-Agüero, vinculado à Pontificia Universidad Católica del Perú. Foram utilizados também os três volumes da *Gaceta del Gobierno de Lima* editados em 1971, e que constituem um acervo pessoal.

A *Colección Documental de la Independencia del Peru* foi publicada entre os anos de 1971 e 1976, no marco das comemorações do sesquicentenário da Independência do Peru. Para sua publicação, foram selecionados pela Comissão Nacional do Sesquicentenário periódicos, correspondências oficiais e privadas, relatos de viagens, documentos sobre rebeliões, informações acerca da participação do Peru nas Cortes de Cádiz, entre outros documentos, e que totalizam 81 tomos. Trata-se de um extenso repertório, do qual foram analisados os volumes referentes à *Documentación Oficial Española*, que reúne correspondências dos vice-reis e de outras autoridades hispano-peruanas, e os três volumes dedicados aos *Periodicos*, onde estão as edições de *El Triunfo de la nación*, *El Peruano*, *El Satélite del Peruano*, *Los Andes Libres* e *El Sol del Perú*.³⁵

A pesquisa documental nos arquivos peruanos foi realizada em duas etapas, onde foram recolhidos os demais periódicos analisados: *A los fieles habitantes del Perú*, *Abeja Española*, *La Abeja Republicana*, *El Americano*, *El Anti-Argos*, *El Aprendiz*, *Argos Constitucional*, *El Brujo*, *Clamor de la Verdad*, *El Cometa*, *Correo Mercantil*

³⁴ *Colección Documental de la Independencia del Perú*. Lima: Comisión Nacional del Sesquicentenario de la Independencia del Perú. 1971-1976. Disponível na Biblioteca Victor Cívita, Memorial da América Latina.

³⁵ Ver lista em anexo.

político y literário, *Diario de Lima*, *El Depositario*, *El Español Libre*, *Gaceta del Gobierno de Lima*, *La Geringa*, *Imparcial*, *El Investigador*, *El Investigador Resusitado*, *El Loquero*, *El Loro*, *Minerva Peruana*, *Noticias de Lima*, *El Nuevo Depositario*, *El Peruano Liberal*, *El Republicano*, *El Semanário*, *Tribuno de la Republica Peruana*, *El Tribuno del Pueblo* e *Verdadero peruano*.³⁶ No total, foram recolhidos e analisados 35 títulos diferentes. Com base nessa documentação, constatou-se que os acontecimentos do Brasil e a política portuguesa, de maneira geral, eram dignos de nota – embora não muito numerosa - na imprensa peruana do período, e certamente contribuíram na construção de alternativas políticas diante da crise das monarquias ibéricas.

Além das publicações periódicas, foi utilizada como fonte auxiliar a *Memoria de Gobierno del Virrey Abascal*, editada em 1944 por Vicente Rodríguez Casado e José Antonio Calderon Quijano.³⁷ Trata-se de uma fonte inestimável para conhecer o pensamento político de José Fernando de Abascal y Souza, Vice-Rei do Peru entre 1806 e 1816, anos de profunda agitação na América do sul hispânica, e quando, em meio a diversas alternativas políticas que se apresentavam, o Vice-Reino constituiu-se em bastião do legalismo espanhol; o que se atribui, em parte, à atuação desse personagem³⁸. Escrita ao final de seu período de governo, a *Memoria* foi dividida em duas partes, nas quais Abascal apresentava ao seu sucessor, Joaquin de la Pezuela, seus feitos durante os dez anos frente ao governo. Do próprio caráter de uma memória de governo espera-se que nela sejam valorizados os feitos de quem as narra; no caso em questão, somam-se as características pessoais desse Vice-Rei, de elaborada retórica e clara visão acerca dos acontecimentos políticos de seu tempo; dentre eles, a mudança da família real

³⁶ Ver lista em anexo

³⁷ José Fernando de ABASCAL. *Memoria de Gobierno*. Edición de Vicente Rodríguez Casado y José Calderón Quijano. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1944.

³⁸ VÍCTOR PERALTA RUIZ. En defensa de la autoridad: política y cultura bajo el gobierno del virrey Abascal. Peru, 1806-1816. Madrid: CESIC, 2003; A. MARTÍNEZ y M. CHUST (Eds.) *Una independencia, muchos caminos. El caso de Bolivia (1808-1820)*. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, 2008.

portuguesa para o Brasil, capítulo que encerra o primeiro volume da obra.³⁹ Ainda sobre os documentos utilizados na pesquisa, esclarece-se que as fontes foram transcritas preservando o idioma e a grafia original e que ao longo do trabalho optou-se por adotar o termo "Brasil", assim como era utilizado nas fontes, o que não implica desconsiderar que o Brasil ainda não existia como Estado Nacional.

A dissertação está organizada em três capítulos, que correspondem a um recorte cronológico baseado nos pontos de inflexão dos processos de independência ibero-americanos e, de maneira específica, do Peru e do Brasil. O primeiro capítulo, "Abertura da crise na Europa e na América (1808-1810)", trata dos acontecimentos precipitados pelas invasões napoleônicas na península ibérica e das consequências imediatas que a crise deflagrada na península provocou na América ibérica de maneira geral, e no Vice-Reino do Peru e no Brasil em particular. As primeiras referências ao mundo luso-americano são identificadas na incipiente imprensa peruana, dedicadas, sobretudo, às notícias da guerra peninsular.

O segundo capítulo desenvolve-se no recorte "Da abertura das Cortes na Espanha à derrota de Napoleão (1811-1814)", passando pela elaboração da Constituição de Cádiz em 1812, e pelo amadurecimento da cultura política no Peru, influenciada pelo decreto de liberdade de imprensa. Finalmente, o ponto de inflexão foi a derrota de Napoleão Bonaparte e o retorno de Fernando VII ao trono da Espanha.

O capítulo 3, "Do aprofundamento da crise às independências (1815-1822)", observam-se os impactos da restauração de Fernando VII na Espanha peninsular e na América, do que decorre uma radicalização dos posicionamentos políticos na América. Na América hispânica, o avanço dos patriotas colocaria em xeque a permanência do

³⁹ "Traslacion de la familia real de Portugal al Brasil". Em: José Fernando de ABASCAL. *Memoria de Gobierno*. Edición de Vicente Rodríguez Casado y José Calderón Quijano. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1944.

Peru como bastião da legalidade, enquanto a monarquia portuguesa também enfrentaria contestações contundentes. O absolutismo sofreu um novo golpe no mundo ibérico com uma nova experiência constitucional na Espanha, em 1820, ano em que o mundo luso-americano passaria por um movimento semelhante, a Revolução Liberal do Porto. O capítulo encerra-se com a proclamação de independência do Peru, em 1821, e a do Brasil, em 1822, os últimos territórios da América do sul ibérica a tornarem-se independentes.

CAPÍTULO 1

A ABERTURA DA CRISE NA EUROPA E NA AMÉRICA (1808-1810)

No son estos tiempos como los pasados, en que la voz de la razón era desatendida, despreciados todos los derechos de los que nacen en América (...) Yo hablo en una época toda distinta...Parece que somos otros hombres: pudiera creerse que habíamos mudado de lugar.⁴⁰

Diario Secreto de Lima, 01/02/1811.

Em muitos sentidos, os novos tempos a que López Aldana, editor do *Diário Secreto de Lima*, refere-se em artigo escrito em 1811, haviam sido iniciados alguns anos antes. Na França poder-se-ia identificá-los à Revolução Francesa; no mundo ibero-americano, foram bruscamente abertos pela invasão napoleônica na Península Ibérica, em 1807. Os eventos franceses colocaram à disposição “un acervo de nuevas referencias

⁴⁰ *Diario Secreto de Lima*, núm. 1, viernes 1º de febrero de 1811, reproduzido en la *Gazeta Extraordinaria de Buenos Ayres*, martes 21 de mayo de 1811. Citado por: Joëlle Chassin. “Lima, sus élites y la opinión durante los últimos tiempos de la colonia”. In: GUERRA, F-Xavier & LÉMPERIERE (et al.). *Los espacios públicos en Iberoamérica*. México: FCE, 1998. p.249

– ideas, imaginarios, símbolos, experiencias constitucionales – que podrán utilizar, a veces de manera diferente o combinarlas con otras aportaciones”⁴¹. Novos referenciais que seriam mobilizados diante da crise instaurada na Espanha e em Portugal pelas invasões napoleônicas em 1807, desencadeando reações variadas em cada uma das monarquias ibéricas e, conseqüentemente, em suas respectivas colônias.

As invasões napoleônicas na península ibérica transformaram profundamente as alianças políticas vigentes na Europa, provocando importantes mudanças também no jogo político e diplomático na América. As alianças mostraram-se complexas, contraditórias e movidas pela urgência das circunstâncias, mais do que por afinidades políticas que estivessem bem estabelecidas ou por objetivos comuns a longo prazo. Se, por um lado, o inimigo dos regimes monárquicos estava bem definido, personificado em Napoleão Bonaparte, por outro, determinar nesse novo contexto quem eram os novos aliados apresentava-se como uma tarefa difícil. A redefinição das alianças internacionais despertaria suspeitas e desconfianças entre os portugueses e espanhóis de ambos os lados do atlântico⁴². Perceber a fluidez das opiniões e das leituras do mundo que estavam ao alcance dos homens que viveram no mundo atlântico no início do século XIX é parte fundamental de qualquer tentativa de compreensão do processo que culminou com as independências ibero-americanas e uma nova organização de forças entre os países americanos e os europeus.

Liderada por Napoleão Bonaparte, a onda expansionista francesa do início do século XIX havia colocado Espanha e Portugal em seus planos de conquista. A declaração do Bloqueio Continental à Grã-Bretanha em 1806 indicara que as alternativas de "sobrevivência" dos países ibéricos haviam se reduzido à aliança com

⁴¹ F-Xavier GUERRA. *Modernidad e Independencias*. Cit. P.35

⁴² Marcela TERNAVASIO. *El trono vacante en disputa. Carlota Joaquina de Borbón en el nuevo escenario interimperial, 1808-1814*. Artículo 20/10, apresentado em conferência na UNIFESP, fev/2014.

uma ou outra das potências beligerantes.⁴³ A fim de discorrer sobre as consequências desastrosas do expansionismo francês sobre a península ibérica, o Vice-rei do Peru entre os anos de 1806 e 1816, José Fernando de Abascal y Souza, retomou em sua *Memoria de Gobierno* o que se passara no Império Espanhol nos anos imediatamente anteriores a tal acontecimento:

Obstruidos los conductos de la correspondencia de Europa con el impedimento de la guerra con la Nación Británica, y los funestos combates, de nuestras Esquadras, se pasaban muchos meses sin adquirir en estos remotos domínios noticia alguna directa relativa al Estado y situación política de nuestra Peninsula y mucho menos en materias de Oficio.⁴⁴

Os eventos aos quais Abascal fazia alusão integravam o que se convencionou chamar de "Era Napoleônica"; mais especificamente, o vice-rei do Peru refere-se às disputas imperiais entre Grã-Bretanha e França. Um dos enfrentamentos entre as forças britânicas e as frotas aliadas da Espanha e da França ocorrera na conhecida Batalha de Trafalgar em 20 de outubro de 1805, cujo resultado foi a vitória dos britânicos. Napoleão utilizou-se então de outra estratégia contra o poderio naval britânico: a declaração de um Bloqueio Continental, em 1806, atitude que afetaria de maneira substancial a relação das metrópoles ibéricas com seus domínios de ultramar, fundamentada no comércio marítimo. Da mesma maneira, impactava as comunicações

⁴³ A percepção de que não haviam alternativas além de uma aliança com a França ou com a Grã-Bretanha fica depreendida de comentários como o seguinte, extraído da *Minerva peruana*, de 5 de setembro de 1808. Em uma crítica aos métodos dos franceses em relações às outras nações, afirmam: "se sabe positivamente que esta potencia [Dinamarca], despues de haber pesado los males que podian resultarle de un rompimento con Inglaterra y con Francia, habia creído que la alianza con la ultima era preferible (...)"

⁴⁴ "Proclamación de Fernando 7º" Em: José Fernando de ABASCAL. *Memoria de Gobierno*. Edición de Vicente Rodríguez Casado y José Calderón Quijano. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1944, p.425.

entre Europa e América, o que se revelaria de fundamental importância no contexto de crise que estava por se abrir.⁴⁵

No ano de 1807 a França assinou dois tratados que versavam diretamente sobre o destino dos países ibéricos. O tratado de Tilsit foi assinado secretamente com a Rússia e a Prússia no início de julho de 1807 e tinha por objetivo ampliar o bloqueio comercial à Grã-Bretanha, além disso, o tratado também previa em uma de suas cláusulas a extinção das dinastias Bragança e Bourbon. O Tratado de Fontainebleau, assinado com a Espanha em 27 de outubro daquele mesmo ano estabelecia a divisão do território e possessões portuguesas entre França e Espanha, em troca da permissão da passagem das tropas francesas pelo território espanhol, a fim de conquistar Portugal. O Tratado de Fontainebleau pode ser compreendido, dentre outros modos, como uma tentativa da Espanha manter-se protegida do expansionismo francês, o que logo se mostraria equivocado.⁴⁶

Na Espanha, o tratado assinado com a França seria rompido no início de 1808 e, após a invasão francesa, a Coroa acabaria nas mãos de José Bonaparte, irmão de Napoleão. Em Portugal, a aliança travada com a Grã-Bretanha em outubro de 1807 permitiu que, diante da ameaça iminente de uma invasão francesa, a família real fosse transferida para a sua mais importante colônia, o Brasil, para onde partiu em 29 de novembro de 1807. Após a invasão napoleônica na península ibérica, as antigas alianças teriam de, inevitavelmente, serem reformuladas. A aliança entre Portugal e Grã-

⁴⁵ Josep FONTANA. *La crisis del antiguo régimen (1808-1833)*. 4.ªed. Barcelona, Crítica, 1992, p.13; também Miguel ARTOLA. *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*. Madrid, Alianza, 1990, p.17-18; Valentim ALEXANDRE. Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto Afrontamento, 1993, p.167-180; D. A. G. WADDEL. A política internacional e a independência da América latina. Em: Leslie BETHELL (org.). *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Funag, 2001 (v.III, "Da independência até 1870"), p.232; Manuel Chust y Ivana Frasset. "La lucha de los imperios (1756-1808)" Em: *Tiempos de revolucion. Comprender las independencias iberoamericanas*. Madrid: Fundación Mapfre, Taurus, 2013.p.81

⁴⁶ Josep FONTANA. *La crisis del antiguo régimen (1808-1833)*. 4.ªed. Barcelona, Crítica, 1992; Miguel ARTOLA. *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*. Madrid, Alianza, 1990.

Bretanha foi consolidada, enquanto a Espanha declararia guerra a sua antiga aliada, a França.⁴⁷

As notícias sobre tais eventos chegariam ao Caribe e a Nova Espanha em cerca de dois meses. Em outras regiões, como o Vice-Reino do Peru, as notícias tardavam muito mais, podendo levar de três a cinco meses, a depender da região. Esta complexidade do fluxo de informação entre a metrópole e as colônias teria influência importante nos desdobramentos da crise que se aproximava. A defasagem da chegada das informações, provenientes de diversos meios e, portanto, nem sempre seguras, colocavam os hispano e luso-americanos diante da difícil tarefa de compreender e dar algum sentido a todos aqueles acontecimentos em ritmos desiguais de parte a parte, o que implicava a possibilidade de criação de emaranhados confusos de boatos e informações, que provocaram um vazio de poder sem precedentes na história das monarquias europeias⁴⁸.

Enquanto as tropas francesas cruzavam o território da Espanha, sob o pretexto da invasão de Portugal, uma crise atingia a família real espanhola: o enfrentamento entre o príncipe de Astúrias, herdeiro do trono da Espanha, e o ministro do rei Carlos IV, Manuel de Godoy. Este conflito desembocou no Motim de Aranjuez, em 19 de março de 1808, que precipitara a queda de Godoy e a abdicação de Carlos IV em nome de seu primogênito, doravante, Fernando VII.⁴⁹ De acordo com Miguel Artola, o Motim de Aranjuez e a posterior chegada de Fernando VII ao trono foi resultado da política

⁴⁷ Andréa SLEMIAN e João PIMENTA. *A corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008; Miguel ARTOLA. *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*. Madrid, Alianza, 1990. Maria de Lourdes V. LYRA. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994; Iara Lis SOUZA. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo: 1780-1831*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

⁴⁸ Marcela TERNAVASIO. *El trono vacante en disputa. Carlota Joaquina de Borbón en el nuevo escenario interimperial, 1808-1814*. Artículo 20/10, apresentado em conferência na UNIFESP, fev/2014. p.4.

⁴⁹ PERALTA R. *La independencia y la cultura política peruana*. Cit., p.24

pessoal articulada pelo Príncipe de Astúrias, que lograria também o afastamento de Godoy do poder.⁵⁰

O novo rei da Espanha encontraria, entretanto, nos planos franceses seu maior revés. Fernando VII chegou em Bayona, na França, em 22 de abril de 1808 com o objetivo de ser reconhecido por Napoleão como o rei da Espanha, mas foi obrigado a abdicar o trono em nome de seu pai poucos dias depois, em 1º de maio. Apenas cinco dias depois Carlos IV faria nova abdicação, agora em favor de Napoleão Bonaparte, episódio conhecido como Abdicações de Bayona.⁵¹

Decepcionados com a postura do rei Carlos IV, acusado de, juntamente com o seu ministro Godoy, favorecimento dos interesses da França, os espanhóis peninsulares e americanos logo converteriam Fernando VII no rei "desejado" para enfrentar aquele momento de crise e como a esperança de renovação da Corte Espanhola.⁵² A leniência da Suprema Junta de Governo, presidida pelo infante don Antonio, diante da tomada do poder pelos franceses levaria a uma reação popular, que rechaçaria a presença francesa desde o início. Constituíram-se em diversas partes da Espanha juntas de governos, que justificavam sua existência como depositárias do poder de Fernando VII, a fim de evitar o vazio de poder.⁵³

Essas notícias demoraram meses para chegar ao Vice-Reino do Peru, tempo suficiente para grandes mudanças nesta conjuntura política e que obrigavam, em última

⁵⁰ ARTOLA. *La burguesía revolucionaria*. Cit., p.41. LANDAVAZO. *La mascara de Fernando VII*. cit., p.46

⁵¹ PERALTA R. *La independencia y la cultura política peruana*. Cit., p.24; LANDAVAZO. *La mascara de Fernando VII*. cit., p.48; GUERRA. *Modernidad e independencias*. Cit.

⁵² Em um cenário que Landavazo qualifica de "caos administrativo", os episódios de Bayona resumem uma série de abdicações: Fernando VII abdica em nome de seu pai, Carlos IV, este em nome de Napoleão Bonaparte, que, finalmente, entrega a Coroa a seu irmão, José Bonaparte, no final de maio de 1808. LANDAVAZO. *La mascara de Fernando VII*. cit.p.41-46 e GUERRA. *Modernidad e independencias*. Cit.p.118-119.

⁵³ LANDAVAZO. *La mascara de Fernando VII*. cit., p.48 e segs; PERALTA R. *La independencia y la cultura política peruana*. Cit., p.24; PERALTA R. En defensa de la autoridad: política y cultura bajo el gobierno del virrey Abascal. Peru, 1806-1816. Madrid: CESIC, 2003, p.26 e segs; ARTOLA. *La burguesía revolucionaria*. Cit.

instância, as autoridades da América agissem sobre um terreno incerto, em um momento em que muitas vezes não era possível esperar pela chegada de notícias seguras. A comunicação do Vice-Reino do Peru com a Espanha era particularmente difícil, já que as embarcações que traziam as informações necessariamente faziam escala em algum outro ponto da América. Os caminhos mais frequentes pelos quais as notícias chegavam ao Peru eram a Nova Espanha e o Chile, no Pacífico, e o Rio da Prata; sendo que em muitas ocasiões as embarcações faziam escala no Rio de Janeiro.⁵⁴

O fluxo de notícias da Europa para a América passa a ser questão fundamental para a gestão da crise e, conseqüentemente, para a diversidade de respostas a ela, impondo às autoridades hispano-americanas a necessidade de reagirem a notícias de eventos peninsulares que muitas das vezes eram já superados.⁵⁵ As informações sobre o início da crise da monarquia hispânica – o motim de Aranjuez, abdicação de Carlos IV e proclamação de Fernando VII como novo monarca – chegaram em 13 de agosto de 1808, portanto, cerca de 4 meses depois dos eventos. As informações acerca da abdicação de Fernando VII, seu cativeiro em Bayona e a entrega da Coroa a José Bonaparte, tardaram outros 4 meses para serem conhecidas em Lima e levaram Abascal a apressar o juramento de lealdade a Fernando VII, dadas as novas circunstâncias.⁵⁶

Tais dificuldades decorrentes da morosidade da comunicação seriam posteriormente interpretadas por Abascal nos seguintes termos:

Por la misma razón eran confusas inexactas y equivocadas las [noticias] que se tenían de la memorable causa del Escorial, la de los antecedentes y consiguiente á la abdicación del Señor Don Carlos 4º(...) En este estado pues de obscuridad llegaron á esta Capital las ordenes y Cédulas expedidas en la

⁵⁴ SLEMIAN e PIMENTA. *A corte e o mundo*. Cit. P.133 e segs. Os autores apresentam um panorama do tempo para a chegada das notícias da Europa na América.

⁵⁵ J. P. PIMENTA. *Tempos e espaços das independências*. Cit. p. 147-149.

⁵⁶ PERALTA R. *La independencia y la cultura política peruana*. Cit. p.89-90.

forma de estilo para la proclamación del Joven Soberano, y quando en virtud de mis ordenes todo se disponía a ejecutarlo con la solemnidade que siempre se ha acostumbrado sorprendieron el acto nuevos Oficios, nuevas ordenes y Cédulas recomendando eficazmente el reconocimiento del intruso Regente Joaquin Murat.⁵⁷

A postura pública de Abascal diante desses acontecimentos seria de grande cautela. Baseado na sua percepção de que as notícias que recebia poderiam não ser verdadeiras, Abascal recorreria àquilo que tinha de seguro em suas mãos: a tradição. Teria agido, segundo seu relato, de acordo com o que "siempre se há acostumbrado" e procederia ao juramento de lealdade a Fernando VII como legítimo rei da Espanha, em outubro de 1808.

Foi inserida nesse quadro que a incipiente imprensa do Vice-reino do Peru logo se debruçaria sobre os acontecimentos de sua metrópole, buscando, mais do que noticiar, produzir uma interpretação a seu respeito. No ano de 1808, quando começam a chegar à América as primeiras e confusas informações sobre a invasão napoleônica na península ibérica, o Vice-Reino do Peru contava somente com um periódico, de caráter oficial: a *Minerva Peruana*. Já nesses primeiros meses em que as novas notícias dos incidentes da metrópole começaram a chegar à América, elas converteram-se em assunto fundamental e frequente da imprensa hispano-americana, que doravante se empenharia em transmiti-las, analisá-las e, se possível, convertê-las em subsídio para lutas políticas cada vez mais complexas, em muitos casos a luta era pelos valores fundamentais da monarquia hispânica.

⁵⁷ ABASCAL. *Memoria de Gobierno*, cit, p.436. A conspiração de "El Escorial" refere-se às denúncias que Godoy fez contra o Príncipe de Astúrias e que acabariam por precipitar o Motim de Aranjuez. PERALTA R. *La independencia y la cultura política peruana*. Cit. p.24. As informações a que Abascal se refere chegaram ao Peru em 07 de outubro, através das cartas enviadas pelo comissário da Junta de Sevilla, Goyeneche. Peralta, p.104

As primeiras menções ao que se passava naquela mesma época, no mundo lusoamericano aparecem na imprensa periódica do Peru em setembro de 1808. A *Minerva Peruana* publicou em 5 de setembro um trecho da declaração de Lord Hawkesbury, um homem de Estado da Grã-Bretanha, na qual diz

que al gobierno [britânico] no le queda duda ninguna sobre las disposiciones secretas del tratado de Tilsit; pero los ministros no pueden ni deben indicar el conducto por donde ha llegado á su noticia, porque de lo contrario se cerraria para siempre la puerta á estas comunicaciones utiles, y peligraria la vida de las personas á quienes las debemos en esta ocasion. Fuera de que, aun suponiendo que las noticias dadas á los ministros no fuesen exáctas, las proposiciones que los enemigos hicieron a Portugal debieron sacarles de toda Duda.⁵⁸

As notícias das abdições de Bayona e do cativo do rei ainda não haviam chegado ao Peru no momento em que a *Minerva Peruana* reproduziu a informação acima, conhecia-se naquele momento somente o desenrolar do Motim de Aranjuez (19/março/1808). Nota-se no excerto citado a dificuldade em se garantir a veracidade das notícias divulgadas, não só na América, mas pelos próprios britânicos, que, supostamente, tinham um acesso muito mais fácil e direto a tais acontecimentos.

Já ciente do cativo do rei e da declaração de guerra à França, a *Minerva Peruana* publicou em novembro de 1808 uma versão a respeito dos sucessos da metrópole, escrita por " *El amigo de la razón y de la verdad en Lima*", em que dizia:

La España vio derrivar su real casa en Etruria, Napoles y Portugal, y supo posponer su justo resentimiento á la paz y a la tranquilidad de sus pueblos. Fiel y generosa con su aliado, aunque vendida por un favorito inepto y perverso, prodigaba el oro de sus Americas, sacrificaba su exercito y su marina al tiempo

⁵⁸ *Minerva Peruana*, nº40, 05/09/1808.

mismo que en Tilsit y en Paris se forjaban sus grillos. No hace aun seis meses que besaba aquella misma mano que trataba de oprimirla, y abrian al mismo tiempo los españoles a las tropas francesas su metropoli, sus fortalezas y sus hogares; mas ahora los deguellan en aquellos mismos umbrales adonde se les brindo con la hospitalidad mas sincera.⁵⁹

Começava a delinear-se uma opinião a respeito dos personagens envolvidos: os Bourbons são apresentados como vítimas de sua própria *fidelidade e generosidade*, não só na Espanha, mas também no reino da Etruria, Nápoles e Portugal, que tiveram seus monarcas – da família Bourbon – subjugados por Bonaparte. Portugal e Espanha mantiveram vínculos por meio de casamentos dinásticos em diversas oportunidades, prática que seria reiterada nesse momento de crise que se inaugurava.⁶⁰ A família real teria sido vítima ainda de outro traidor, o "favorito inepto e perverso", referindo-se ao ministro Manuel de Godoy, sobre o qual o imaginário popular acabaria por descarregar parte da culpa pela penosa situação da monarquia⁶¹.

El amigo de la razón escreve de posse das informações sobre os eventos que se seguiram ao Motim de Aranjuez; entretanto, são ignoradas as diversas intrigas que tiveram lugar no interior da Corte de Carlos IV nos últimos meses e que haviam levado Fernando ao trono. Um reinado que duraria muito pouco. *El amigo de la razón* menciona então a traição final de Napoleão, que "Se abusa de la franqueza de un Rey que habia jurado unanime la nacion, y en quien fundaba sus esperanzas, su felicidad y su gloria. Se le atrae engañosamente fuera del reino, se detiene, se acusa y se violenta. ¿Es este el premio que merece la España?"⁶²

⁵⁹ Minerva Peruana, nº50, 02/11/1808.

⁶⁰ M. TERNAVASIO. *El trono vacante*. Cit.

⁶¹ LANDAVAZO. *La mascara de Fernando VII*. cit. p.43 e segs. Godoy era odiado por boa parte da população, sobretudo pela preferência quase cega que o rei Carlos IV e a rainha Maria Luísa tinham por ele, ademais, os desastres militares dos últimos anos haviam reforçado sua impopularidade.

⁶² Minerva Peruana, nº50, 02/11/1808.

No episódio conhecido como abdições de Bayona, Fernando VII foi obrigado a abdicar o trono e a Espanha teria como novo rei José Bonaparte, configurando um período considerado como de "acefalia" da monarquia espanhola.⁶³ Decepcionados com a postura do rei Carlos IV, acusado de, juntamente com o seu ministro Godoy, favorecimento dos interesses da França, os espanhóis peninsulares e americanos logo converteriam Fernando VII em rei "desejado" para enfrentar aquele momento de crise e em esperança de renovação da Corte Espanhola.

Explicitada essa situação, "El amigo de la razón" declarava: "la nación esta organizada; y reunida no respira sino el odio y el honor: impaciente solo anhela al combate; y uno mismo es el grito universal: viva FERNANDO: viva la religión y la patria.". Declarações semelhantes foram publicadas em outras partes da América, como, por exemplo, no Vice-Reino da Nova Espanha pelo informe "Conjuración de Bonaparte y Don Manuel Godoy contra la Monarquia espanhola", em que Godoy é considerado ainda mais perverso que o próprio Bonaparte.⁶⁴

A declaração de guerra contra a França é sucedida por previsões otimistas acerca da vitória iminente dos aliados. A maneira como *El Amigo de la Razón* manifesta a sua esperança é forte, a ponto de transmitir a sensação que a vitória se trata de um evento já concreto:

Ya el bravo Catalán triunfa de esas tropas mercenárias que le oprimian: Cadiz aprisiona su esquadra: las Andalucias estan libres: Madrid va á vengar la

⁶³ Em um cenário que Landavazo qualifica de "caos administrativo", os episódios de Bayona resumem uma série de abdições: Fernando VII abdica em nome de seu pai, Carlos IV, este em nome de Napoleão Bonaparte, que, finalmente, entrega a Coroa a seu irmão, José Bonaparte, no final de maio de 1808. LANDAVAZO. *La mascara de Fernando VII*. cit., p.41-46 e GUERRA. *Modernidad e independencias*. p.118-119.

⁶⁴ LANDAVAZO. *La mascara de Fernando VII*. cit., p. 54.

sangre de sus hermanos; tiembla el perverso Murat; y Portugal sublevado no ofrece al tirano Junot sino la retirada ó la muerte.⁶⁵

Uma aproximação entre os destinos de Portugal e Espanha em meio à invasão francesa começa a desenhar-se, ainda que restrita ao fato de estarem diante de um inimigo comum, e ignorando uma possível culpa da Espanha quanto à sorte de Portugal, uma vez que fora tão vítima quanto este. Tal argumento parece fundamental: a monarquia espanhola é eximida de qualquer tipo de culpa pela terrível situação em que se encontrava, porque fora vítima das artimanhas de Bonaparte e de Godoy. O rei Carlos IV fora vítima de sua desmedida confiança em seu ministro, e Fernando VII, vítima de sua bondade; já Portugal, que até há pouco tempo era inimigo da Espanha, passa a ser visto como aliado.

Em 5 de novembro a *Minerva Peruana* publicou um "*Extracto del Boletín de Londres*", em que a aliança entre Grã-Bretanha e Portugal, somente sugerida na citada declaração de Hawkesbury, fora então explicitada:

el parlamento y camara de los comunes se juntaron para deliberar sobre las medidas que debian tomar para libertar de este peso la nacion portuguesa, vengar si pudiese la persona de su príncipe ofendido y la de sus fieles vasallos, y manifestar al continente de Europa qual era la gran parte que la nacion portuguesa ocupaba en el corazon de la gran Bretaña (...) Pero por grande que sea la ofensa hecha á esta nacion aliada, no ló es tanto como á la misma Inglaterra.⁶⁶

De acordo com o "*Boletín de Londres*, ora publicado e lido no vice-reino do Peru, a defesa de Portugal passara a ser parte importante da política inglesa, empenhada

⁶⁵ Minerva Peruana, nº50, 02/11/1808.

⁶⁶ Minerva Peruana, nº52, 5/11/1808

não só em libertar do jugo francês a nação aliada, como também em buscar vingança ao que considerava ofensas ao príncipe e a seus fiéis vassalos portugueses. A solidariedade demonstrada diante da difícil situação também de Portugal, não oculta, entretanto, que a Grã-Bretanha agia, a rigor, em defesa de seus próprios interesses e contra a ofensa por ela sofrida. Tratava-se de uma declaração de guerra à França e que colocaria Espanha, Portugal e Grã-Bretanha como aliados diante desse inimigo comum. Digno de ser republicado no periódico do Vice-Reino do Peru, os argumentos utilizados pelo excerto eram fundamentados na defesa da legitimidade e da soberania de Portugal e Grã-Bretanha. A aliança da Espanha com a Grã-Bretanha, tímida e receosa, tornava tal declaração de defesa extensível também a ela.

Muitas das notícias a respeito da metrópole chegavam primeiro aos portos do Atlântico antes de alcançarem os do Pacífico. Essa rota que ligava os portos americanos passava principalmente pelo Rio de Janeiro e depois as embarcações seguiam para o Pacífico pelo Estreito de Magalhães, para finalmente chegar ao Chile e ao Vice-Reino do Peru. Assim, a "via del Janeyro", importante rota de comércio do Brasil (e da Europa) com o Rio da Prata permitia o contato com várias regiões da América espanhola, sendo que esta comunicação estratégica ganharia ainda mais importância com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil.⁶⁷ É possível acompanhar o caminho que as notícias percorriam até chegarem em Lima através da imprensa periódica, que costumava indicar este trajeto. Em notícia publicada pela *Minerva Peruana* em 26 de novembro de 1808 encontra-se a trajetória de uma informação: "Noticias venidas al Janeiro por una embarcacion que arribo allí de La Madera en fines de Septiembre, precedente de Londres en 52 dias de navegación" e, finalmente, foram

⁶⁷ Sérgio VILLALOBOS. *Comercio y contrabando en el Río de la Plata y Chile 1700-1811*. 4.ªed. Buenos Aires, Eudeba, 1986; Alice P. CANABRAVA. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1986.

divulgadas em "Buenos Aires 15 de octubre"⁶⁸, para só então alcançar Lima, revelando que o tempo aproximado para que uma notícia de Londres chegasse ao Vice-Reino do Peru era cerca de 4 meses. A embarcação mencionada transportava a seguinte informação: "Los españoles y portugueses, reunidos han depuesto aquel *rencor* que entre ambos tenían, y mutuamente se les ve tratar de hermanos". Em relação à Grã-Bretanha reconhece-se: "En esta ocasión se han mostrado los ingleses con la mayor bizarria: se han ofrecido á la España por todo y viendo que las caxas de esta están exhaustas de fondos la auxilián con dinero".⁶⁹ Esta menção faz alusão a um possível rancor (*rencor*) existente entre Portugal e Espanha, mas que havia sido superado, pelo menos momentaneamente, e permite assim entender que a aliança entre Portugal e Espanha, estabelecida por meio da Grã-Bretanha, constituía-se sobre bases frágeis.

Apresentado o complexo jogo que definiu a inimiga – França napoleônica – e os aliados – Grã-Bretanha e Portugal – da Espanha nesse contexto de crise da primeira década do século XIX, a *Minerva Peruana* passaria a publicar notícias da guerra na península, com particular ênfase na movimentação das tropas aliadas e seus sucessos. Estas notícias são marcadas por um forte otimismo, que reiteradamente apresenta a vitória definitiva sobre a França como iminente. Informações sobre o mundo português aparecem frequentemente e seguem essa mesma tendência, como por exemplo, em: "Por partes dirigidas á esta suprema junta [de Sevilla] con fecha de I de junio (...) es de esperar mas pronto la total desorganización del exercito Frances en Portugal" e o trecho continua informando que: "En dicho dia se juro solemnemente en la Villa de Fuente de Cantos á nuestro amado monarca Fernando septimo."⁷⁰. O interesse em tais notícias justifica-se, entre outros motivos que serão discutidos adiante, justamente porque agora Portugal e Espanha compartilham a condição de vítima de um mesmo inimigo:

⁶⁸ *Minerva Peruana*, n.º 62, 29/11/1808.

⁶⁹ *Minerva Peruana*, n.º 62, 29/11/1808.

⁷⁰ *Minerva Peruana*, n.º 52, 05/11/1808. (Sevilla 4 de junio).

Napoleon el velo que cubria tu criminal perfidia se descubrió [y] el misterio que ocultaba tu hipocresia gigante se declaró: ya se há visto con la claridad del mediodia, que no tiene limites ni respeta leyes, tu ambición hipócrita y miserable. Esta es la móvil de tus contínuos enredos esta quien siempre te hace mentir; mientes para engañar, engañas para mandar, mandas para robar, robas para reynar, y reinas para exterminar. Así lo has hecho em Roma, Nápoles, en Alemania, en Prusia, en Italia, en Etruria, en Olanda, en Portugal, y en España.⁷¹

O trecho reforça a caracterização de Bonaparte como a personificação de todos os males das monarquias ibéricas e recorre ao argumento de que ele teria atuado deliberadamente para enganar as nações conquistadas. Tal operação ideológica era fundamental para a manutenção da lealdade à monarquia hispânica, evitando cuidadosamente que ela fosse manchada pela antiga aliança com a França napoleônica. Outra questão seria equacionar a relação estabelecida com os novos aliados – Portugal e Grã-Bretanha.

A partir dos últimos acontecimentos europeus, evidenciou-se que a América de colonização ibérica era também parte integrante daquele mundo atlântico que fora incrivelmente estreitado no início do século XIX. A percepção, até aquele momento difusa, de que se tratava de um tempo novo foi transformada então em uma verdadeira experiência dessa realidade, conforme se pode depreender da afirmação de Lopez Aldana, citada na abertura do capítulo. No caso português, não se fez necessário lidar com a questão que se mostrou fulcral para o futuro dos territórios hispânicos: a busca urgente de um governo que substituísse, ainda que provisoriamente, a legitimidade histórica rompida com o cativo do rei. No entanto, as implicações das invasões napoleônicas não foram menos complexas no Império português, onde o avanço francês

⁷¹ *Minerva Peruana*, nº52, 05/11/1808. (Suplemento al diario de Valencia del lunes 6 de junio de 1808)

levou à transferência da família real para a América, em uma tentativa de manutenção da integridade monárquica, o que mudou não só o centro do Império, mas também a política de Estado portuguesa⁷².

A esquadra inglesa que trazia ao Brasil a família real portuguesa chegou a Salvador em 22 de janeiro de 1808 e, finalmente, as primeiras embarcações atracaram no Rio de Janeiro em 08 de março daquele ano. O estabelecimento do novo centro do Império Português no Rio de Janeiro exigiu a execução de uma série de mudanças imediatas necessárias para a viabilidade da instalação do poder imperial em solo americano. A Abertura dos portos, a criação de novos órgãos administrativos e a criação da imprensa régia foram algumas das primeiras medidas tomadas pelo príncipe regente D. João com vistas a garantir a integridade do Império português e a defesa contra os princípios revolucionários franceses.⁷³

A Corte estabeleceu-se em um continente que estaria, a princípio, distante da revolução que tomava a Europa e seria, portanto, um espaço adequado para o fortalecimento e a expansão dos ideais monárquicos tradicionais, condição da qual deveriam gozar tanto a América portuguesa quanto a espanhola. Apesar do distanciamento geográfico do epicentro revolucionário, os acontecimentos na América precocemente revelariam que ela não estava – aliás, nunca estivera – completamente isolada do contexto que atingia os impérios ibéricos de maneira geral.

Além de questões práticas acerca da instalação da Corte no Brasil, o conhecimento do que se passava na vizinhança também converter-se-ia em uma preocupação de primeira ordem na tarefa de manutenção do realismo, de maneira que a

⁷²Valentim ALEXANDRE. *Os Sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993; GUERRA. "Dos años cruciales", Cit.

⁷³ Um dos clássicos a este respeito é: Oliveira LIMA. *D. João VI no Brasil*. cit. Obra posterior, igualmente importante: Maria Odila L. S. DIAS. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. Para uma interpretação recente: Andréa SLEMIAN e João PIMENTA. *A corte e o mundo*. Cit.

partir da transferência da Corte, a política externa portuguesa em relação à América espanhola se caracterizaria por uma mescla de precaução, defesa e expansionismo⁷⁴.

A transferência da família real para a América foi descrita pelo Vice-Rei do Peru, José Fernando de Abascal y Souza, como um fato notório e preocupante. Ele a apresentaria, posteriormente, da seguinte maneira: "Los anales de la America Meridional presentan como uno de los acontecimientos más notables y acaso como el más peligroso á su existencia Política el de la imprevista traslación de la Real familia de Portugal á sus estados del Brasil."⁷⁵ Mais perigoso ainda, segundo Abascal, porque a chegada da Corte portuguesa ocorria "en tiempos tan inmediatos al de las mayores empresas [de] su aliada la Ynglaterra contra estas Pocesiones", referindo-se às invasões inglesas no Vice-Reino do Rio da Prata nos anos de 1806 e 1807 e a agora incômoda aliança travada entre Portugal e Grã-Bretanha⁷⁶.

A sombra das invasões inglesas estava viva na memória de Abascal, que tinha consciência de que a quebra do monopólio comercial – pensava que este era o maior interesse da Grã-Bretanha – colocaria em risco o domínio político espanhol sobre suas colônias. Abascal entendia que o domínio econômico sobre a América era um requisito fundamental para a manutenção dos fundamentos políticos da dominação. Assim, a

⁷⁴ J. P. PIMENTA. *O Brasil e a América espanhola*. Cit. Pág. 27; Maria de Fátima Silva Gouvêa. "As bases institucionais para a construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro Joanino: administração e governabilidade no império luso-brasileiro". Em: István JANCSÓ. *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

⁷⁵ ABASCAL. *Memoria de Gobierno*. Cit., p.477.

⁷⁶ As invasões inglesas no Rio da Prata deram-se no momento em que Espanha e França eram ainda aliadas contra o poderio britânico. A capital Buenos Aires foi tomada pelos ingleses em junho de 1806 e novamente em junho de 1807, já Montevideu foi invadida em janeiro de 1807; em incursões que provocaram um impacto importante no Vice-Reino do Rio da Prata. Na luta pela reconquista, enquanto o Vice-Rei encontrava-se refugiado em Córdoba, emergiu a liderança do oficial da marinha Santiago Liniers, que seria o responsável pela vitória sobre os britânicos. O prestígio conquistado por Liniers, o descontentamento com a atuação de vice-rei Sobremonte – acusado de servilismo e passividade –, e as disputas locais que se acentuaram naquele momento, resultaram na deposição do vice-rei em 10 de fevereiro de 1807, decidida por uma junta reunida em Buenos Aires. Liniers foi declarado comandante geral para defesa do Vice-Reino por essa junta e depois nomeado por Carlos IV como novo Vice-Rei do Rio da Prata, em dezembro de 1807. A vitória de Liniers sobre os invasores não parecia ser definitiva e, diante da possibilidade de uma terceira invasão inglesa, Francisco Javier Elío foi nomeado como governador de Montevideo em agosto de 1807, como uma tentativa de melhor proteger a região. PERALTA RUIZ. *Cultura política*, p.47 e segs. e HALPERIN D. *Revolución y Guerra*, p.135 e segs.

chegada da família real portuguesa na América, sob proteção da Grã-Bretanha, foi vista com grande desconfiança pelo vice-rei, considerando que os portugueses poderiam "abrir as portas" da América para a entrada dos ingleses.

Tal foi a importância da transferência da Corte portuguesa ao Brasil na visão de Abascal que ele dedicou um capítulo de suas memórias de governo para comentá-la cuidadosamente, dando ênfase aos riscos inerentes à aliança com a Grã-Bretanha. O vice-rei percebia que a guerra travada na Europa não deixaria ilesa a América, prevendo o risco de "otro genero de Guerra poco menos funesta que es la del contrabando por toda la dilatada extension de la fronteras, á más del que siempre se ha hecho por otros canales".⁷⁷ A preocupação manifestada por Abascal era fundamentada, por exemplo, nos frequentes conflitos na região do Prata. O estuário do rio da Prata fora ponto de discórdia entre as metrópoles ibéricas pelo menos desde o século XVII: rotas (legais e ilegais) de circulação de bens e pessoas interligavam os domínios luso e hispanoamericanos através da navegação no Rio da Prata. Nessas relações, nem sempre amistosas, o comércio ilegal realizado na região era um componente importante de tais desentendimentos.⁷⁸

Assim, as críticas e temores apontados por Abascal na descrição da atuação das autoridades portuguesas logo da sua chegada à América tocam frequentemente no tema da defesa do monopólio comercial da Espanha:

Aun al menos versado en materias de Política, bastara tener una ligera idea de las facultades limitadas de los Gobernadores de America para conocer la incidiosa que condujo los pasos del Ministro de relaciones exteriores de Portugal Don Rodrigo de Sousa Coutiño, quando á los pocos meses de su establecimiento en el Janeyro, entabló por medio del Governador de Río

⁷⁷ ABASCAL. *Memoria de Gobierno*. Cit., p.478.

⁷⁸ João Paulo PIMENTA. *O Brasil e a América Espanhola*. Cit. p.34.

Grande, y del Brigadier Don Joaquin Xavier Conrado proposiciones, para que una convención tacita ó expresa del Virrey de Buenos Ayres, facilitase continuar y extender el reciproco comercio entre los habitantes de aquellas Provincias, y los Vasallos Portugueses en la forma que se había practicado hasta entonces con Vanderas simuladas, y con el nombre de especulación.⁷⁹

Conforme já dito, Abascal compreendia qualquer proposta de livre-comércio ou de favorecimentos bilaterais como afrontas à soberania espanhola em seus domínios americanos, o que integrava todo um repertório legitimista do qual Abascal tornar-se-ia um importante representante nos anos seguintes. Do argumento apresentado pelo vice-rei, depreende-se que aos governadores da América não cabia deliberar sobre tais assuntos, sob o risco de ferirem o estatuto colonial. Os antigos interesses portugueses na região são rememorados, a fim de demonstrar que foram intensificados no momento em que a Corte estabeleceu-se na América. O novo componente seria que agora os interesses eram cuidadosamente articulados, segundo Abascal, pelo "iniquo designo" da Grã-Bretanha em "sublevar los animos de aquellos habitantes [de Buenos Aires]"⁸⁰.

É interessante notar que, apesar de deflagrar críticas contundentes à nova política de Estado portuguesa, Abascal não as dirige à Corte portuguesa, ou diretamente ao Príncipe Regente, mas sim ao seu Ministro de Relações Exteriores (Sousa Coutinho) e a sua aliada, a Grã-Bretanha. Parece repetir-se a fórmula utilizada na descrição dos sucessos da Espanha, onde o rei Carlos IV é poupado das críticas, direcionadas a um ministro. Esta formulação pode ser compreendida como uma maneira de defender a monarquia enquanto instituição soberana – há que se considerar também o caráter divino das monarquias ibéricas – ainda que sejam criticados seus (maus) representantes.

⁷⁹ ABASCAL. *Memoria de Gobierno*. Cit., p.478.

⁸⁰ ABASCAL. *Memoria de Gobierno*. Cit. p.478

Percebe-se que as novas alianças instituídas nesse momento de crise são envoltas por complexidades e receios que, ora ou outra, seriam trazidos à tona. Entretanto, essas alianças eram baseadas também em um determinado conjunto de valores e interesses capazes de criar alguma solidariedade, ainda que extremamente frágil. No caso da relação entre Portugal e Espanha, podem-se destacar os estreitos vínculos dinásticos entre as famílias – que como vimos anteriormente seriam, inclusive, reiterados nesse momento de crise – e o forte componente de coesão que o catolicismo representava para as monarquias ibéricas. A Grã-Bretanha integraria essa complicada aliança pela sua indiscutível força econômica e bélica – notadamente naval – e pela solidariedade diante de um inimigo comum.

O cenário na Espanha peninsular em meados de 1808 era de profundas controvérsias em torno da *vacatio regis* e de quais seriam os procedimentos legítimos diante daquela situação. As abdições de Bayona significaram o início da fragmentação dos domínios sul-americanos da monarquia espanhola, levando à formação de diversas Juntas de governo na península, situação que se mostraria um precedente para a formação, também na América, de novos espaços de exercício de poder.⁸¹ A Junta de Sevilla, criada em 27 de maio de 1808, declarou-se "Suprema de España e Índias", assumindo um papel ativo na tarefa de submissão das possessões americanas à sua jurisdição; assim, providenciou o envio imediato de comissionados à América, a fim de garantir esse objetivo.⁸²

Em fins de agosto de 1808 chegou ao Vice-Reino do Rio da Prata o enviado da Espanha, José Manuel de Goyeneche, encarregado de obter o reconhecimento da Junta

⁸¹ GUERRA. "Dos años cruciales". P.115-148; María Teresa CALDERÓN & Clément THIBAUD (orgs.) - Las revoluciones en el mundo atlántico. Bogotá, Taurus Historia, 2006; Enrique AYALA MORA (coord.) Historia de América Andina. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar, 2003; Manuel CHUST (org.). 1808. La eclosión juntera en el mundo hispano. México, FCE/El Colegio de México, 2008.

⁸² PERALTA RUIZ. P.38-56. Os comissionados enviados à América foram: Manuel Francisco de Jáuregui, para Nova Espanha; Antonio Vacaro e Juan José Pando y Sanllorente, para Nova Granada; José Meléndez Bruna, para Caracas; Rafael Villavicencio, para Cuba e José Manuel de Goyeneche, para o Rio da Prata e Peru.

de Sevilha na América. Conforme explica Peralta Ruiz, as informações que Goyeneche estava encarregado de divulgar “cambiaban radicalmente la coyuntura vivida en los últimos dos años. En adelante, Francia sería el enemigo a combatir y Gran Bretaña, junto con Portugal, serían unos incómodos aliados con los que se debía colaborar.”⁸³.

Goyeneche chegou a uma América já bastante abalada pelos acontecimentos da península, em que se destacam importantes combustíveis para a crise: a dificuldade de comunicação com a Europa e, sobretudo, a dificuldade de se obter informações seguras e atualizadas em um momento de crise. Ambos os componentes seriam, deste momento em diante, utilizados por diversos grupos como argumentos em defesa de suas opiniões, conforme se verá adiante. A presença desses comissionados repercutiu de maneira bastante controversa nas diversas regiões da América, a depender das conjunturas específicas de cada uma delas, ainda que, em todas tenham presenciado demonstrações de fidelidade a Fernando VII.

Os casos do vice-reino do Rio da Prata e do Peru exemplificam como as distintas conjunturas locais suscitaram essas contradições provocadas pela presença do comissionado Goyeneche. No primeiro caso, tal presença acabaria por acentuar o enfrentamento entre Buenos Aires e Montevideu e dispararia a crise no vice-reino; já no Peru a atuação de Goyeneche reforçaria a fidelidade a Fernando VII e consolidaria a autoridade do vice-rei Abascal, sendo, portanto, a única região onde a autoridade da Junta de Sevilha seria acatada sem nenhuma objeção.⁸⁴

Antes mesmo da chegada de Goyeneche ao Rio da Prata, a circulação da notícia das abdições de Bayona já havia provocado manifestações conflitantes entre as autoridades rio-platenses, acentuando conflitos anteriores que em parte remetiam aos

⁸³ PERALTA R. *La independencia y la cultura política peruana*. Cit. P. 47-52.

⁸⁴ PERALTA R. *La independencia y la cultura política peruana*. Cit. P. 47-52; Scarlett O'PHELAN. "El proceso de independencia en el Perú". Cit.

turbulentos anos das invasões inglesas no Vice-Reino do Rio da Prata.⁸⁵ Diante da notícia de que o trono espanhol havia caído nas mãos dos franceses, o governador de Buenos Aires decidiu esperar por instruções da península acerca das atitudes que deveriam ser tomadas. Já o governador de Montevideu, Javier Elío, promoveu o imediato juramento de lealdade a Fernando VII (em 12 de agosto de 1808) e o consequente rechaço à autoridade de Napoleão. A resposta que Liniers esperava veio através das mãos de Goyeneche que, em 19 de agosto, entregou as resoluções e proclamas da Junta de Sevilha, ao que se sucedeu o reconhecimento, em Buenos Aires, de Fernando VII como legítimo rei da Espanha. O juramento de lealdade à Junta não lograria, entretanto, acalmar as animosidades entre as autoridades de Buenos Aires e Montevideu.⁸⁶ Considerando como parte importante de suas atribuições na América, Goyeneche também decidiria enviar representantes ao Brasil. Os comissionados foram encarregados de transmitir à Infanta Carlota Joaquina e ao Príncipe Regente notícias sobre os acontecimentos da Espanha e as atribuições que Goyeneche havia recebido da Junta de Sevilha. Assim, baseados em informações fidedignas, segundo a opinião de Goyeneche, o governo português poderia posicionar-se e regular suas ações.⁸⁷ No entanto, Carlota Joaquina, infanta da Espanha e princesa do Brasil, já havia decidido qual seria sua atuação em meio à dificuldade de se estabelecer novos parâmetros de legitimidade face à crise da monarquia espanhola.

Em 19 de março de 1808 a princesa Carlota Joaquina enviou uma proclama aos "leales y fieles Vasallos del Rey Catolico de las Españas e Indias" em que diante do cativo de seus "muy amados padre, hermanos y demás individuos de mi Real Família de España", privados assim de condições para lutar pela "defensa y conservación de sus

⁸⁵ María Teresa CALDERÓN y Clément THIBAUD. *Las revoluciones en el mundo atlántico*. Bogotá: Taurus, 2006.

⁸⁶ PERALTA R. *La independencia y la cultura política peruana*. Cit. P. 47-52.

⁸⁷ HERREROS TEJADA, Luis. El teniente general Don José Manuel de Goyeneche, primer conde de Guaqui. Barcelona: Editorial Oliva de Vilanova, 1923. p.48

derechos a la dirección y gobierno de sus Fieles vassallos", declara que: "considerándome suficientemente autorizada y obligada á exercer las vezes de mi Augusto Padre y Real Família de España existentes em Europa como la mas próxima representante suya en este Continente de America para con sus fieles y amados Vasallos"⁸⁸.

O projeto apresentado por Carlota reivindicava que ela fosse reconhecida pelas autoridades do mundo hispânico como legítima sucessora do trono da Espanha enquanto seu pai e seu irmão estivessem impedidos de governar, em um momento de profunda instabilidade política e de rompimento dos princípios dinásticos. Sob o argumento de defesa contra um inimigo comum, a França napoleônica, Carlota buscava, inicialmente, o reconhecimento de seu direito sucessório na America hispânica e em um segundo momento iria apresentá-lo à Junta Central.⁸⁹ A proposta teve impactos desiguais em cada uma das regiões da América, mas entre as mais altas autoridades coloniais (vice-reis, audiências e cabildos) verificou-se um rechaço generalizado às pretensões de regência da princesa do Brasil. O argumento recorrente entre essas autoridades foi que já haviam prestado o juramento de fidelidade ao rei Fernando VII e que dessa maneira não era necessária a tutela oferecida por Carlota.⁹⁰

O projeto de Carlota obteve uma repercussão significativa no Rio da Prata entre os criollos de Buenos Aires, liderados por Juan José Castelli, que julgavam que uma regência na América poderia favorecê-los e, assim, consideraram a Junta de Sevilha ilegítima. O Rio da Prata mostrou-se campo fértil para o projeto, onde o

⁸⁸ Anexo nº3, citado por HERREROS TEJADA, Luis. El teniente general Don José Manuel de Goyeneche, cit; M. TERNAVASIO. *El trono vacante*. Cit; Francisca Nogueira AZEVEDO. *D. Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁸⁹ Em 25 de setembro de 1808 formou-se a Suprema Junta Central Governativa del Reino, com a proposta de reunir todas as outras juntas que haviam se formado na Espanha. A notícia da formação da Junta Central chegou ao vice-reino do Peru em fins de janeiro de 1809. PERALTA R. *La independencia y la cultura política peruana*. Cit. P. 48 e segs.

⁹⁰ M. TERNAVASIO. *El trono vacante*. Cit, P.11 Francisca Nogueira AZEVEDO. *D. Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; PEREIRA, Sara M.. *D. Carlota Joaquina e os espelhos de Clio*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

surgimento de mais uma alternativa à crise enfrentada pela monarquia intensificou os conflitos já existentes entre as autoridades coloniais e exaltou os ânimos de diversos setores. Podem ser destacados dois fatores que explicam a relevante repercussão – não necessariamente em apoio – da proposta de Carlota no Rio da Prata: primeiramente por ser aquela uma região onde havia um intenso contato entre colonos portugueses e espanhóis, estreitado por frequentes relações comerciais; e em seguida, também pela instabilidade política ali experimentada nos últimos anos, que teria proporcionado um aprendizado político importante na região. Deve-se destacar que os impactos do Carlotismo foram estudados de maneira muito desigual pela historiografia, o que contribui para a sensação equivocada de que se restringiu somente àquele caso⁹¹.

Em conflitos inseridos nas disputas pelo poder local, Javier Elío, governador de Montevideu, apoiado pelo cabildo dessa cidade, demandou que o governador de Buenos Aires fosse deposto, acusado de uma suposta aproximação com os franceses. Sem o apoio do cabildo de Buenos Aires, Liniers buscou, em vão, depor Elío, que respondeu com a constituição de uma junta de governo, semelhante à criada em Sevilha. Teria lugar em Montevideu a primeira experiência juntista da América espanhola, em 21 de setembro de 1808. Nas palavras de Pivel Devoto, "la crisis de 1808 acentuó el papel protagónico en la política que habían adquirido los cabildos rioplatenses con las invasiones inglesas de 1806 y 1807"⁹².

Já de partida em direção a Charcas e ao Peru, Goyeneche qualificou a atitude de Elío de insubordinação. Com sua autoridade fortemente abalada, Liniers ainda teria que responder à já mencionada representação de Carlota Joaquina, em que expunha suas pretensões de regência. Nos meses seguintes, o vice-rei Liniers acabaria afastado e

⁹¹ M. TERNAVASIO. *El trono vacante*. Cit, p.17.

⁹² Op. Cit PERALTA RUIZ. *Independencia y la cultura política*. cit, p.49; HALPERIN. *Historia da América Latina 3. Reforma y disolución de los Imperios Ibéricos, 1750-1850*. Madrid: Alianza, 1985.

substituído por Hidalgo Cisneros em julho de 1809, encarregado pela Junta Central da Espanha para dissipar as intrigas com o governador de Montevideú.

A proposta de regência de Carlota foi interpretada pelas autoridades vice-reinais do Peru como mais uma demonstração dos interesses expansionistas portugueses. A relação das colônias hispânicas com a vizinha América Portuguesa, foi marcada por um frequente receio quando o tema era o interesse expansionista português pela região. Em relação ao Vice-reino do Peru, podemos destacar os contatos estabelecidos na fronteira amazônica, que por vezes acabaram desencadeando conflitos na região⁹³; e também a bastante conhecida influência exercida pelos colonos e autoridades portuguesas no Rio da Prata. Ainda que no momento em questão a região do Alto Peru pertencesse à jurisdição do Vice-Reino do Rio da Prata, historicamente continuava ligada ao Vice-Reino do Peru, do qual fora desmembrada somente em 1776.⁹⁴ Esse contato, constituído pela circulação de pessoas, mercadorias, informações e ideias, seria então modificado com o estabelecimento da Corte Portuguesa na América, acrescentando ainda mais ambiguidades e receios nessa relação.

Nesse contexto de crise, Abascal tentaria manter as autoridades da península cientes dos desdobramentos da crise na América; assim, na correspondência enviada em 14 de abril de 1809 ao Primeiro Secretário de Estado e Despacho, o vice-rei "da cuenta de la llegada de la fragata Higginson y de los incidentes promovidos por su presencia". Nesse informativo Abascal pretendia deixar claro que não hesitara em nenhum momento diante da proposta de regência de Carlota, e também pode-se depreender a interpretação do vice-rei sobre as implicações para o Império Espanhol caso tal regência se concretizasse:

⁹³ Carlos Bastos. No limiar dos impérios. Cit.; Fernando ROSAS MOSCOSO. Del Rio de la Plata al Amazonas: El Perú y el Brasil en la época de la dominación ibérica. Lima: Universidad Ricardo Palma, 2008.

⁹⁴ D. BUSHNELL. "A independência da América do Sul espanhola". Cit.

Un asunto de tan varias atenciones en las presentes circunstancias, tan grave por todos sus aspectos, (...) a la vista de los fatales resultados y discordia civil del reino de Buenos Aires (...) me obligó a convocar para su decisión una junta que presidí, compuesta del Reverendo Arzobispo, Real Audiencia y Cabildo secular de esta ciudad. Vistos en ella en dos actos celebrados en 23 de Diciembre y 2 de Enero últimos los indicados papeles, se resolvió en instancia de ellos se contestase a Su Alteza la Serenísima Señora Princesa del Brasil, que, siendo inalterable la lealtad con que este reino reconoce por su único y legitimo soberano al Señor Don Fernando VII, son inadmisibles otras disposiciones que las que dimanen de su autoridad suprema o de las constituidas en su real nombre y que por esto mismo embarazaba permitir el expendio de comercio entre estos puertos y los de la Gran Bretaña⁹⁵

Seguro quanto ao seu modo de agir, Abascal mostrava-se consciente do impacto que a proposta de Carlota porporcionou na já conturbada Buenos Aires, o que o motivou a tomar imediatas providências no Vice-Reino do Peru. Convocou para tanto as principais autoridades do vice-reino e elaborou a incisiva negativa ao projeto de Carlota, baseado no argumento central de que o trono da Espanha não estava "vago", uma vez que já haviam jurado fidelidade a Fernando VII no Peru. A aclamação do rei fora concebida por Abascal como uma oportunidade importante para lançar mão da poderosa simbologia que um evento como aquele permitia. Entretanto, à noticia da aclamação de Fernando VII na Espanha logo sucedeu-se a das Abdicações de Bayona, fazendo com que o vice-rei adiantasse a cerimônia que estava programada para 1 de dezembro. Em vista da tomada do trono por José Bonaparte, considerado intruso pelas autoridades espanholas, o juramento de lealdade à Fernando VII seria prestado em Lima em 13 de outubro de 1808, a respeito do qual Abascal afirma:

⁹⁵ *Coleccion Documental de la Independencia del Perú*. Tomo 22. Documentación oficial española, 12/04/1809

Esta intempestiva ocurrencia nos privó a todos de hacer una ostentosa demostración de nuestra fidelidad (...) pero aunque careció de aquellos accidentes, ella se verificó en el Corazón de estos habitantes el día señalado de un modo mil veces más augusto e más sagrado, más sincero y más cordial que hán visto los siglos.⁹⁶

Meses depois, em nova correspondência dirigida à Espanha, Abascal retomava o importante assunto do Carlotismo e informava que "por mi correspondencia de oficio y confidencial con el Virrey interino de Buenos Ayres, he sido enterado de las ideas de la Corte del Brasil, dirigidas por el ministro Sousa Coutinho desde su llegada al Río de la Plata cuando menos"⁹⁷. Diante de tais notícias, Abascal assegura:

redoblaré mi vigilancia para contener y rechazar los intentos de aquella potencia [Portugal] o de cualquier otra que por medio de la seducción o de la fuerza pretendan la menor cosa contra los derechos incontrastables de nuestro legítimo soberano en cuya defensa será mi mayor gloria exhalar el último aliento.⁹⁸

O discurso de Abascal é marcadamente legitimista e reflete a compreensão de que, "el desgraciado y lamentable suceso del cautiverio de nuestro amado Soberano"⁹⁹ não poderia ser argumento para a busca de outra autoridade soberana, mas deveria impulsionar a luta árdua pelo restabelecimento da legalidade. Evidencia-se aqui a fragilidade da noção de solidariedade entre Portugal e Espanha e, por consequência, entre suas colônias. Abascal desconfia das intenções portuguesas, por considerar que a Grã-Bretanha poderia ser a mentora das ações daquela Corte. O rechaço de Abascal,

⁹⁶ ABASCAL. *Memoria de gobierno*. Cit., p.428.

⁹⁷ CDIP. Tomo 22. Documentación oficial española, 15/06/1809.

⁹⁸ *Idbem*

⁹⁹ *Ibdem*

entretanto, não conseguiu evitar que as informações a respeito do projeto de Carlota circulassem pelo vice-reino do Peru. Como ocorrera no Rio da Prata, o projeto não lograria maior impacto, graças à rápida ação do vice-rei e vítima também das próprias disputas locais pelo poder.

O carlotismo não conquistou o apoio esperado entre as colônias hispânicas, menos ainda pela Junta Central. Alguns fatores prejudicaram qualquer possibilidade de sucesso da proposta, como por exemplo, a grande operação ideológica que rapidamente transformou Fernando VII no rei desejado e esperado, eliminando qualquer alternativa que ferisse a lealdade a ele¹⁰⁰. A Junta Central também reduziu as possibilidades de sucesso de Carlota com a Real Ordem de 22 de janeiro de 1809, que declarava os reinos americanos parte integrante da monarquia e que, portanto, teriam representação na Junta Central. Eliminava-se assim um importante elemento para a negociação de Carlota com as autoridades hispanoamericanas.¹⁰¹

A exemplo do que ocorrera na Espanha logo após as abdições de Bayona, surgiriam nos domínios hispânicos da América juntas de governo que, sob a égide legitimista, declaravam governar em nome de Fernando VII enquanto o soberano estivesse impedido de governar.¹⁰² Apesar de tratarem-se de manifestações de lealdade ao rei, tais juntas operariam, na prática, uma mudança de caráter revolucionário, tornando-se fundamento da posterior dissolução do Império Espanhol.¹⁰³ Em 1809, durante sua passagem pela Audiencia de Charcas, na região do Alto Peru, Goyeneche

¹⁰⁰ LANDAVASO. "La mascara de Fernando VII". Cit.; V. MÍNGUEZ (ed.). *Visiones de la monarquía hispánica*. Cit.

¹⁰¹ TERNAVASIO. *El trono vacante*. cit, p.17. O excerto da Real Ordem da Junta Central é o seguinte: "Considerando que los vastos y preciosos dominios que España posee en las Indias no son propiamente colonias o factorias como los de otras naciones, sino una parte esencial e integrante de la Monarquía española..., se ha servido S.M. declarar...que los reinos, provincias e islas que forman los referidos dominios deben tener representación nacional inmediata a su real persona y constituir parte de la Junta Central...". Op. Cit. Jaime RODRÍGUEZ. "Las primeras juntas autonomistas". Em: Germán CARRERA DAMAS (eds.) *Historia de América Andina*. Cit., p.135.

¹⁰² Sobre a conversão de Fernando VII – num intervalo de apenas dois meses – em uma figura mítica a ser defendida, ver: LANDAVAZO. *La Máscara de Fernando VII*. Cit.

¹⁰³ GUERRA. *Modernidad e independencias*. Cit.

presenciaria a formação de uma junta de governo, desencadeada por conflitos relacionados às aspirações de Carlota Joaquina na América. Ressalta-se que as juntas de governo surgiram precocemente no Alto Peru, se comparadas com as demais regiões da América.

A Junta de Chuquisaca foi criada a partir de disputas entre os juízes e o presidente da *audiencia* de Charcas, sob rumores de que o presidente da audiência, Ramón García de León y Pizarro fosse favorável ao projeto carlotista.¹⁰⁴ Logo que o presidente da audiência recebeu as informações dos acontecimentos da Europa promoveu, em 18 de setembro de 1808, o reconhecimento da autoridade da Junta de Sevilha. Entretanto, em 23 de outubro chegaram novas notícias a Charcas, vindas de Buenos Aires, em que constavam a credencial de Goyeneche e o "cumpra-se" assinado por Liniers. Os juízes entenderam que por não estarem referendadas por Madri as ordens de Liniers não deveriam ser respeitadas e, por isso, recusaram-se a acatar a decisão de León y Pizarro. Na prática, a atitude dos juízes revela a desconfiança nutrida contra Buenos Aires e a defesa de uma autonomia local. Diante de tal pressão o presidente da audiência recuou, revogando o reconhecimento da Junta. A chegada de Goyeneche, ao invés de acalmar os ânimos, precipitou o aprofundamento do conflito, sendo acusado de ser um emissário encoberto do carlotismo. Quando o comissionado já havia saído de Charcas os juízes depuseram o presidente da audiência e constituíram uma Junta de Governo, em 25 de maio de 1809.¹⁰⁵

De forma semelhante, uma Junta de Governo foi criada em La Paz em 16 de julho de 1809 após a destituição e prisão do Intendente Tadeo Dávila, também acusado

¹⁰⁴ D. BUSHNELL. "A independência da América do Sul espanhola". Cit., p. 124. e T. HALPERIN. *Historia da América Latina*. Cit. p. 54; Estanislao JUST LLEÓ. *Comienzo de la independencia en el Alto Perú: los sucesos de Chuquisaca*, 1809. Sucre: Editorial Judicial, 1994.

¹⁰⁵ PERALTA. *La independencia y la cultura política*. Cit.; Scarlett O'PHELAN. (comp.) *La independencia del Perú. De los Borbones a Bolívar*. Lima: PUCP-Riva-Agüero, 2001; HERREROS TEJADA. *El teniente general Don José Manuel de Goyeneche, primer conde de Guaqui*. Barcelona: Editorial Oliva de Vilanova, 1923.

de apoio ao projeto da Corte portuguesa. A Junta ali formada reconheceu a soberania da Junta Central da Espanha e enviou seus representantes para entrarem em contato com diversas autoridades regionais, a fim de justificar sua conduta. Ambas as juntas relacionam-se com a antiga demanda das autoridades charqueñas por autonomia tanto em relação ao Rio da Prata quanto ao Vice-reino do Peru, assim, formaram-se contra a possibilidade de ingerência de Buenos Aires ou de Carlota Joaquina sobre seus interesses.¹⁰⁶

Em 10 de agosto do mesmo ano constituiu-se uma Junta em Quito, onde o prolongado enfrentamento entre criollos e peninsulares foi intensificado pela crise da monarquia. Neste caso, as suspeitas de traição recaíram sobre os peninsulares, acusados de pretenderem reconhecer o invasor francês. Em decorrência dessas suspeitas o presidente da audiência foi preso e uma Junta de Governo foi formada, presidida por Marquês de Selva Alegre.¹⁰⁷

A formação destas Juntas de Governo respondem a conflitos já existentes entre as autoridades locais e regionais, que se acirraram diante das novas circunstâncias da metrópole e dos boatos de que as províncias do Rio da Prata haviam aderido ao projeto Carlotista. Uma diferença importante que se pode apontar entre as Juntas de Montevideu, La Paz e Chuquisaca, é que a última constituiu-se frente à recusa em reconhecer a Junta de Sevilha como legítima representante do rei, enquanto as demais haviam jurado lealdade à Junta metropolitana. Estas primeiras tentativas de formação de governos autônomos – ainda que sob o signo da provisoriedade – foram logo

¹⁰⁶ PERALTA. *Independencia y cultura política*. cit, p. 124.

¹⁰⁷ A Junta de governo de Quito, apesar de estar sob jurisdição do Vice-reino de Nova Granada, também foi reprimida pelas tropas do vice-rei do Peru, Abascal. David BUSHNELL. “A independência da América do Sul espanhola”. In: Leslie BETHELL (org.) – *História da América Latina*, vol. III. São Paulo: Edusp, 2000. p. 125-130; Jaime RODRÍGUEZ – *La revolución política durante la época de la independencia. El Reino de Quito, 1808-1822*. Quito: Universidad Andina Simon Bolívar, 2006; Marta URUZOQUI. “Cuando Charcas devino en Bolivia. Algunas reflexiones sobre el cambio político.” In: I. FRASQUET y A. SLEMIAN (Eds.). *De las Independencias Iberoamericanas a los Estados Nacionales (1810-1850): 200 años de Historia*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2009.

sufocadas pelas tropas de Abascal. Sublinha-se o fato de que nenhuma delas foi constituída sob a área de jurisdição do Vice-Reino do Peru, mas correspondiam – à exceção de Quito – à área do Alto Peru, cuja histórica integração ao Vice-reino do Peru foi rompida – e por diversas vezes questionada – no final do século XVIII, quando passaram a integrar o recém criado Vice-Reino do Rio da Prata.¹⁰⁸

A chegada de Goyeneche ao Vice-Reino do Peru foi mais tranquila, se comparada com os tumultos causados pela sua passagem no Rio da Prata. O emissário chegou em Cuzco em 18 de fevereiro de 1809, de onde partiu para Arequipa – cidade onde nasceu – e, finalmente, chegou na capital do Vice-Reino em fins de março. Abascal já havia recebido no mês de outubro de 1808 a correspondência de Goyeneche na qual se apresentava como representante da Junta de Sevilha e recomendava o juramento de lealdade à Fernando VII, o que levou o Vice-Rei a promover com urgência tal juramento, realizado em 13 de outubro. Goyeneche foi, portanto, bem recebido em Lima, e o Real Acuerdo acatou suas recomendações, procedendo ao reconhecimento da Junta de Sevilla e à arrecadação de vultosos recursos para auxiliar a guerra na península. A partir de então, Goyeneche gozaria de posição de destaque no governo de Abascal, tendo sido intendente interino de Cuzco e na condição de homem de confiança do Vice-Rei, foi responsável pela intervenção militar contra a Junta de Governo de La Paz, ainda em 1809.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Víctor PERALTA RUIZ. *La independencia y la cultura política peruana (1808-1821)*. IEP Instituto de Estudios Peruanos: Lima, 2010. P.123-128.

¹⁰⁹ Peralta Ruiz, *La independencia y la cultura política peruana*. p.48-54; Marta URUZOQUI. “Cuando Charcas devino en Bolivia. Algunas reflexiones sobre el cambio político.” Em: I. FRASQUET y A. SLEMIAN (Eds.). *De las Independencias Iberoamericanas a los Estados Nacionales (1810-1850): 200 años de Historia*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2009; Jaime RODRÍGUEZ. *La revolución política durante la época de la independencia. El Reino de Quito, 1808-1822*. Quito: Universidad Andina Simon Bolívar, 2006; Scarlett OIPHELAN. “El proceso de independencia en el Perú”. Em: I. FRASQUET y A. SLEMIAN (Eds.). *De las Independencias Iberoamericanas a los Estados Nacionales*. cit

Em sua Memória de Governo, Abascal mostrou-se orgulhoso de seus feitos em defesa da monarquia espanhola, baseada na "fidelidade" e no "amor por la Santa causa del Rey":

Mi constante adhesión y suma deferencia al Gobierno Supremo representante de la Soberanía, en todas las vicisitudes y alteraciones que ha sufrido, ha mantenido este Reyno en la asombrosa tranquilidad que el Mundo admira, en medio de los embates que ha padecido y padece en los demás puntos de la América. Con esto solo había llenado el objeto de mis altas obligaciones: pero mi ardiente fidelidad, interés y amor por la causa Santa del Rey, y de la Patria, me han impelido, y determinado a llevar mis providencias más adelante á donde la necesidad las há exigido más imperiosamente en tiempos de serenidad, y con doble razón en estos trastornos y de calamidad para refrenar la ambición y orgullo de algunos insensatos que persuadidos de la impunidad de sus Crímenes en las desgracias de la España han aguzado el puñal, para emplearlo en las entrañas de su misma Madre como se verá en el curso de esta exposición.¹¹⁰

Atuar fora da área de sua jurisdição não era um problema, mas um dever para Abascal, que desprezou quaisquer argumentos apresentados pelos juntistas, considerados "promovedores y auxiliares de la sedición", afirmando a justiça "de este Gobierno para detenerla[s] y extinguirla[s] si fuese possible en todos los lugares en que há aparecido"¹¹¹. Conforme assinala a historiadora Scarlett O'Phelan, o fato de que nenhuma Junta de Governo chegou a se estabelecer na capital do Vice-Reino do Peru não significa que Lima era uma "ciudad apacible o impermeable a los avatares

¹¹⁰ Memoria Abascal, "Proclamación de Fernando VII", p.429-430.

¹¹¹ Memoria Abascal, p.488.

políticos”, mas que o aparato repressivo ali instalado foi capaz de abortar o desenrolar de uma “atmosfera conspirativa”.¹¹²

Em janeiro de 1810 a situação da península modificou-se novamente. Frente a uma nova ofensiva militar francesa, a Junta Central, ameaçada, nomeou um Conselho de Regência e decretaria a sua autodissolução em 31 de janeiro. A criação do Conselho de Regência comprometeu ainda mais a já precária legitimidade que a Junta desfrutava na América e a sua aceitação não seria unânime no ultramar.¹¹³ Os acontecimentos europeus abriram uma nova onda de formação de juntas de governo na América, agora mais dispersas pelos domínios hispânicos, como, por exemplo, em Caracas (abril), Buenos Aires (maio), Bogotá (julho), Santiago e Quito (ambas em setembro) e em vários outros centros urbanos.¹¹⁴ A diversidade de respostas à formação do Conselho de Regência deflagrou na América um conjunto de alternativas políticas até então impensáveis, e que caracterizaram o início dos processos de independência.

Tais eventos iriam impactar não somente o Vice-Reino do Peru ou a América espanhola, nesse contexto de grandes transformações o conhecimento das convulsões que tiveram lugar na vizinhança também colocaria o Brasil em estado de atenção. A política luso-brasileira fazia-se diante da experiência adquirida com os territórios espanhóis, sobretudo, na direção das medidas a serem tomadas a fim de impedir o avanço da revolução para a América portuguesa.

O governo português manteve um profundo interesse pelos acontecimentos da América espanhola, pois as primeiras reações diante da crise europeia revelavam a

¹¹² Scarlett O’PHELAN GODOY. “El Perú de Abascal: entre la Constitución de Cádiz, la Lima fidelista y la reformulación del espacio virreinal.” In: Manuel CHUST e Ivana FRASQUET (eds.). *La patria no se hizo sola. Las revoluciones de las independencias iberoamericanas*. Madrid: Silex ediciones, 2012. p.208-226

¹¹³ GUERRA. Dos años cruciales. Op. cit., p. 131-133.

¹¹⁴ D. BUSHNELL. A independência da América do sul espanhola. cit., p. 128-131. M. ARTOLA. *La burguesía revolucionaria*. Cit. p. 35-39. GUERRA, *Modernidad e Independencias*. Cit. P.124-133; Jaime O. RODRÍGUEZ. Las primeras juntas autonomistas. 1808-1812, in: G. CARRERA DAMAS (ed.). *Historia de America Andina*, vol 4, Editorial Ecuador: Quito, 2003.

presença, também no Novo Mundo, dos princípios revolucionários, aproximando inevitavelmente as duas porções do continente. A sucessiva chegada das notícias a respeito da península colocava em questionamento a frágil legitimidade das novas formas políticas adotadas diante da ausência do soberano. Assim, abertura do processo revolucionário na hispano-américa agravou o receio, no Brasil e no mundo português, de que tais manifestações representassem um perigo à sobrevivência da ordem dinástica.¹¹⁵

Tomando-se por parâmetro o incômodo e o receio que a aliança entre Portugal e Grã-Bretanha havia provocado nas autoridades hispano-americanas, sobretudo em relação aos conhecidos interesses comerciais ingleses, depreende-se que, deste ponto de vista, os Tratados de Aliança e Amizade assinados entre Portugal e Grã-Bretanha em 1810 representavam a consolidação das relações políticas e comerciais entre aqueles países e um risco maior de que os interesses comerciais da Grã-Bretanha prevalescesse sobre as alianças que a ligavam a Portugal e Espanha. Assim, os Tratados de 1810 tiveram o objetivo de conferir estabilidade aos acordos pré-existentes e estabelecer tarifas alfândegárias reduzidas para os produtos britânicos, além de regulamentar outras questões comerciais e militares.¹¹⁶

A repercussão desses tratados no mundo português foi variada, mas prevaleceu a interpretação de que significavam a favorecimento da Grã-Bretanha em detrimento dos interesses comerciais e econômicos de Brasil e Portugal. Tal incômodo provocado pela assinatura do tratado com a Grã-Bretanha pode ser notado no fato de que a *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico oficial da Corte portuguesa, tardaria sete meses para publicar essa informação, o que se tratava, segundo Pimenta, de um silêncio eloquente.

¹¹⁵ PIMENTA, O Brasil e a América Espanhola. P.173-174.

¹¹⁶ Valentim Alexandre, p.209-232; Ana Cristina ARAÚJO. *O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – 1815/1822, em: Revista de História das Idéias, n.14, Coimbra, 1992.*

O mesmo tipo de postura é identificada em relação à divulgação acontecimentos da América espanhola, que eram "cuidadosamente silenciados e apenas circunstancialmente evocados, aparentemente em busca de um resguardo do mundo português perante um influxo de exemplos e experiências cujos resultados, no Brasil, eram ainda incertos". A incipiente imprensa em circulação na América portuguesa estava, portanto, sujeita à censura e tinha um caráter oficioso; ainda assim, era o meio mais importante através do qual circulavam publicamente as informações e opiniões acerca dos acontecimentos do presente.¹¹⁷

Em Buenos Aires a nova situação da metrópole agravou a crise de autoridade local; uma vez que o Conselho de Regência não foi reconhecido, procedeu-se à formação de uma Junta de Governo em 25 de maio de 1810. Buenos Aires passaria a irradiar os princípios revolucionários na América, a fim de estender sua área de influência por todo o Vice-Reino do Rio da Prata, incluindo, portanto, a região do Alto Peru. Da mesma forma que o Conselho de Regência, a Junta de Buenos Aires também não gozaria de reconhecimento unânime: em continuidade às antigas disputas locais, o cabildo de Montevideu rechaçou a junta e decidiu manter sua lealdade ao Conselho de Regência, assim como o Alto Peru e o Paraguai.¹¹⁸

A importante região do Alto Peru foi colocada pelas circunstâncias no centro de uma sucessão de disputas entre as forças revolucionárias de Buenos Aires e as realistas do Vice-Reino do Peru.¹¹⁹ Lima havia se constituído em reduto realista, onde

¹¹⁷ PIMENTA, *O Brasil e a América Espanhola*. P.175 e segs.

¹¹⁸ D. BUSHNELL. A independência da América do sul espanhola. cit.,; PIMENTA. *O Brasil e a América espanhola*. Cit.; PERALTA. *La independencia y la cultura política*. Cit.

¹¹⁹ O Vice-Reino do Peru foi desmembrado primeiramente com a criação do Vice-Reino de Nova Granada em 1717, suprimido posteriormente em 1724 e restabelecido em 1739. As regiões do Alto e do Baixo Peru são abordadas nesta pesquisa constituindo uma totalidade, conforme recomenda O'Phelan. Considero, para tanto, a permanência das relações comerciais e a intrincada relação estabelecida nesta fronteira que persiste até meados do século XIX: em 1776 a região foi desvinculada do Peru, para ser novamente anexada em 1810; em 1824 a nova separação se dá com a declaração de independência e constituição da Bolívia. Entre 1836 e 1839 as antigas regiões coloniais foram unidas na breve Confederação Peru-Boliviana, para depois se separarem definitivamente. . T. HALPERIN. *Historia da*

se concentrariam o exército e o sistema repressivo, e a partir de onde sairiam as forças para combater as Juntas de La Paz e Quito e que agora voltavam-se contra Buenos Aires. Como será tratado adiante, a posição de Peru como "bastião da legalidade" foi o principal motivo para que o Vice-Reino do Peru se transformasse em ponto primordial da luta independentista, para o qual converteriam olhares, estratégias e tropas na segunda fase da guerra na América. Esta "guerra em dos frentes", ou seja, a luta contra os focos revolucionários do Alto Peru e os de Buenos Aires, como foi denominada por Hamnett, acabaria por provocar a deterioração dos recursos econômicos do exército realista, que ignorou as fronteiras do vice-reino a fim de dirimir os focos subversivos.¹²⁰

Os acontecimentos precipitados pela crise das monarquias ibéricas permitem acompanhar a formação da aliança entre Portugal, Espanha e Grã-Bretanha no bojo das invasões napoleônicas à península. Foi durante o próprio desenrolar dos acontecimentos que elas constituíram-se, marcadas pelas profundas contradições daquele momento e implementadas pela urgência das circunstâncias. O que de forma alguma indica que essa aliança fosse irrelevante.

A crise das monarquias ibéricas se fez sentir também na América, seja pela transferência do centro de poder para o Novo Mundo, seja pelo surgimento de novos espaços para o exercício da soberania. Os episódios da formação de Juntas de Governo em Montevideú, Chuquisaca e La Paz evidenciam a circulação de novos referenciais e de diversas alternativas frente à crise das metrópoles ibéricas, como por exemplo, o controverso projeto Carlotista, que provocou impactos nessas regiões.

Ampliando essa lente de observação, compreende-se que a crise levou a um amadurecimento dos circuitos de informação que interligavam a península ibérica e suas

América Latina. Cit., p. 22 e 34. e O'PHELAN GODOY. "El mito de la 'independencia concedida'. Cit., p. 149-152;

¹²⁰ Scarlett O'PHELAN. "El proceso de independencia en el Perú". Cit., p.118-111; Carmen MC EVOY, Maurício NOVOA, Elias PALTÍ (eds). *En el nudo del império. Independencia y democracia en el Perú*. Lima: IEP, 2012.

colônias americanas, a exemplo do forte impacto que acontecimentos da magnitude da transferência da Corte portuguesa para seus domínios na América e da "acefalia" da monarquia espanhola foram capazes de provocar. As reações específicas desencadeadas já nestes primeiros meses após a invasão francesa à península ibérica no Vice-Reino do Peru e no Brasil, agora sede da Monarquia portuguesa, permitem identificar que, cada um à sua maneira, esses espaços apresentariam-se como centros de resistência regional contra, de acordo com uma interpretação legitimista, a ameaça napoleônica e suas consequências nocivas na América.

Pode-se concluir que a visão predominante do mundo luso-americano nesse primeiro momento foi marcada pelo difícil equilíbrio entre o receio baseado na história das disputas na região e pela defesa da aliança entre as nações. Na imprensa hispano-peruana, predominaram as notícias sobre a guerra na península, a controversa formação de alianças, com destaque para a proximidade entre Portugal e Espanha, apresentados como vítimas diante de um inimigo comum. A situação da América ainda aparece pouco, restrita à informação das primeiras insurreições em Buenos Aires. O projeto carlotista, de reconhecida importância e repercussão nesses anos não é mencionado na imprensa, predominando a visão de Portugal como aliado incondicional. Somente na memória de Abascal é que ficaria clara a insegurança gerada pela aliança de Portugal e Grã-Bretanha, vista como potencialmente perigosa em face do histórico expansionista de ambas. Deve-se levar em consideração que o relato de Abascal foi escrito a *posteriori*, entretanto, as correspondências enviadas pelo vice-rei para as autoridades espanholas demonstram que os receios já eram vigentes àquela época, impondo desde o início limites a uma solidariedade que se esboçava em defesa dos ideais legitimistas.

CAPÍTULO 2

DA ABERTURA DAS CORTES À DERROTA DE NAPOLEÃO (1810-1814)

2.1. As Cortes Extraordinárias da Espanha e as eleições na América.

A Real Ordem expedida pela Junta Central de Sevilha em 1809 havia aberto a oportunidade da primeira experiência de eleição de representantes na América. Fortemente marcada pelas incertezas do período, as eleições foram lentas em toda a América, sendo que em muitas regiões os representantes sequer foram eleitos antes que a Junta Central fosse dissolvida na Espanha. O Vice-Reino do Peru elegeu seu representante, o clérigo José Silva y Olave que, entretanto, não chegou a reunir-se com a Junta Central, que já havia sido dissolvida.¹²¹

A nova autoridade estabelecida na Espanha no início de 1810, o Conselho de Regência; novamente, convocou a eleição de deputados americanos, segundo o decreto de 14 de fevereiro de 1810 e, finalmente, em 24 de setembro daquele ano seriam abertas as “Cortes Generales y Extraordinarias”. A eleição de deputados no ultramar marcaria o início de um novo processo eleitoral confuso e realizado sob ritmos específicos em cada província, a depender de sua situação política interna, dos recursos disponíveis para custear a viagem do deputado eleito e também da disposição e empenho das autoridades coloniais para tanto.

¹²¹Jaime Rodríguez. Historia de América Andina..p.136. A notícia da dissolução da Junta Central chegou ao Peru em 01 de julho de 1810. Peralta, 2010, p.136; GUERRA, *Modernidad e independencias*. Cit. P,177; PERALTA, *En defensa de la autoridad*. Cit. P.109-111; José M^o PORTILLO VALDÉS, Xosé Ramón VEIGA ALONSO, M^o Jesús BAZ VICENTE (eds.) *A guerra da independencia e o primeiro liberalismo en España e América*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2009; CHUST y FRASQUET. *Una independencia muchos caminos*. Cit.

As distantes províncias da América e também as áreas ocupadas por tropas francesas deveriam ser representadas temporariamente por deputados suplentes, escolhidos entre os habitantes de Cádiz. As Cortes começaram seus trabalhos sem a presença dos representantes americanos eleitos, com exceção do representante de Porto Rico,. A escolha dos 30 suplentes que representariam os territórios americanos ocorreu em setembro de 1810: para o Vice-Reino do Peru foram eleitos 5 deputados suplentes, a segunda região da América com maior representação, atrás somente da Nova Espanha, com 7 deputados suplentes¹²². Desde o início os deputados americanos iriam apresentar seus questionamentos a respeito da representação desigual oferecida a eles, que eram maioria numérica no conjunto da monarquia.¹²³

Em Cuzco, por exemplo, os grandes atrasos na eleição e a alegada falta de recursos para a viagem do deputado eleito acabaram por inviabilizar a sua representação. Depois de tentativas fracassadas de envio dos deputados eleitos anteriormente – todos escolhidos sob grande polêmica – finalmente, em julho de 1812, Tadeo Gárate foi eleito em Puno. Gárate era um absolutista convicto, o que colaborou para o interesse do vice-rei Abascal em enviá-lo à Cádiz, tanto que o deputado viajaria em fevereiro de 1813 com recursos que, inicialmente, seriam destinados ao exército do Alto Peru. Este episódio demonstra que, se por um lado os recursos eram realmente escassos, faltava, principalmente, disposição das autoridades para enviar os deputados eleitos à Espanha. Segundo Rieu-Millán, e conforme apontado anteriormente, “la lucha contra las provincias rebeldes era un objetivo prioritario que absorbía los fondos

¹²² Marie L. RIEU-MILLÁN. *Los diputados americanos en las Cortes de Cádiz: igualdad o independencia*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990. p. 3-4.

¹²³ M. CHUST (org.). 1808. La eclosión juntera en el mundo hispano. México, FCE/El Colegio de México, 2008.

disponibles; el envío de diputados elegidos era una empresa secundaria, cuando no inútil y peligrosa”¹²⁴.

No Vice-Reino do Peru verificou-se uma manifestação espontânea de lealdade a Fernando VII logo da chegada das notícias a respeito de seu cativo, marcada por um discurso anti-napoleônico e também por uma profunda crítica àquele que teria sido o artífice da influência francesa na Espanha, Manuel de Godoy. Na *Respuesta de los españoles americanos a la proclama que les han dirigido los nobles sevillanos*, datada em Lima, em 4 de fevereiro de 1809, aparece esse discurso:

!Naciones ambiciosas del dominio americano! Oid. Vosotras no habéis tenido talento para otra cosa en el gobierno de vostras colonias, sino para mantener en ella una porcion de esclavos miserables, á quienes habéis negado toda instrucción, y toda Carrera que no fuese servil; y si nosotros hemos sufrido, es porque varios de nuestros políticos han tenido la temeridad de adoptar en parte vuestro sistema destructor, opresivo e injusto.¹²⁵

Embora a resposta seja de lealdade a Fernando VII, o trecho repudia a atitude de Godoy, que teria reproduzido na Espanha o "sistema destructor, opresivo e injusto" aprendido com os franceses, e traz consigo uma crítica às distorções cometidas pelos governantes e ao despotismo por eles empregado. Abascal logo deu-se conta da necessidade de regular a circulação de informações que pudessem alterar a paz do Vice-Reino, sobretudo após o estabelecimento da Junta de Buenos Aires, cuja estratégia para a difusão de suas propostas seria a combinação entre a ofensiva militar e a propaganda política.¹²⁶ A estratégia de Abascal para frear o avanço revolucionário sobre o Peru

¹²⁴Ibidem. p. 49-53. Sobre o tema ver também: M. CHUST. *La cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz (1810-1814)*. Valencia: UNAM, 2009.

¹²⁵ Minerva Peruana, nº1, 4/01/1809.

¹²⁶ PERALTA. *La independencia y la cultura política*. Cit., p.163.

também previa duas frentes: a dominação militar sobre as incursões dos revolucionários e a difusão de uma propaganda fidelista.

Abascal tinha a firme convicção de que a luta realista não se faria somente com armas, mas também pelo controle da imprensa insurgente e pela propaganda e reforço dos ideais monárquicos e legitimistas. Entretanto, segundo Peralta, “una revolución silenciosa se había activado a expensas de la lucha gubernamental contra la invasión francesa”¹²⁷. De certo modo, as manifestações de rechaço à Napoleão e depois a propaganda fidelista iniciada por Abascal acabariam por voltar-se contra seus próprios objetivos, já que se tornava cada vez mais difícil o controle da circulação das notícias, inclusive as da insurreição. Além disso, o amadurecimento dessa imprensa periódica levaria à transformação do periodismo tipicamente ilustrado em periodismo de corte liberal, de acordo com as novas ideias e pressupostos políticos que circulavam em todo o mundo hispânico.¹²⁸

Os acontecimentos das metrópoles ibéricas eram, sem dúvida, o conteúdo primordial das publicações americanas, que em geral traziam extratos dos periódicos europeus. É na condição de aliado que Portugal aparece em muitas destas publicações, por exemplo, nas cartas provenientes do Chile de novembro de 1810, em que se diz “Que se ha confirmado la total derrota del exercito de Marsena y Ney en las cercanias de ciudad rodrigo por la Romana y el exercito ingles y Portugues”¹²⁹. A fonte da notícia, segundo a *Gazeta del Gobierno*, era a *Gazeta de Regencia*, publicada em 12 de agosto daquele ano. Das gazetas de Londres também vinham boas notícias sobre a península, que novamente colocavam Portugal na condição de aliado da Espanha contra os

¹²⁷ PERALTA RUIZ. *En defensa de la autoridad*. Cit. p.45-48.

¹²⁸ PERALTA. *La independencia y la cultura política*. Cit; MARTÍNEZ RIAZA. *La prensa doctrinal en la independencia del Perú. 1811-1821*. Cit.

¹²⁹ GGL, nº12, 11/12/1810.

franceses. Esta solidariedade entre os países ibéricos aparece esboçada no comentário da *Gazeta del Gobierno*:

Por la lectura aunque rapida de dichas gazetas quedamos convencidos de que los asuntos de España y Portugal presentan el aspecto mas lisongero, y que no cabe duda en que el Emperador de los Franceses ha de sentir al fin el haber querido comprender aquellos reynos en su plan de subyugacion universal¹³⁰.

O esmero com que Abascal vinha controlando as publicações foi golpeado quando em 10 de novembro de 1810 as Cortes decretaram a liberdade de imprensa¹³¹. Uma determinação que desagradou o Vice-Rei, para quem a liberdade de imprensa representava um risco à segurança do Peru. Abascal mandou publicar o decreto na *Gaceta del Gobierno de Lima* em 18 de abril de 1811, entretanto, em sua Memória de Govenio indicava sua convicção de que tal liberdade deveria ser limitada:

Más como encargado también de la pasifica conservación de este Reyno, no podía faltar a esta esencial parte de mis obligaciones dejar correr á la sombra de la misma libertad discursos vehementes que pudiesen turbar el sosiego que tan felizmente y á costa de una vigilancia continua se há gozado en el territorio de mi responsabilidad.¹³²

Abascal deixaria claro também através de suas atitudes que a liberdade de imprensa não se faria em detrimento da manutenção da ordem no Vice-Reino do Peru e, se possível, em toda a América hispânica. Em 1810 o vice-rei havia proibido a

¹³⁰ GGL, nº31, 22/02/1811.

¹³¹ Scarlett O'PHELAN GODOY. "El Perú de Abascal: entre la Constitución de Cádiz, la Lima fidelista y la reformulación del espacio virreinal." In: Manuel CHUST e Ivana FRASQUET (eds.). La patria no se hizo sola. Las revoluciones de las independencias iberoamericanas. Madrid: Silex ediciones, 2012, p.208-226; da mesma autora: (comp.). La independencia del Perú. De los Borbones a Bolívar. Lima: PUCP – Instituto Riva Agüero, 2001; GUERRA. 'Voces del pueblo'. *Redes de comunicación y orígenes de la opinión en el Mundo Hispánico. (1808-1814)*. Revista de Indias, vol. LXII, 2002.

¹³² ABASCAL. "Libertad de ymprentas", *Memoria de Gobierno*, p.432.

circulação da *Minerva Peruana* e determinado a prisão de seu editor, Guillermo del Río, sob acusação de subversão, lançando mão da estratégia de férreo controle sobre as publicações no Vice-Reino. O decreto de liberdade de imprensa viria a interromper esses planos.¹³³

Este novo contexto permitiu a edição de novos periódicos, de corte constitucionalista liberal, como *El Peruano* (publicado entre setembro de 1811 e junho de 1812) e *El Satélite del Peruano* (foram publicadas 4 edições, entre março e junho de 1812), que denunciavam as arbitrariedades de autoridades e defendiam os direitos dos “homens livres”.¹³⁴ *El Peruano* era editado por Guillermo del Río, e um dos seus principais redatores era Gaspar Rico y Angulo; o periódico abordava os acontecimentos da península – com especial atenção às Cortes – e às insurreições americanas.¹³⁵ *El Satélite del Peruano*, criado com o propósito de ser um complemento a *El Peruano*, já em sua primeira edição fora denunciado pela Junta de Censura e considerado pelo Vice-Rei como “el [periodico] más incendiário y subversivo que ha salido de las prensas de esta ciudad”.¹³⁶ Assim, o respaldo da liberdade de imprensa não garantia a livre circulação destas publicações, que sofriam com as constantes tentativas do Vice-Rei de silenciá-las, conforme acusação de *El Satélite del Peruano*. Após a denúncia à Junta de Censura, seria publicada uma nova introdução ao periódico, não menos contundente que a primeira:

¹³³ PERALTA, *La independencia y la cultura política*. Cit.; Ascención MARTÍNEZ RIAZA. La prensa doctrinal en la independencia de Perú 1811-1824. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1985; Scarlett O'PHELAN. "El Perú de Abascal: entre la Constitución de Cádiz (...)". cit.

¹³⁴ PERALTA, *La independencia y la cultura política*. Cit. P.48-51; Ascención MARTÍNEZ RIAZA. La prensa doctrinal en la independencia de Perú 1811-1824. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1985.

¹³⁵ CHASSIN. Lima, sus élites y la opinión. cit. 260-261.

¹³⁶ Archivo General de Indias, Diversos, legajo 2, año 1812, Archivo Abascal, Lima, 1016; expediente conjunto contra *El Peruano* y *El Satélite*. Citado por: CHASSIN. “Lima, sus élites y la opinión (...)” cit. p.265.

Repetimos en esta nueva introduccion lo que diximos en la otra: que el plan principal de esta obra es redactar todos los papeles de Europa que puedan instruirnos en la HISTORIA, en la POLITICA v [sic] en la GEOGRAFIA, y esperamos que la censoria, mejor instruida sobre la primera, con la defensa judicial que de ella se hará con arreglo á la ley, reformara su censura en el segundo juicio. Si nuestro plan es revolucionario, quémense de una vez las imprentas, quémense los libros y las bibliotecas, quémense los impresos de Cádiz y de nuestras córtés soberanas, y por fin reduzcámos todos á vivir con los animales en los campos o á vegetar con las plantas.¹³⁷

O excerto de *El Satélite del Peruano* exemplifica as mudanças pelas quais passavam o pensamento político da época, que se manifestavam também na imprensa. A historiadora Ascensión Martínez Riaza aponta que a imprensa constitucionalista peruana foi influenciada pelo liberalismo peninsular, refletindo uma justaposição de elementos tradicionais e novos, sendo seus temas fundamentais a defesa do reformismo e um otimismo com o futuro. Toma-se como ponto de partida a definição de imprensa doutrinal apresentada por Martínez Riaza: "Se entiende por prensa doctrinal la que contiene un conjunto orgánico de ideas compartidas por un grupo de individuos; en este caso son las teorías que conforman el liberalismo de comienzos del siglo XIX", nesse primeiro momento, compartilhadas com os espanhóis peninsulares.¹³⁸

A *Gaceta del Gobierno de Lima* não foi incluída no trabalho de Martínez Riaza pelo seu caráter oficial; entretanto, aqui compreende-se o periódico como uma fonte indispensável para apreender, do ponto de vista das autoridades hispânicas, a repercussão e o conhecimento acerca dos acontecimentos da América portuguesa, convertida em sede da Corte. A *Gaceta del Gobierno* se converterá em uma importante arma de Abascal para a difusão dos princípios legitimistas, em suas publicações

¹³⁷ *El Satélite del Peruano*, nº1, 01/03/1812.

¹³⁸ MARTÍNEZ RIAZA, Ascensión. La prensa doctrinal en la independencia de Perú 1811-1824. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1985. p.25-30.

predominam as notícias acerca da guerra peninsular, com um notável otimismo, e também informações sobre as insurreições americanas, com o claro objetivo de desqualificá-las. Nota-se que o seu discurso procura conciliar a crítica contundente a tais manifestações com a visão de que os insurgentes agiam por uma interpretação equivocada dos fatos do presente, recomendando: "No seais tiranos con vuestros consanguineos y parientes"¹³⁹. Em sua Memória de Governo, Abascal refere-se a esse mesmo argumento fidelista de maneira muito clara, em que se opõe à "infame rivalidade suscitada entre individuos de una sola familia, cuya religión, usos y costumbres son comunes como que no hay más diferencia que la accidental del haver nacido en este ó en otro País más distante."¹⁴⁰

Em seu posicionamento de ataque ao que chama de insurreições americanas, a *Gaceta* divulgou a manifestação de decepção do Conselho de Regência em relação aos insurgentes venezuelanos:

No era ciertamente de esperar que en el tiempo mismo en que los heroycos esfuerzos de nuestra patria, auxiliados generosamente por nuestras magnánimas aliadas la Inglaterra y Portugal, llenaban de admiracion al mundo, tratasen de embarazarla en su gloriosa carrera unas provincias, que tan señaladamente se han distinguido en todo tiempo por su constante lealtad.¹⁴¹

O posicionamento do Conselho de Regência não é apenas de surpresa, mas de decepção, e contrapõe duas atitudes distintas: por um lado os atos “*heroycos*” realizados por seus aliados em defesa da monarquia; por outro lado, os venezuelanos, que estariam agindo no sentido contrário ao de costume, uma traição a sua história de lealdade à monarquia hispânica. A fim de garantir a manutenção dos princípios monárquicos e

¹³⁹ GGL, nº61, 21/05/1811.

¹⁴⁰ ABASCAL. *Memoria de Gobierno*. cit, p.492.

¹⁴¹ GGL, nº66, 05/06/1811.

legítimo,s o Conselho de Regência sublinha a importante colaboração de seus aliados, Portugal e Grã-Bretanha.

A conhecida dificuldade para se estabelecer uma comunicação eficiente entre a metrópole e a América seria utilizada pelo Conselho de Regência como argumento para amenizar o caráter revolucionário das manifestações na América, o que faz bastante sentido quando o propósito é evitar o alarde que as notícias poderiam causar:

Cuando S. M. llegó á entender el extravío de las que se han separado de su deber no dudó que solo la falta de noticias seguras sobre el verdadero estado de la metropoli, los conceptos equivocados á que las habria conducido esta ignorancia, ó el abuso que se hubiese hecho de su sencillez, y aun de su misma fidelidad, eran capaces de llevarlas á un extremos tan ageno del nombre español, y persuadido á que el exemplo de las demas, y el tiempo mismo bastarian á hacer que rectificasen sus ideas, quiso darles el necesario para no privarlas de la satisfaccion de reunirse á su rey y á su patria, por el mismo impulso, que mal entendido, las habia apartado momentáneamente.¹⁴²

As notícias da península divulgadas pela *Gaceta del Gobierno de Lima* asseguravam que “las noticias que corren muy validas por estos puntos repecto de Portugal son de nuevos triunfos por los aliados”¹⁴³ e que existe “una gran probabilidad de que Massena debe ser destruido en Portugal”¹⁴⁴ Estas e as muitas outras informações a respeito do desenvolvimento da guerra na península podem ser inseridas no projeto de reforço do fidelismo e respeito à lealdade ao rei cativo, representado pelo Conselho de Regência:

¹⁴² GGL, nº66, 05/06/1811.

¹⁴³ GGL, nº48, 18/04/1811

¹⁴⁴ GGL, nº64, 29/05/1811. André Massena foi o general francês que comandou a invasão francesa em Portugal entre 1810 e 1811.

¿Quien puede dudar en las Indias de la existencia y legitima autoridad suprema de un Gobierno, no solo obedecido por los vasallos de FERNANDO VII á quien representa, sino reconocido por el Rey de la Gran-Bretaña, por el de las dos Sicilias, por el Regente de Portugal, y cerca del qual residen sus respectivos Ministros y Enviados?¹⁴⁵

Novamente Portugal é apresentado como aliado da Espanha, capaz de garantir a legitimidade ao Conselho de Regência. Tal condição é evidenciada ainda na seguinte declaração do Conselho de Regência, que apresenta o futuro dos países ibéricos como atrelado:

Y declaran por último las Córtes, que la generosa Nacion á quien representan, no dejará un momento las armas de la mano, ni dara oidos á proposion de acomodamiento ó concierto, de cualquiera naturaleza que fuere, como no proceda la total evacuacion de España y Portugal por las tropas que tan inicuaamente las ha invadido, pues las Córtes estan resueltas con la Nacion entera á pelear incesantemente hasta dejar aseguradas la Religion santa de sus mayores, la libertad de su amado Monarca, y la absoluta independencia é integridad de la Monarquia.¹⁴⁶

A declaração das Cortes é sintomática da relação estabelecida entre Portugal e Espanha frente à guerra contra os franceses: não existiria qualquer possibilidade de acordo que não estivesse baseado na libertação de Espanha e Portugal. Além do enfrentamento contra um inimigo em comum, surge nessa declaração um dos componentes fundamentais dessa aliança: o fato de serem ambas as monarquias católicas. A defesa da "religión santa de sus mayores" era argumento político recorrente, que aproximava Portugal e Espanha nesse contexto de crise. Acordos diplomáticos em

¹⁴⁵ GGL, n°33, 01/03/1811

¹⁴⁶ GGL, n°71, 22/06/1811.

relação ao serviço militar também formaram a base dessa aliança, como o convênio que suspendia os privilégios de que gozavam os portugueses residentes na Espanha, e vice-versa:

Ha publicado el ministro del Rey en Lisboa la siguiente proclama: "Gallegos y demas españoles que os hallais en Portugal: La patria os ha llamado diferentes veces para que tomaseis parte en las acciones valerosas de vuestros paisanos, y en la inmortal gloria que de ellas resulta; y aunque es cierto que muchos naturales de Galicia han vuelto á su patria, no ha podido en esta veer sin dolor muchos militares jóvenes robusto que se han hecho sordos á sus voces, mirando con el mayor despego é indiferencia la suerte de sus familias, y de los lugares que les han dado el ser."¹⁴⁷

As obrigações mútuas entre portugueses e espanhóis colocariam em outro patamar a aliança entre as nações, em que se revelava uma noção de solidariedade monárquica. Por isso era tão relevante para a imprensa peruana manter-se informada dos avanços e conquistas daquelas forças aliadas, das quais dependeria a sobrevivência do regime monárquico na Europa e na América.

Entre os anos de 1811 e 1813, o Vice-Reino do Peru viu crescer significativamente o número de periódicos em circulação, impulsionados pelo amadurecimento do debate político e, sobretudo pelo decreto de liberdade de imprensa. No ano de 1808 o Peru contava somente com a *Minerva Peruana*, periódico oficial mas que acabaria extinto pelo Vice-Rei em 1810, sob acusação de publicar conteúdo subversivo. A *Minerva Peruana* foi substituída pela *Gaceta del Gobierno de Lima*, também de caráter oficioso, e que publicava predominantemente excertos de periódicos europeus, concentrando-se em dois temas fundamentais: guerra peninsular e luta realista na América, com algumas raras exceções. Este foi o único periódico que manteve sua

¹⁴⁷ GGL, n°75, 06/07/1811.

publicação até às vésperas da independência do Peru, quando passaria a chamar *Gaceta del Gobierno*.

Em 1809 e 1810 somente esses dois periódicos seriam publicados. A partir de 1811, dá-se um salto no número de publicações, alcançando-se até 1814 – quando a liberdade de imprensa é revogada – a publicação de 15 títulos diferentes. São eles, com seus respectivos períodos de publicação: *El Peruano* (de setembro de 1811 até dezembro de 1812, *El Satélite del Peruano* (de março até junho de 1812), *El Verdadero Peruano* (de outubro de 1812 até dezembro de 1813), *El Argos Constitucional* (1813), *El Anti-Argos* (1813), *El Cometa* (2 edições, em 1812 e 1813), *El Investigador* (de julho de 1813 até dezembro de 1814), *El Peruano Liberal* (outubro de 1813), *El Aprendiz* (1813), *La Geringa* (março de 1813), *Abeja Española* (de março até setembro de 1813), *El Semanário* (1811 e de julho até outubro de 1814), *El Español Libre* (janeiro de 1814) e *El Clamor de la Verdad* (de março até abril de 1814). Entretanto, essas publicações tiveram duração e número de edições muito variável, destacam-se, pela maior regularidade, a *Gaceta del Gobierno de Lima* – cerca de 100 edições por ano –, *Minerva Peruana*, *El Peruano* e *El Investigador*, que publicaram ao redor de 60 edições por ano.

Ainda que o governo tentasse silenciar estes periódicos, não era possível impedir a difusão do discurso antidespótico, sobretudo após a chegada em Lima da Constituição de Cádiz, em setembro de 1812.¹⁴⁸ A fim de combater tal discurso, Abascal lançou o periódico *Verdadero Peruano*, com o propósito de reiterar sua autoridade de Vice-Rei e difundir a ilustração pública – nele os assuntos políticos eram raramente abordados, privilegiando temas como geografia, história e educação popular.

¹⁴⁸ OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *A experiência constitucional de Cadix: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo, Alameda, 2013; Victor PERALTA RUIZ. "Elecciones, constitucionalismo y revolución en el Cuzco, 1819-1815". In: Carlos Malamud (ed.). *Partidos políticos y elecciones en América Latina y la península ibérica, 1830-1930*. 2 vol. Lima: Instituto Universitario Ortega y Gasset, 1995.

A publicação também não gozaria de vida muito longa, foram publicados 28 números entre setembro de 1812 e agosto de 1813.¹⁴⁹

As informações a respeito do Rio da Prata – dividido entre os insurgentes de Buenos Aires e as autoridades realistas de Montevideu, que mantiveram sua lealdade ao Conselho de Regência –, inspiravam cada vez mais receios no Vice-Reino do Peru. A revolução propalada por Buenos Aires agitaria também Chuquisaca, Cochabamba, Oruro e La Paz, chegando perigosamente perto do território peruano.¹⁵⁰

Montevideu havia se convertido em um importante bastião realista na América, encravado na região mais sublevada dos domínios espanhóis. A seu favor, tinha o já conhecido interesse dos portugueses, mas que nesse momento revestiu-se de defesa dos ideais monárquicos e dos interesses de Fernando VII, conforme tratado anteriormente, através do projeto de Carlota Joaquina. Em defesa desses propósitos, o governo português manteve agentes na região do Prata, para mantê-los informados e subsidiou a instalação da *Gazeta de Montevideo*, que deveria promover a propaganda contra os interesses de Buenos Aires.¹⁵¹

Em 11 de outubro de 1811 a *Gaceta del Gobierno de Lima* trazia um artigo extraído da *Gaceta de Londres*:

Por avisos recibidos por la via del Brasil por un paquete que salió del Rio Janeyro el 27 de Febrero último, sabemos que los insurgentes de Buenos Ayres se han quitado enteramente la máscara. No obstante sus solemnes y reiteradas protestas de fidelidad y lealtad á Fernando VII han enarbolado abiertamente el Estandarte de la Rebelion. Debia celebrarse dentro de poco un congreso en Buenos Ayres, y la primera acta que se esperaba de él, era la declaracion de la independencia. Se habian recibido en aquella Capital las resoluciones y

¹⁴⁹ PERALTA RUIZ. *En defensa de la autoridad*. Cit. p.59-63.

¹⁵⁰ PIMENTA. *O Brasil e a América espanhola*, p.79 e segs.

¹⁵¹ *Ibidem*. P.79 e segs.

decretos de las Córtes, pero las personas que se hallaban apoderadas del Gobierno resolvieron el no obedecerlas.¹⁵²

Os "insurgentes" de Buenos Aires são apresentados como traidores da monarquia, e já era esperado que declarassem a independência. Note-se que novamente as notícias a respeito do Rio da Prata chegavam ao Peru através de embarcações vindas do Rio de Janeiro, onde, sem dúvida, os acontecimentos eram acompanhados com atenção.

Diante de tais temores é que justifica-se a intervenção portuguesa na Província Oriental, empreendida após um pedido de auxílio do vice-rei do Rio da Prata, Javier Elío.¹⁵³ A *Gaceta* divulgaria notícias vindas de Buenos Aires, datadas de maio de 1811 a respeito de um ultimato apresentado aos portenhos pelos britânicos e portugueses.

El 11 del presente [maio] a las 11 de la mañana, fondeó en esta bahia una fragata inglesa de 44 cañones y que hizo escala en el rio de Janeyro. Trae pliegos de su córte y del príncipe Regente de Portugal, intimando á este gobierno reconozca al virrey Elio, y renueve sus antiguos vinculos con la península; de no hacerlo así, dice la corte de Londres (que ha salido garante á nuestras cortes por las Américas) será la guerra con ellas, y vendrá la escuadra que tiene en el Río de Janeyro.¹⁵⁴

A ameaça acima evidencia o posicionamento de Portugal, considerado defensor da legitimidade monárquica tanto na Europa quanto na América, sendo que nesta última gozava de posicionamento privilegiado para a organização da resistência aos movimentos revolucionários. A aliança entre Espanha, Portugal e Grã-Bretanha repetia-se, portanto, na América, conforme publicação da *Gaceta del Gobierno de Lima*, em

¹⁵² GGL, n°109, 11/10/1811.

¹⁵³ CHUST e FRASQUET. *Tiempos de revolución*. Cit.

¹⁵⁴ GGL, n°76, 09/06/1811.

que se afirmava "Una misma es la causa y reciprocos los intereses entre Españoles Portugueses é Ingleses" e que o "objeto que desde luego se propuso, que nunca será otro que el de auxiliar á una y otra Potencia contra el enemigo comun para mantener indemnes sus respectivos Dominios de Europa y América"¹⁵⁵. Nota-se que, segundo a *Gazeta de Londres*, uma possível intervenção militar no Rio da Prata estaria respaldada por uma aliança entre Grã-Bretanha, Portugal e Espanha, que deveriam agir sempre em defesa de seus interesses em comum. A ameaça proferida pelos britânicos e portugueses (em nome dos interesses da Espanha) não lograria, entretanto, o êxito esperado, que seria o recuo dos revolucionários portenhos.

As edições seguintes da *Gaceta del Gobierno de Lima* também foram dedicadas aos últimos acontecimentos de Buenos Aires. Em 19 de outubro foi publicada uma longa descrição da tentativa de acordo com Buenos Aires proposta pelo governo de Montevideu. Pela primeira vez aparece no periódico uma voz dissonante em relação a Portugal, na fala do representante da Junta de Buenos Aires:

Le hace muy poco honor a esta Plaza [Buenos Aires] haber llamado en su auxilio [refere-se aos montevidéanos] á los Portugueses, y ha hecho muy mal, por que vendrán como auxiliadores y se quedarán dueños de esta banda, como lo hicieron en otro tiempo. De otro modo no se hubieron prestado, pues son tan capciosos como enemigos nuestros.¹⁵⁶

O representante de Montevideu não oferece uma resposta direta às acusações feitas aos portugueses no discurso de seu adversário, mas profere uma série de insultos diante das proposições julgadas como “hipócritas”, assim como de seus “seductivos desvarios”, e ironiza suas ameaças: “!Asalta á Montevideo! ¿Qué tropa tienen ustedes?

¹⁵⁵ GGL, nº76, 09/07/1811.

¹⁵⁶ GGL, nº111, 19/10/1811.

Bandos de insubordinados". O posicionamento da *Gaceta* diante do assunto é esclarecido no encerramento da edição com a seguinte observação: "Fieles montevidEOS, ved ahí hasta donde arrastra la ambicion mas desmedida, y la ingratitud enorme que no creerian los siglos venideros, si no les quedaron estos testimonios infalibles, que á pesar nuestro los dejamos"¹⁵⁷, sem que nada seja dito em favor dos portugueses.

É interessante notar como a visão dos insurgentes de Buenos Aires a respeito de Portugal difere profundamente da imagem de fiel aliado divulgado com frequência pelos periódicos do Peru nas notícias relativas à península; como, por exemplo, quando a liberdade de Portugal era colocada como condição imprescindível para qualquer tentativa de acordo com Bonaparte, conforme publicado edição de 22 de junho de 1811 da *Gaceta del Gobierno*, conforme já mencionamos acima.¹⁵⁸ Informações a respeito das tropas portuguesas no Rio da Prata continuariam a ter espaço na imprensa peruana; por exemplo, quando publica a *Gaceta del Gobierno de Lima* uma "carta de un individuo residente en Buenos Aires" em que se diz: "Aqui estamos temerosos [que] hayga alguna insurreccion por que ya están muy descontentos con el nuevo gobierno", e que: "los portugueses se mantienen en Maldonado, y han recibido refuerzo de 1500 hombres, Montevideo aumenta cada dia mas su guarnicion con la muchisima gente que se va de aqui"¹⁵⁹. Tais notícias revelam que as tensões estavam longe de acabar, não só na interface platina das amÉricas ibÉricas, mas también na luso-peruana.

As notícias que a *Gaceta del Gobierno de Lima* há tempos anunciava – com notável otimismo – finalmente haviam se concretizado. A derrota das tropas de

¹⁵⁷ GGL, nº111, 19/10/1811.

¹⁵⁸ "Y declaran por último las Córtes, que la generosa Nacion á quien representan, no dejará un momento las armas de la mano, ni dara oidos á proposion de acomodamiento ó concierto, de cualquiera naturaleza que fuere, como no proceda la total evacuacion de España y Portugal por las tropas que tan inicuaente las ha invadido (...)". GGL, nº71, 22/06/1811.

¹⁵⁹ GGL, nº10, 06/02/1812.

Napoleão em 1813 permitiu o retorno de Fernando VII ao trono no ano seguinte. Restaurado o rei, o objetivo seria restaurar o *status* anterior da monarquia, o que implicava, necessariamente, em retomar o vínculo com as colônias americanas, se possível, tal qual era antes da invasão napoleônica. Nesse sentido, as primeiras decisões do rei Fernando VII seriam a abolição da Constituição de Cádiz e o encerramento das Cortes, restaurando assim o absolutismo. Dava-se por encerrada a primeira fase do constitucionalismo espanhol e na América teria início um momento marcado por um forte avanço do realismo, à exceção de alguns focos na Nova Granada e em Buenos Aires, que não seriam recuperados pela monarquia espanhola.¹⁶⁰

Contudo, a restauração não significaria no Peru, tampouco nas outras regiões da América hispânica, um clima menos tenso, visto que os expedientes impopulares usados para arrecadar recursos para os legalistas e para reprimir os insurgentes fariam aumentar os questionamentos à autoridade metropolitana. Discursos que agora poderiam ser revestidos de um caráter anti-absolutista e, por vezes, francamente independentista.¹⁶¹

Ponto importante da restauração de Fernando VII ao poder seria a revogação da liberdade de imprensa. No final de 1814 Abascal receberia a ordem de suspensão da liberdade de imprensa que, prontamente acatada, produziria em Lima um longo momento de silêncio político.¹⁶² Entre 1815 e 1819 somente o periódico oficial, *Gaceta del Gobierno de Lima*, seria publicado regularmente, restringindo muito a circulação de informações – submetidas ao crivo dos interesses realistas – sobre os movimentos de

¹⁶⁰ O golpe de 04 de maio de 1814 declarou nulas as Cortes e a Constituição. M. ARTOLA. *La Burguesia Revolucionaria*. Cit., p. 43. Mesmo com as dificuldades enfrentadas para colocar em prática a declaração de igualdade entre espanhóis americanos e peninsulares e com as deficiências na representação, as Cortes podem ser caracterizadas, nas palavras de Guerra, como “Constituyente[s] y revolucionaria[s] en el sentido próprio del término, que va a echar abajo, en el espacio de três años, el edificio del Antiguo Régimen hispánico”. GUERRA. *Modernidad e Independencias*. Cit. p. 310.

¹⁶¹ LYNCH. *Las Revoluciones Hispanoamericanas*. Cit., p. 204 e ss.; M. ARTOLA. *La Burguesia Revolucionaria*. Cit., p. 39-46.

¹⁶² PERALTA RUIZ. *En defensa de la autoridad*. Cit.p.67

independência americanos. Peralta Ruiz destaca que, embora as práticas do governo vicerreinal compreendessem o controle da imprensa como forma de difundir o discurso legitimista, “sus necesidades de propaganda política actuaron a su pesar en la definición y asentamiento de éste, siendo sus iniciativas culturales indirectas gestoras de la crisis de la autoridad real”. Depois de alguns anos de significativo debate político, da experiência diante de diversas alternativas para se exercer o poder durante o cativeiro do rei e das guerras que tiveram lugar no solo americano, a restauração das relações anteriores à crise era tarefa difícil de se atingir. Assim, é a partir da restauração de Fernando VII que o historiador Víctor Peralta Ruiz identifica o fortalecimento de um ideário político separatista, momento a partir do qual a propaganda fidelista e o controle da imprensa não poderiam mais conter o crescente descontentamento com o absolutismo.¹⁶³

¹⁶³ Ibidem. p.66-67.

CAPÍTULO 3

DO APROFUNDAMENTO DA CRISE ÀS INDEPENDÊNCIAS

(1814-1822)

Cessada a guerra contra a França napoleônica, as potências europeias objetivavam restaurar o antigo equilíbrio de poderes na Europa e, de certa forma, em todo o mundo ocidental. Para tanto, o Congresso de Viena, organizado sob os auspícios da Santa Aliança, buscava constituir um novo jogo de alianças políticas, baseadas na defesa da legitimidade das monarquias absolutas e na solidariedade entre seus membros. O Congresso reuniu-se entre novembro de 1814 e junho de 1815, com a participação de Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria, Prússia, Espanha e Portugal. O papel desempenhado por cada uma dessas potências era desigual: era notável a prevalência dos interesses da Grã-Bretanha sobre as demais, enquanto os países ibéricos gozariam de uma posição secundária na tomada de decisões. A disparidade na participação frente às demais potências viria a ser um ponto de convergência dos interesses de Portugal e Espanha, sobretudo em relação à proteção de seus domínios na América. O debate em torno da pressão exercida pela Grã-Bretanha pelo fim do tráfico de escravos, assunto que atingiria diretamente os interesses das monarquias ibéricas em seus domínios coloniais, organizados fundamentalmente em torno da mão de obra escrava, é exemplar dessa comunhão de interesses.

Novamente as preocupações compartilhadas por Portugal e Espanha em relação à manutenção da ordem em seus domínios coloniais seria alvo de interesse da imprensa peruana, nesse momento restrita à *Gaceta del Gobierno de Lima*. As edições publicadas em 1815 e atualmente disponíveis para consulta estão em grande parte

deterioradas, vítimas de um incêndio que acometeu a Biblioteca Nacional del Perú¹⁶⁴; fato a se lamentar, uma vez que se pode supor que traziam informações a respeito do retorno do desejado rei Fernando VII e do significado desse acontecimento para a luta realista. A única menção ao mundo luso-americano encontrada na *Gaceta del Gobierno de Lima* de 1815 refere-se à participação do ministro de Portugal, Conde de Palmela, como signatário do Congresso de Viena, cujo nome é listado juntamente com o dos representantes dos outros países.¹⁶⁵

No ano de 1816 as publicações da *Gaceta del Gobierno de Lima* tratariam, entre outros assuntos, da organização de expedições formadas por tropas espanholas que tinham por objetivo extinguir os focos insurgentes na América ibérica. A mais importante foi a expedição chefiada por Pablo Morillo, que partiu de Cádiz em 17 de fevereiro de 1815 com destino ao que corresponde aos atuais territórios da Venezuela e Nova Granada. As notícias a respeito da expedição que chegou em Isla Margarita (Venezuela) no início do mês de abril repercutiram positivamente no Vice-Reino do Peru¹⁶⁶:

Entre el cúmulo de noticias que llegaron últimamente á Lima hay algunas de mucha consideración. Tales son el casi general sosiego del reyno de México y el triunfo de las armas del rey al mando del señor Morillo, terrible desengaño para los díscolos del Rio de la Plata¹⁶⁷.

Entre 1814 e 1820 seriam enviados à América mais de 40 mil soldados, com o objetivo de derrotar os focos revolucionários e retomar o controle sobre os domínios

¹⁶⁴ No dia dez de maio de 1943 a Biblioteca Nacional del Perú sofreu um incêndio que destruiu e danificou grande parte de seu acervo.

¹⁶⁵ GGL, 23/08/1815

¹⁶⁶ CHUST y FRASQUET. *Tiempos de revolución*. Cit. P.193 e segs.

¹⁶⁷ GGL nº34 26/04/1816.

coloniais. A chegada dessas expedições representaria um alívio da responsabilidade confiada ao Peru, um dos principais focos de resistência realista na América hispânica, ao lado da Nova Espanha e Montevideu. Além da expedição de Morillo, que após a pacificação das regiões de Nova Granada e Venezuela deveria ocupar-se do auxílio ao restante da América, chegariam outras expedições, dignas de serem divulgadas pela *Gaceta del Gobierno de Lima*, na qual também eram publicados prognósticos acerca do Brasil:

En las últimas cartas de Cádiz avisan, que se había dado la orden para que 3000 hombres de tropa de la península se uniesen á los portugueses que debían marchar al Brasil, cuya expedición parece se dirige contra los insurgentes del Rio de la Plata: que en Cádiz habían á la carga cinco buques mercantes con destino al Callao.¹⁶⁸

Buenos Aires continuaria a figurar como a principal preocupação das autoridades peruanas e Portugal aparece, uma vez mais, como aliado da Espanha nessa missão, uma vez que compartilhava do objetivo de manutenção da lealdade em seus domínios coloniais. Nota-se que a partir de 1816 a *Gaceta del Gobierno de Lima* ocupar-se-ia cada vez mais das notícias da América, acompanhando com esmero as movimentações dos insurgentes e, sobretudo, as vitórias das forças realistas, tratadas com o costumeiro otimismo.

As já conhecidas relações estabelecidas entre Portugal e Espanha seriam reforçadas neste período, não só através de acordos militares, mas também através de novos contratos matrimoniais entre as famílias, estratégia diplomática amplamente

¹⁶⁸ GGL nº34 26/04/1816.

empregada naquele momento. As informações a esse respeito ganhariam espaço na imprensa oficial do Peru, que publicaria a notícia da chegada à América de uma expedição cujo objetivo seria tratar de contratos matrimoniais entre o rei Fernando VII e a infanta de Portugal María Isabel, e do infante Carlos Isidro e María Francisca de Bragança. Ressalta-se que a forma como tais notícias apareciam indica que os editores do periódico compreendiam a relação existente entre os casamentos a serem celebrados e o contexto de guerra na América, que aproximava inevitavelmente os países ibéricos. Uma carta redigida no Rio de Janeiro em 9 de outubro de 1816, informava:

Aquí nos hallamos mas de 600 españoles esperando la expedición del Rio de la Plata: en Santa Catalina hay otros 500, y mas de 1000 en Rio Grande pues Montevideo ha quedado despoblado de hombres (...). El 31 de agosto último llegó aquí [Rio de Janeiro] la fragata *Soledad* procedente de Cádiz con el general D. Gaspar Vigodet que se dice haber venido a pedir dos de estas señoras infantas para el rey nuestro señor y su hermano el infante D. Carlos, las que se están aprontando a salir con su madre la señora princesa del Brasil Doña Carlota Joaquina¹⁶⁹

O retorno à ordem anterior às guerras napoleônicas impunha reconsiderar os rumos da Corte portuguesa, instalada no Brasil desde 1808. A discussão sobre o *status* de sede do poder Imperial – situação que, a princípio, parecia provisória, ou seja, enquanto durasse o conflito europeu – voltaria à tona com o fim dos conflitos na Europa. A permanência da família real no Brasil provocava um grande descontentamento entre os peninsulares, que alegavam que seus interesses eram

¹⁶⁹ GGL nº10 01/02/1816. O assunto seria retomado nas edições: nº11 07/02/1816, nº13 15/02/1816, nº38 09/05/1816, nº50 22/06/1816 e nº83 23/10/1816, o que revela que se tratava de tema importante.

prejudicados por essa distância. Tal incômodo só faria aumentar quando foi anunciada a elevação do Brasil a Reino unido a Portugal, em 1815, uma vez que tornava-se evidente que a presença da Corte no Brasil não era circunstancial.¹⁷⁰

De acordo com a historiadora Maria de Lourdes Vianna Lyra, a transferência da Corte portuguesa para a América representou um rompimento com a tradição, uma vez que Portugal deixara de ser o nexo da unidade imperial, implicando em importantes mudanças. Já a elevação do Brasil a reino, concebida como uma forma de justificar a permanência de D. João na América e de assegurar a integridade da ordem monárquica, oficializaria a constituição de uma nova noção de império, formado por Estados considerados iguais¹⁷¹. Tratando-se de um continente onde a ordem monárquica mostrava-se constantemente ameaçada, a elevação do Brasil a Reino, em 12 de dezembro de 1815, também ganharia espaço na imprensa peruana, que publicaria em maio de 1816 uma carta proveniente do Rio de Janeiro:

“A mediados del pasado salió en esta córte una órden soberana en que declara este príncipe regente á todos estados del Brasil reyno, y de allí en adelante se titula este reyno de Portugal, Brasil y Algarbes &c. Ha sido general la *alegría* del país por tan *sabia* resolución, y va empezar estos días unas grandes fiestas costeadas por el pueblo: generalmente se cree que esta familia no saldrá de aquí en mucho tiempo. (Carta part.)”¹⁷²

¹⁷⁰ M. L. Viana LYRA. *A utopia do poderoso Império*. cit.. Segundo a autora: "O modelo de Reino Unido se apresentava como decorrência prática do que havia sido concebido, em finais do século XVIII, como base do novo império: coexistência de Estados iguais unidos pelos interesses recíprocos e pelos laços da solidariedade nacional". p. 159. VALENTIM ALEXANDRE. *Os sentidos do império*. Cit.; Ana Cristina ARAÚJO. *O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – 1815/1822, em: Revista de História das Idéias, n.14, Coimbra, 1992.*

¹⁷¹ M. L. Viana LYRA. *A utopia do poderoso Império*. cit.

¹⁷² GGL, nº41, 22/05/1816. Os grifos são meus.

A carta apresenta a alteração do *status* político do Brasil como uma transformação positiva, recebida com *alegria* pelos luso-americanos. A elevação do Brasil a Reino, unido a Portugal e Algarves representava o reconhecimento da igualdade entre as partes do Império português, o que parecia, a princípio, atender aos anseios de diversos setores do Brasil. Mais uma vez, a política portuguesa conseguiria manter a integridade do Império Português em meio às lutas pela independência na América hispânica.

A restauração legitimista representada pelo Congresso de Viena estabeleceria um clima favorável ao tradicionalismo monárquico na Europa e na América, o que não significaria a completa derrota dos movimentos revolucionários na hispanoamérica. A manutenção da ordem interessava especialmente ao Vice-reino do Peru e ao Brasil, que haviam se mantido desde 1808 como fortes defensores da legitimidade monárquica, mas que vivenciaram a revolução aproximando-se perigosamente de suas fronteiras.

O Alto Peru seguia convulsionado no início da década de 1810, levando o governador de Chiquitos, D. Juan de Attolaguim, e o de Santa Cruz de la Sierra, D. José Miguel de Bezerra, a fugirem dos conflitos com os revolucionários que levantaram-se na região entre os anos de 1814 e 1815.¹⁷³ Os governadores realistas buscariam o auxílio das autoridades portuguesas, do que se depreende que concebiam o Brasil como um território onde estariam resguardados pelas relações diplomáticas entre Portugal e Espanha. Ao tomar conhecimento da presença dos governadores o representante português na Espanha, José Luiz de Souza, enviou um ofício a D. Pedro Cevallos – secretário de Estado da Espanha –, onde explicava a intenção de D. João ao aceitá-los em seu território: “nesta como em todas as ocasiões mostra os seus sinceros desejos de proteger os vassallos fiéis de seu Augusto Irmão contra os Rebeldes e de abater o poder

¹⁷³ PIMENTA. *O Brasil e a América Espanhola*. Cit. p.159-160.

destes”.¹⁷⁴ Os acontecimentos da fronteira entre Brasil e Peru demonstram que as relações entre ambos os espaços iam além de uma postura comum de defesa do realismo: sujeitos envolvidos na política tinham consciência disto e praticavam uma solidariedade recíproca.

A ordem vigente fora muito menos ameaçada no Peru e no Brasil desde 1808 do que em outras regiões da América do Sul, como o Rio da Prata, Nova Granada, Venezuela e Paraguai, onde foram elaboradas constituições, ocorreram proclamações de independência e adoção de governos republicanos, embora a maioria se mostrasse efêmera. Mais ao norte, a Nova Espanha também conhecera fortes e imensas mobilizações políticas populares.¹⁷⁵ Assim, o ambiente aparentemente favorável ao realismo não garantia ao Peru ou ao Brasil um isolamento em relação aos conturbados ambientes que os circundavam.

Informações sobre os supostos preparativos da expedição espanhola, organizada para pacificar a América eram publicadas com entusiasmo pela *Gaceta del Gobierno de Lima*, sobretudo quando se tratava da possibilidade que ela abria de derrotar os rebeldes de Buenos Aires:

Ha fondeado un bergantin ruso mercante, el qual dió la vela del puerto de Sta. Catalina el 28 de diciembre, y da noticia de haber salido del Janeyro un cuerpo de ejército para el Río Grande. Los fines de esta expedicion no pueden ser otros que proteger el desembarco de las tropas de la peninzula [sic], cuya inmediacion ya se sabia en aquella corte¹⁷⁶

¹⁷⁴Ofício de Souza a D. Pedro Cevallos, Madri, 08/07/1815. *AHI*, Legação em Madri. Citado por J. P. PIMENTA. *O Brasil e a América Espanhola*. Cit. p.159-160.

¹⁷⁵ J. P. PIMENTA. *O Brasil e a América espanhola*. cit. p. 123-147, 159-160; D. BUSHNELL. "A independência..." cit. p. 134-142.

¹⁷⁶ GGL, nº39, 14/05/1816

Portugal e Espanha aparecem unidos, conscientes dos vínculos entre suas histórias e comungam – sobretudo nesse contexto de crise – de um mesmo interesse: conter a revolução na América com base no auxílio mútuo. Ainda de acordo com a fonte citada:

Las dos potencias española y lusitana como igualmente interesadas en contener el aparato de rebelión en las Americas, obran de acuerdo: *los estrechos vínculos que las unen* y los nuevos que han contraído por los matrimonios de nuestro rey y el sr. Infante D. Carlos con sus dos serenísimas infantas serán poderosísimos motivos para prestarse mutuamente quantos auxílios están á sus alcances, á fin de lograr la tranquilidad perturbada en las colonias¹⁷⁷

Conforme já mencionado, os casamentos celebrados entre as infantas de Portugal, María Isabel e o rei Fernando VII, e María Francisca e o infante D. Carlos foram publicados na *Gaceta del Gobierno de Lima* em diversas oportunidades, constituindo uma política de Estado para o aprofundamento das relações entre os países ibéricos. A notícia dos matrimônios foi publicada no Peru em 22 de junho:

Por decreto de 14 de febrero comunicó S.M. a los consejos su matrimonio con la serenísima señora infanta Doña Maria Isabel, hija segunda de muy poderoso y excelente príncipe del Brasil, D. Juan príncipe regente de Portugal; é igualmente el de su augusto hermano el serenísimo señor infante D. Carlos Maria con la serenísima señora infanta Doña Maria Francisca de Asis, hija tercera del mismo señor príncipe regente.¹⁷⁸

¹⁷⁷ GGL, nº39, 14/05/1816

¹⁷⁸ GGL nº50 22/06/1816.

Em julho a *Gaceta del Gobierno de Lima* traria a publicação de um *Extrato del times de Lóndres* segundo o qual havia um conteúdo político nos casamentos celebrados entre as monarquias ibéricas:

La recuperación de sus dominios en la América del Sur, sin duda debe ser un objeto que mira con el mas vivo interés de Fernando VII y no es improbable conjeturar, que la proyectada alianza matrimonial entre las córtes de España y Portugal, se ha acelerado tanto por este motivo, como por otro cualquiera.¹⁷⁹

A aliança firmada através desses matrimônios havia sido proposta por Carlota Joaquina em carta enviada ao irmão em 23 de maio de 1814, logo que recebeu a notícia do regresso de Fernando VII ao trono da Espanha. Aliás, como aponta Marcela Ternavasio, após o retorno do irmão ao trono, Carlota Joaquina buscava insistentemente explicar sua conduta durante o cativeiro do rei, quando reivindicou ser reconhecida como legítima sucessora da coroa espanhola, alegando que defendia a legitimidade dinástica.¹⁸⁰

A imagem positiva de Portugal e Brasil como aliados da Espanha encontraria, entretanto, um contraponto na imprensa de Buenos Aires, que denunciava que a aproximação com a Espanha e o consequente acesso de suas tropas aos territórios hispanoamericanos na realidade camuflava os interesses expansionistas portugueses. As informações a respeito do Rio da Prata publicadas pela *Gaceta del Gobierno de Lima* usariam como fontes os periódicos de Buenos Aires e também correspondências de espanhóis que viviam na Corte do Rio de Janeiro. A *Gaceta del Gobierno de Lima*, que

¹⁷⁹ GGL n°53 04/07/1816

¹⁸⁰ TERNAVASIO. *El trono vacante*. Cit.

inicialmente publicava somente excertos de periódicos de diversas partes da Europa e da América, passaria a acompanhá-los, em alguns casos, com comentários e críticas quanto ao conteúdo por eles apresentados. A prática se tornaria mais frequente a partir de 1816, ainda que a vocação do periódico oficial – publicação de ofícios, decretos, etc. – não fosse abandonada.

A respeito do Rio da Prata, a *Gaceta del Gobierno* publicaria uma carta particular, escrita no Rio de Janeiro e datada do dia 6 de janeiro de 1816 que apresentava uma descrição desalentadora da situação de Montevideu, vista como uma cidade abandonada, e indica o destino de muitos realistas que dali fugiram: “aquí en esta córte pasan de 3000 personas sumidas en el mayor abandono y miseria”¹⁸¹, referindo-se a montevidéanos que teriam se refugiado no Rio de Janeiro. Ainda sobre o Rio da Prata, em julho, a *Gaceta del Gobierno de Lima* publicaria a informação trazida por uma embarcação britânica que havia passado pelo porto de Santa Catarina, onde verificou que “entró un regimiento y muchos artilleros procedentes de Portugal y España, y que se decía allí llevaban el objecto de ir contra los insurgentes de Buenos Ayres”.¹⁸²

Em 14 de setembro de 1816 a *Gaceta del Gobierno de Lima* reproduziria integralmente a edição do periódico de Buenos Aires *El Censor*, com data de 2 de maio daquele ano. Um de seus textos apresenta uma longa defesa da causa da independência, mas descreve também os problemas enfrentados por Buenos Aires; entre eles, destaca a ameaça que o Brasil representa para o sucesso dessa empresa. O autor levanta estas suspeitas utilizando-se de um discurso irônico:

¹⁸¹ GGL nº41 22/05/1816

¹⁸² GGL nº60 31/07/1816.

No incurriré, por cierto, en la temeridad de aventurar afirmativamente que el Brasil tiene miras hostiles contra nosotros. No debo vangloriarme de haber penetrado, tal cual es, el espíritu de su gabinete; pero tampoco debo olvidar que aquella nacion es fronteriza de estos pueblos: *que es la primera dinastía europea coronada en América!* que debe, en razón de su misma gloria, aspirar á su engrandecimiento, atemperando sus intereses á las circunstancias políticas y proporciones que le brinden otras naciones.¹⁸³

Apresenta-se neste excerto um diagnóstico muito claro do significado, de acordo com as preocupações dos patriotas de Buenos Aires, da presença da Corte Portuguesa na América. Interessante notar que, embora a Corte estivesse na América desde 1808, e houvesse a frequente circulação de notícias a respeito da América Portuguesa por várias partes da América espanhola, inclusive no Vice-Reino do Peru, pela primeira vez aparecia na imprensa peruana a caracterização daquilo que era muito peculiar na organização política do Brasil em relação ao restante da América: a presença da "*primera dinastía europea coronada en América*".

O periódico de Buenos Aires basearia sua análise em "Comunicaciones del mayor crédito recibidas del Janeiro" as quais "aseguran que acaban de llegar de Lisboa once fragatas en calidad de transportes, un navio y dos fragatas de guerra con mas de tres mil hombres de tropas á su bordo." Diante dessa movimentação militar no Brasil, o autor apresenta a sua interpretação dos fatos, em comentário carregado de ironia:

¹⁸³ GGL nº72 14/09/1816. Grifos meus.

Yo quiero suponer que estas tropas, las llegadas anteriormente, y las que prosigan viniendo no tendrán otro objeto que hacer mas respetable la potencia americana de Portugal, y precaver los malos efectos de una invasion.¹⁸⁴

A ironia contida na afirmação acima revela-se no decorrer do texto, em que o autor conclui que a Corte portuguesa poderia temer a invasão da Espanha – mas que "sería demencia temerla", também poderia precaver-se de uma invasão da Inglaterra – que "no es probable que sea", em vista da aliança entre os países – e, finalmente, poderia temer uma invasão de Buenos Aires – apesar de considerar que uma "invasion de nosotros yo no sé ni que quiere decir". Desta forma, conclui:

No es extraño, entónces, sospechar que seamos nosotros la víctima que se quiere inmolar, tal vez con ayuda de nuestros mismos extravíos. Repito que nada logro con aventurar tan claramente mi opinion, pero soy americano, procedo de buena fé, y aunque corro evidente peligro, los hombres de bien de todas partes del mundo, y aun aquellos que sean mis enemigos, no podrán ménos de hacerme justicia.¹⁸⁵

As suspeitas a respeito dos reais interesses de Portugal ao oferecer auxílio aos espanhóis na defesa dos territórios coloniais levantada por *El Censor* destoa bastante das informações regularmente publicadas pela *Gaceta del Gobierno de Lima*. Naquela oportunidade, o periódico peruano não faria nenhuma ressalva acerca de tais acusações; entretanto, no mês seguinte, em três de outubro, publicaria notícias do Rio de Janeiro, segundo as quais "salió de aqui [Rio de Janeiro] un convoy de tropas portuguesas en

¹⁸⁴ GGL nº72 14/09/1816.

¹⁸⁵ GGL nº72 14/09/1816.

número de 4 mil hombres de infantería al mando del general Lecor, con direccion á la plaza de Montevideo". Em seguida, o editor da *Gaceta* acrescenta um comentário, que pode ser compreendido como uma defesa da lealdade dos Portugueses em relação à aliança com a Espanha, em resposta às acusações feitas pelo periódico de Buenos Aires. O editor afirma:

La buena inteligencia y relaciones intimas que median entre nuestra córte y la de Brasil; y que hoy van a consolidarse y estrecharse mas con nuevos vínculos de sangre; persuaden que el objeto de estas fuerzas sea reducir á su deber á los insurgentes de la banda oriental. (...) Los intereses de la misma córte del Brasil estan en esta materia en razon compuesta con los nuestros: como que no podría sostenerse por mucho tiempo y sin extraordinarios gastos el sosiego y tranquilidad de sus establecimientos; prevaleciendo en su inmediacion la fiebre maligna y epidémica de la rebelion que por lo mismo debe exterminarse en su raíz.¹⁸⁶

Em meio a este complicado cenário, a *Gaceta del Gobierno de Lima* publicaria com pesar a notícia de que o vice-rei Abascal, que ocupava o cargo desde 1806, deveria ser substituído por Joaquín de la Pezuela. A escolha de um sucessor para o cargo de Vice-Rei significava que a causa realista perderia no Peru seu maior expoente, que havia demonstrado uma grande capacidade de articulação política e militar e que foi, sem dúvida, personagem importante para a conversão do Vice-Reino do Peru em baluarte da legalidade na América.¹⁸⁷

¹⁸⁶ GGL nº78 03/10/1816.

¹⁸⁷ PERALTA RUIZ. GGL nº13 15/02/1816. "Luego que se divulgó aqui la noticia de que se trataba en la córte de dar sucesor al marques de la Concordia, el sentimiento fué general; no solo por haber sido un buen padre, sino también por el gran conocimiento, que tiene adquirido del Perú, conocimiento

As notícias publicadas no Peru, extraídas em sua maioria de periódicos de Buenos Aires, demonstram a incerteza acerca dos reais objetivos dos portugueses em relação aos domínios espanhóis na América. Os portenhos interpretariam a movimentação das tropas portuguesas de acordo com o temor de que se tratasse de uma estratégia expansionista; enquanto no Peru a chegada de tropas portuguesas na América seria compreendida como parte dos acordos e da aliança estabelecida com a Espanha. Convulsionada, a região do Rio da Prata seguia como campo de disputas entre a liderança de Artigas, na Província Oriental, a pressão exercida por Buenos Aires para incorporar a região e os esforços das autoridades realistas, em busca da cada vez mais improvável restauração do controle da Espanha sobre os territórios coloniais. Este contexto abriria caminho para uma possível intervenção portuguesa na Província Oriental, baseada no argumento da defesa do Brasil contra a insurgência hispanoamericana, o que se efetivaria no final de 1816.¹⁸⁸

Em 9 de novembro de 1816 a *Gaceta del Gobierno de Lima* publicaria um "extracto de los papeles públicos de Buenos Ayres", segundo os quais "Se asegura una invasion de tropas portuguesas á este territorio, y se habla con variedad de su destino á esta banda, o á la oriental"¹⁸⁹. Conforme as suposições apresentadas pela imprensa de Buenos Aires, a expedição comandada pelo general Carlos Frederico Lecor – a Divisão de Voluntários Reais – tinha como objetivo uma intervenção militar no Rio da Prata, mais especificamente, na Banda Oriental, chefiada por Artigas. As primeiras vitórias dos portugueses ocorreram em outubro de 1816 sob o comando de José de Abreu, o que abriu caminho para a chegada da expedição de Lecor a Montevideu em 20 de janeiro de 1817. Conforme já apontado, as informações publicadas no Vice-Reino do Peru a

indispensable y tan necesaria en el dia para la conservacion de estos vastos dominios: sus mismo contrarios, que le son no por daño que les haya hecho, sino por no haber cooperado á sus perversas ideas, lloran igualmente su falta."

¹⁸⁸ João Paulo PIMENTA. *O Brasil e a América espanhola*. Cit.

¹⁸⁹ GGL nº87 09/11/1816

respeito dessa movimentação militar no Brasil eram baseadas nas notícias publicadas pela imprensa de Buenos Aires, muitas delas baseadas em suspeitas e deduções, uma vez que até mesmo no Rio de Janeiro o destino das tropas que chegavam de Lisboa desde 1815 era mantido em sigilo. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, imprensa oficial da Corte portuguesa, só publicaria informações a respeito em novembro de 1816, quando anunciaria importantes vitórias dos portugueses sobre os revolucionários.¹⁹⁰

Assim, é com pesar que a *Gazeta del Gobierno de Lima* abria o seu primeiro número de 1817, frustradas suas expectativas de pacificação da América:

Reflexionando en el año anterior sobre el cuerpo de nuestros negocios habíamos llegado á concibir la lisongera esperanza de que al dar á luz nuestro primer numero en este, no tendríamos ya que hablar de revolucion; ni que recordar el ominoso cuadro de crímenes de debilidades, de errores de desgracias que ella nos ha ocasionado¹⁹¹

As esperanças, segundo a *Gaceta del Gobierno de Lima*, fundavam-se na crença de que "6 años de calamidades serian bastantes para abrir los ojos á los de Buenos Ayres"¹⁹² e também nos acontecimentos militares dos anos anteriores, que poderiam ter mostrado aos patriotas:

todas estas verdades acreditadas por una tan manifiesta quanto amarga experiencia: la pacificación de Chile, la derrota de Wiluma, la toma de Cartagena, la ocupación de todo Sta. Fe, el aumento considerable de nuestro ejército; las fuerzas portuguesas operando en la banda oriental, y una nueva

¹⁹⁰ João Paulo PIMENTA. *O Brasil e a América Espanhola. Cit.*. P.191-205.

¹⁹¹ GGL 1817 n°1 04/-1/1817

¹⁹² GGL 1817 n°1 04/01/1817.

expedición preparándose en Cádiz: finalmente la evasión misma ó la deserción de muchos de sus principales mandones nos hacían creer que volverían sobre sus pasos y procurarían evitar el último estrago de la guerra; pero por desgracia vemos con dolor que su delirio crece en razón de su debilidad; y que no nos dexan elección entre persuasión y la fuerza haciendo infructuosas todas las tentativas y medios clementes de nuestro gobierno.¹⁹³

A ocupação portuguesa da Província Oriental era compreendida, portanto, como mais um passo em direção à pacificação da América, ainda que, por ora, não obtivesse o efeito esperado. As intervenções da Corte portuguesa na região, a primeira em 1811 e, depois, em 1816, estariam estreitamente atreladas a sua preocupação com os acontecimentos da fronteira com os domínios hispânicos e aos riscos que eles representavam para a manutenção da ordem na América Portuguesa.

O ano de 1817 confirmaria os temores portugueses de que os avanços revolucionários chegassem aos seus domínios americanos. Em 6 de março de 1817 o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, foi deposto e, em seu lugar, os rebeldes criariam um novo governo provincial, abertamente republicano. O movimento contaria com a participação de um amplo espectro da população, como proprietários de terras, militares, comerciantes, padres, homens livres e também escravos. A participação de diversos setores sociais e o importante alcance geográfico que o movimento alcançou – a revolta ganharia apoio em partes das capitanias de Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e Pará – fariam com que as autoridades encarregadas da repressão interpretassem a Revolução Pernambucana como extremamente perigosa para a manutenção da unidade e da ordem no Brasil. O

¹⁹³ GGL 1817 n°1 04/01/1817.

movimento que levaria quase três meses para ser derrotado pelas autoridades surgia em meio à crise na produção no nordeste da América portuguesa e descontentamentos contra novos impostos a que estariam submetidos os produtores rurais, que percebiam o declínio da importância que a região gozava na organização do Império português. Entre outras reivindicações, os líderes do movimento alegavam que a elevação do Brasil a Reino não fora acompanhada da devida mudança no tratamento das províncias, que ainda sofriam com uma administração de caráter colonial.¹⁹⁴

A repressão foi efetivada em 19 de maio pelas forças realistas, quando os principais líderes do movimento foram executados e outros envolvidos foram presos ou exilados. Nas palavras de João Paulo Pimenta, “a revolução de Pernambuco revelava a profundidade da modalidade luso-americana da crise geral do Antigo Regime no mundo ocidental, não apenas *receada*, mas sobretudo *constatada* a partir da aproximação do Brasil com o mundo hispano-americano.”¹⁹⁵

Um acontecimento de tal dimensão ganharia espaço na imprensa peruana em 1817, em publicação da *Gaceta del Gobierno de Lima*, e continuaria repercutindo nos anos seguintes, quando a Revolução Pernambucana também seria comentada por outros periódicos peruanos. A *Gaceta del Gobierno de Lima* prestaria especial atenção à rebelião ocorrida em Pernambuco, publicando integralmente a proclama dos governadores de Portugal aos pernambucanos, traduzida ao espanhol. A proclama, datada de 7 de julho de 1817, recorria ao argumento da lealdade rompida pelos rebeldes, a fim de desqualificar e condenar o movimento:

¹⁹⁴ Marcus J. M. de Carvalho. *Cavalcantis e Cavalcados*; Glacyra L. Leite. *Pernambuco 1817*; Carlos G. Mota. *O processo de independência do Nordeste*; J. P. PIMENTA. *O Brasil e a América espanhola*. Dênis de M. BERNARDES. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo, FFLCH-USP, 2002 (tese de doutorado).

¹⁹⁵ J. P. PIMENTA. *O Brasil e a América espanhola*. Cit. p.222

Habitantes de Pernambuco: habiendo llegado á noticia de los gobernadores del reino de Portugal y de los algarbes el horroroso atentado de marzo del presente año, vieron con el dolor y indignación de que están penetrados todos los buenos portugueses que un bando de facciosos y revolucionarios, comprimiendo momentáneamente con la fuerza los sentimientos de honor y de fidelidad que teneis dadas tan decisivas pruebas, presentaron a la Europa espartada el primer exemplo entre los portugueses de deslaltad á su natural y legitimo soberano.¹⁹⁶

Os argumentos seguiam um tom alarmista e denunciavam quão injusta e perigosa era a insurreição. Assim, procurava-se também convencer os fiéis habitantes de Pernambuco que “en semejante crisis todos los vasallos de S.M. deben acudir sin dilación á destruir en su cuna una rebelión que si adquiriese fuerzas haría nadar en sangre este delicioso país (...)”¹⁹⁷. Seria utilizado um jogo de palavras em que o acontecimento era considerado "horroroso", que provocava "dolor y indignación" entre os fiéis vassalos; organizado por "facciosos" e "revolucionarios", que feriam "los sentimientos de honor y fidelidade" do conjunto dos Pernambucanos e que havia desencadeado ações de "deslealdade" contra um rei "legítimo". Nota-se que os argumentos estavam baseados em valores universais, inquestionáveis, como fé, honra e lealdade, contrapostos a um procedimento considerado injustificável: (...) "el crimen mas atroz que puede cometer un pueblo, qual es el faltar á la fidelidad debida á su soberano"¹⁹⁸.

Os argumentos utilizados pelas autoridades portuguesas para caracterizar a Revolução Pernambucana, acredita-se, eram compartilhados pelos editores da *Gaceta*

¹⁹⁶ GGL, n.º 77, 26/11/1817.

¹⁹⁷ GGL, n.º 77, 26/11/1817.

¹⁹⁸ GGL, n.º 77, 26/11/1817.

del Gobierno de Lima, igualmente alarmados com tais notícias. Em janeiro de 1818 a notícia do fim da Revolução Pernambucana seria publicada pelo periódico oficial do Vice-Reino do Peru, através de um excerto da *Gaceta de Madrid*:

Acaba de llegar de Rio de Janeiro en 52 dias de navegacion el navio Nuevo Paquete, que tocó en Pernambuco, y ha traído la *agradable noticia* de que en el día 20 de mayo se restableció en aquella ciudad el paternal gobierno de S. M. habiendo huido al interior, donde no podrían escapar, algunos de los cabezas de la rebelion.¹⁹⁹

Novamente o tema da Revolução Pernambucana seria tratado na *Gaceta del Gobierno de Lima* em fevereiro de 1818, apresentando de forma mais detalhada a pacificação do movimento, com informações retiradas do periódico *Idade do Ouro do Brasil*, publicado na Bahia, segundo o qual se "destruyó completamente la decantada division del Sur, si tal nombre merecen los ciegos y obstinados rebeldes que salieron de Pernambuco para atacar á nuestras tropas"²⁰⁰. Interessante apontar que a *Gaceta del Gobierno de Lima* indica que essas notícias haviam sido extraídas da *Gaceta de Madrid*, revelando, portanto, um dos caminhos percorridos pelas notícias que, publicadas na Bahia, repercutiam na Europa – neste caso na Espanha – e regressavam para a América espanhola. Para o Vice-Reino do Peru, que se empenhava na manutenção de seu lugar como bastião legalista na América, era fundamental acompanhar os movimentos revolucionários que o cercavam, procurando neles diagnosticar eventuais conteúdos revolucionários, no que estava incluída a América Portuguesa. O excerto da fonte

¹⁹⁹ GGL nº4 15/01/1818.

²⁰⁰ GGL nº12 13/02/1818.

portuguesa, aponta, finalmente, a repercussão da derrota do movimento no Rio de Janeiro:

Es inesplicable el alborozo que manifestaron los fidelísimos habitantes de esta ciudad cuando llegó la faustíssima noticia que nos cubre de tanta gloria. Iluminóse el pueblo, y no cesaron en toda la noche las orquestas, los fuegos artificiales y otras demostraciones de alegría.²⁰¹

Anos depois, o periódico *El triunfo de la Nación*, publicado em Lima, em 1821, permitiria perceber como a Revolução Pernambucana ainda repercutia na imprensa americana. Foram reproduzidos os comentários que o abade Dominique-Georges-Frédéric De Pradt apresentara sobre o tema em sua obra *L'injustice á la fin produit l'independance*. De Pradt foi um dos precursores na elaboração de teorias para explicar as independências na América, para ele os processos de independência seriam um desenvolvimento natural da relação das colônias com sua pátria mãe, tal como uma criança amadurece e um dia se separa dos pais, as colônias americanas, após um período de tutela européia, deveriam se separar de suas metrópoles.²⁰² Nos trechos da obra reproduzidos pelo periódico *El triunfo de la Nación* é desenvolvida uma visão crítica em relação à permanência de D. João no Brasil, destacando o prejuízo dos peninsulares diante dessa situação, muitos dos quais obrigados a lutarem em guerras que não lhes trariam benefício algum: "Todos sus negocios [de Portugal] son ahora decididos en el

²⁰¹ GGL nº12 13/02/1818

²⁰² AGUIRRE ELORRIAGA, Manoel. *El Abade de Pradt en La emancipación hispanoamericana (1800-1830)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, Instituto de Investigaciones Históricas, 1983; PIMENTA, João Paulo G. De Raynal a De Pradt: apontamentos para o estudo da idéia de emancipação da América e sua leitura no Brasil (1808-1822). In: *Almanack Braziliense*. N. 11. Maio/2010. (revista eletrônica). P. 88-99.

Brasil, esto es, á una *distancia inmensa*; y los reclutas de Lisboa, Coimbra y O porto estan *condenados* a ir morir en Pernambuco e Montevideo."²⁰³

Voltando ao momento anterior, ainda que a *Gaceta del Gobierno de Lima* persistisse na estratégia de defesa do realismo baseada na divulgação de notícias bastante otimistas, em alguns casos francamente exageradas, a respeito da revolução na América, isto é, dando conta de seus revezes e fracassos, não era esta a realidade que se desenhava na América espanhola. Nesse sentido, em julho de 1818 a *Gaceta del Gobierno de Lima* traria notícias do Rio de Janeiro, que

manifiestan el buen aspecto que presentan los negocios públicos, dando positivas esperanzas de la pronta pacificacion de esta América. Se afirma en ella que se halla reunida sobre este interesante objeto la voluntad general de todos los soberanos y de toda la Europa: al mismo tiempo que se suponen concluidos á satisfaccion de ambas cortes los asuntos pendientes entre nuestro gabinete y el de S. M. F. con respecto á la ocupacion de la Banda Oriental y plaza de Montevideo.²⁰⁴

Em grande parte da América do Sul a revolução ganhava cada vez mais espaço e o Vice-Reino do Peru encontrou-se encurralado em meio a uma retomada revolucionária ao norte (Nova Granada e Venezuela) e a expansão patriota ao sul, agora empreendida pelo Exército de Libertação do Norte, chefiado por San Martín. A experiência revolucionária mostrava ao líderes de Buenos Aires a necessidade de

²⁰³ Abade de Pradt. *L'injustice á la fin produit l'indépendance. Publicado em El Triunfo de la Nación*, na edição nº 14, de 30/mar/1821. In: CDIP, cit. De Pradt refere-se respectivamente à Revolução Pernambucana e à Guerra Cisplatina. Manuel AGUIRRE ELORRIAGA. *El abade De Pradt en la emancipación hispanoamericana (1800-1830)*. Caracas, Universidad católica Andrés Bello, 1983; M. MOREL. *Independência no papel: a imprensa periódica*. Texto originalmente publicado em I. JANCSÓ (org.) *Independência: história e historiografia*. Cit. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=artigo&cod=19>, acessado em 12/01/2013.

²⁰⁴ GGL nº45 15/07/1818.

expandir a luta ao restante da América espanhola, a fim de garantir o estabelecimento da nova ordem. O Exército de Libertação do Norte foi constituído como mais uma tentativa de incursão aos redutos realistas do Peru, Alto Peru e Chile, regiões vistas como essenciais para a manutenção da independência no próprio Rio da Prata.²⁰⁵

Depois de uma série de tentativas frustradas de tomada do Alto Peru pelo sul, a estratégia de San Martín, um militar experiente, era entrar no Peru a partir do Chile, libertado por suas tropas no início de 1818.²⁰⁶ O Chile era compreendido como passo fundamental para a tomada do Peru e foi usado como base de organização da investida pelo mar e como fonte de apoio material. A esquadra organizada por San Martín contava com grande número de estrangeiros, entre eles o almirante escocês Lord Cochrane, que seria conhecido também no Brasil, alguns anos mais tarde, quando prestaria serviços na obtenção forçada da adesão das províncias do Norte do Brasil para o Império.²⁰⁷

O início da década de 1820 se mostraria um ponto de inflexão para os movimentos de independência na América, influenciados também pelos novos acontecimentos na Espanha. Os esforços empreendidos pela pacificação da América até este momento não haviam atingido o sucesso esperado: em quase toda a América do Sul a independência, se já não era um fato, parecia ser apenas uma questão de tempo, e a prolongada guerra que a Espanha mantinha no ultramar havia se mostrado muito custosa para o erário, para os militares e para a imagem da monarquia, provocando descontentamentos na península, sobretudo entre os militares. Em 1º de janeiro de 1820

²⁰⁵ G. MONTOYA. *La Independencia del Perú y el Fantasma de la Revolución*. Cit., p. 60.

²⁰⁶ Apesar da declaração de independência, o Chile cairia novamente nas mãos dos realistas, derrotados em seguida por San Martín, na batalha decisiva de Maipu, em 5 de abril de 1818. D. BUSHNELL. "A independência...". Cit., p. 158-159. Simon COLLIER, Willian F. SATER. *History of Chile, 1808-1994*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

²⁰⁷ Cochrane lutou no Maranhão e parte de suas tropas foram enviadas para o Pará. O episódio demonstra que a "América espanhola oferecia ao Brasil não somente um exemplo de independência política, mas também sugestões de como consolidá-la". J. P. PIMENTA. O Brasil e a América Espanhola. Cit. p. 377; Brian VALE. *The Audacious Admiral Cochrane*. London, Conway Maritime Press, 2004.

o tenente coronel Rafael de Riego faria um pronunciamento em Cabezas de San Juan – um município da província de Sevilla – em que proclamava o retorno da Constituição de Cádiz. O que parecia uma manifestação pontual acabaria ganhando o apoio de diversas cidades que, formando juntas de governo também proclamariam a Constituição de 1812. Diante dessa pressão, Fernando VII acabaria por jurar a Constituição em 9 de março de 1820.²⁰⁸

Os últimos sucessos da Espanha, onde o liberalismo havia sido restabelecido, foram conhecidos no Vice-Reino do Peru em julho de 1820, quando o Vice-Rei Joaquín de la Pezuela recebeu a notícia de maneira extra-oficial. A informação é dada a conhecer à população em 13 de julho, em publicação da *Gaceta del Gobierno de Lima*:

Por los buques extranjeros, procedentes del Janeyro, que han fondeado en el puerto del Callao, en los dias de ayer y anteayer, se ha recibido extrajudicialmente la noticia de haber jurado el Rey la Constitucion de la monarquía española publicada en Cádiz el diez y nueve de marzo de mil ochocientos doce; y de haber salido para Ultramar los avisos oficiales que deben reglar su cumplimiento. Este gobierno espera el que le pertenece, para poner en practica quanto en él se le ordenare.²⁰⁹

Uma vez mais, o caminho percorrido pelas notícias da Europa passaria primeiramente pelo Rio de Janeiro, conforme se pode acompanhar em outra publicação da *Gaceta del Gobierno de Lima*:

²⁰⁸ Armando MARTÍNEZ, Manuel CHUST. *Una independencia, muchos caminos*. Cit. P.169 e segs; J. LYNCH. *Las Revoluciones...*, cit., p. 183-186; PERALTA R. De absolutistas a constitucionales. Cit., p. 494-495.

²⁰⁹ *Gaceta Extraordinaria del Gobierno de Lima del 13/07/1820*.

Por la fragata inglesa de guerra *Espartana* procedente de Lisboa, que com 27 dias de navegacion, arribó al Janeyro el 3 de mayo ultimo, se supo en la corte del Brasil, que el rey havia jurado el 9 de marzo en la Madrid la constituicion politica de la monarquia española, promulgada en el año de 1812. Nuestro embaxador en el Janeyro, à quien Su Magestad fidelisima confió particularmente dicha noticia, escribe á este gobierno superior, que estaba aguardando, por momentos, comunicaciones oficiales sobre ella para transmitirselas por un buque que tenia ya listo con direccion al puerto del Callao.²¹⁰

A comunicação oficial, em que era requisitado novamente o juramento da Constituição de 1812, agora reconhecida também pelo rei da Espanha, chegaria ao Vice-Reino do Peru em 4 de setembro de 1820.²¹¹ Nota-se a cautela diante das notícias que chegavam da Europa, precaução que se baseava, sem dúvida, na experiência adquirida durante aqueles anos de revolução, em que mudanças rápidas e abruptas passaram a fazer parte do repertório político daqueles homens. Com o retorno do liberalismo seriam extintas a Inquisição e a censura à imprensa na Espanha peninsular e na hispanoamérica, permitindo que novos periódicos fossem publicados. Tal como ocorrera no primeiro triênio liberal, o período seria marcado por uma explosão de publicações, a maioria das quais defenderiam abertamente a independência do Peru.

Paralelamente ao que se passava na Espanha, o exército dos Andes, formado por cerca de 5 mil homens, partiria de Valparaíso (Chile) rumo ao Peru em 20 de agosto de 1820. Os primeiros homens do exército desembarcariam em Pisco em 8 de setembro, onde permaneceriam por 45 dias preparando-se para continuar a expedição rumo a

²¹⁰ *Gaceta Extraordinaria del Gobierno de Lima del 18/07/1820.*

²¹¹ PERALTA R. *De absolutistas a constitucionales*. Cit., p. 494-495.

Callao. A movimentação das tropas de San Martín, já em território peruano, foram acompanhadas com grande receio pelas autoridades hispano-peruanas e, diante da nova conjuntura liberal, o vice-rei Joaquín de la Pezuela, pressionado também pela aristocracia peruana, que desejava uma saída pacífica para aquele momento de tensão, enviaria um emissário a Pisco, em uma tentativa de negociação com San Martín em 11 de setembro de 1820.²¹² A proposta de Pezuela seria de que os revolucionários prestassem o juramento à Constituição de Cádiz e se retirassem, entretanto, a resposta do general não deixava dúvidas de que uma negociação naqueles termos não era mais possível: "la América no puede contemplar la Constitución de las Cortes, sino como un medio fraudulento de mantener en ella el sistema colonial"²¹³.

O juramento da Constituição não lograria um grande apoio da população, e San Martín seguiria com a sua estratégia: divulgar a causa da independência através de pasquins e proclamas, manter-se bem informado a respeito das forças realistas e esperar a derrota das mesmas, o que, segundo sua interpretação, seria apenas uma questão de tempo. De fato, a presença dos libertadores no litoral do Peru levaria muitas localidades a proclamarem-se independentes, tais foram os casos de Lambayeque, Trujillo e Piura.²¹⁴

Conforme esperava San Martín, os conflitos internos no Peru jogariam a favor de sua causa. A posição assumida pelo vice-rei Pezuela era questionada dentre os líderes da resistência realista: muitos consideravam que o vice-rei estaria protelando a aplicação da Constituição espanhola e exigiam seu imediato juramento, discordando das táticas de Pezuela frente ao avanço das forças revolucionárias. O vice-rei seria vítima de

²¹² PERALTA. *De absolutistas a constitucionales*; Gustavo MONTROYA. *La independencia del Perú y el fantasma de la Revolución*.cit.

²¹³ *Colección Documental de la Independencia del Perú*, Cit., tomo 8. Citado por: PERALTA R. De absolutistas a constitucionales. Cit., p. 496.

²¹⁴ Alberto Crespo. "La independencia desde el sur". In: *Historia de América Andina*, cit; Elizabeth del Socorro HERNÁNDEZ GARCÍA. *La élite piurana y la independencia del Perú: la lucha por la continuidad en la naciente república. (1750-1824)*. Lima: Instituto Riva-Agüero, 2008.

um golpe e deposto de seu cargo em janeiro de 1821 pelo general realista José de La Serna, que doravante iria declarar-se vice-rei do Peru.²¹⁵ O episódio revelaria as disputas entre as autoridades vice-reinais e a dificuldade de se atingir um consenso quanto à melhor forma de agir. La Serna também empreenderia uma tentativa de negociação com San Martín, em 9 de abril de 1821, novamente sem sucesso. Nos meses seguintes, a luta realista enfraquecer-se-ia, e em 4 de julho La Serna promoveria a retirada de suas tropas para o interior do Peru. Poucos dias depois, em 10 de julho, o exército libertador entraria na "ciudad de los reyes", recebido com júbilo pela população.²¹⁶

A declaração formal de independência daria-se no dia 28 de julho de 1821, entretanto, ainda seriam necessários alguns anos para que as forças realistas fossem definitivamente derrotadas em todo o território. A resistência realista seria realizada por guerrilhas na *sierra* central do Peru, que somente seria definitivamente derrotada com a chegada dos reforços do Norte que, comandados por Simón Bolívar, os derrotou na batalha de Maipú em 23 de fevereiro de 1826.²¹⁷

A exemplo do que fizeram outras autoridades realistas alguns anos antes, após sua deposição do governo Pezuela buscaria refúgio no Brasil, dirigindo-se ao Rio de Janeiro. Aliás, o Rio de Janeiro seria o refúgio de diversos personagens realistas, durante e após o processo de independência do Peru. A historiadora Scarlett O'Phelan apresenta em seu trabalho outro desses casos: Bartolomé María de Salamanca, peninsular, fora intendente de Arequipa entre os anos de 1796 e 1811, destituído de seu

²¹⁵ A disputa entre La Serna e Pezuela foi interpretada por alguns autores como o antagonismo entre liberais e absolutistas, centrada, portanto, numa motivação ideológica. Esta é a visão defendida por John Lynch, por exemplo, e questionada por Peralta R., que aponta a trajetória de diferenças pessoais e militares entre o vice-rei e general que culminou no golpe que derrubou Pezuela. BUSHNELL. "A independência...". Cit., Pp. 162-164. LYNCH. *Las Revoluciones...*, Cit., p. 170-177. PERALTA R, De absolutistas a constitucionales. Cit., p. 504-505. MONTROYA. *La Independencia del Perú*, Cit., p. 91.

²¹⁶ Alberto Crespo. "La independencia desde el sur". In: Historia de America Andina vol.4.

²¹⁷ D. BUSHNELL. "A independência...". Cit., Pág. 165-175. MONTROYA. *La Independencia del Perú y el Fantasma de la Revolución*. Cit., p. 84.

cargo por Abascal, no momento em que, procurando dar resposta à crise, o vice-rei substituiria muitas autoridades peninsulares por hispano-peruanos. Depois de declarada a independência, aos peninsulares restariam duas opções: naturalizarem-se através de casamentos, ou abandonar o Peru. Salamanca casou-se com uma peruana em 1821, a fim de garantir sua permanência no Peru; entretanto, alegaria que ainda sentia-se ameaçado e, por isso, trasladou-se para o Brasil. Como destaca O'Phelan: "Salamanca buscó para asilarse un estado monárquico que, además, no lo alejaba demasiado del Perú, como hubiera ocurrido si decidía retomar a España".²¹⁸

A respeito desse tema, a *Gaceta del Gobierno de Lima* publicaria já em 1819 – antes, portanto, da independência – um trecho de uma carta, sem destinatário, escrita por Don Rodrigo Antonio de Orellana, bispo de Córdoba del Tucumán, na qual descreve a difícil situação enfrentada pelos bispos em Buenos Aires, onde eram perseguidos. O bispo informa o infeliz destino de vários de seus companheiros, mortos pelos patriotas, diante do que toma uma decisão: "En esta virtud me fue preciso fugarme una noche disfrazado, arrojándome en los brazos de la Providencia para venir á los dominios de Portugal"²¹⁹. Nota-se, portanto, que a proximidade entre Peru e Brasil estendia-se para além da contiguidade territorial, demonstrando também a dimensão de uma solidariedade legitimista e a percepção, naquele momento de crise, que a América portuguesa apresentava-se como um território, a princípio, seguro para os realistas, conforme os exemplos acima apresentados.²²⁰

A fronteira entre o Brasil e o Peru, de fato, seria objeto de preocupação tanto das autoridades realistas do Peru quanto das portuguesas. Em defesa de sua postura

²¹⁸ Scarlett O'Phelan. Entre la intendencia de Arequipa y la de Lima: el andaluz Bartolomé de Salamanca y u gestión en el virreinato del Perú. Em: Enrique VILA VILLAR; Jaime J. LACUEVA MUÑOZ. (coord.) *Mirando las dos orillas: intercambios mercantiles, sociales y culturales entre Andalucías y América. Sevilla: Fundacion Buenas Letras, 2012. P.558*

²¹⁹ GGL nº4 20/01/1819.

²²⁰ João P. PIMENTA. *O Brasil e a América Espanhola*. Cit. p. 310.

fidelista, *El Triunfo de la Nación* lançaria em junho de 1821 suas "Observaciones sobre los perjuicios que causaria la independencia á las Américas españolas", em que apresenta argumentos a respeito da inviabilidade de se adotar a república como modelo de governo pelos novos Estados americanos e sobre a difícil tarefa de defesa das fronteiras que, caso se tornassem independentes, teriam de enfrentar; e nesse alerta a fronteira com o Brasil aparecia em destaque:

Supongo tambien que estas grandes provincias no adoptarian un gobierno republicano, porque la experiencia de Buenos-Ayres, y la historia del mundo las ha convencido de que este gobierno no proporciona á los naturales la tranquilidad interior necesaria. (...) La frontera del Brasil exigiria un cuidado particular, porque sería probablemente el teatro de guerras frecuentes: establecido en él un soberano, serian continuos los motivos de discórdia por limites, comercio, y miras de estencion, que no sería fácil evitar.²²¹

Enquanto no início da década de 1820 o triunfo das independências já era irreversível em muitas partes da América hispânica, Portugal também conheceria, em 24 de agosto de 1820, um movimento liberal, cujo objetivo primeiro era instaurar uma monarquia constitucional em todo o Reino Unido. A Revolução do Porto foi diretamente influenciada pelo seu similar espanhol e pode ser vista sob um duplo caráter: *revolucionário*, uma vez que derrubaria as bases do absolutismo português; e *regenerador*, ao exigir o retorno da posição que Portugal gozava no conjunto da monarquia, condição supostamente perdida para o Brasil.²²²

²²¹ *El Triunfo de la Nación* nº33 05/06/1821.

²²² Márcia R. BERBEL. *A nação como artefato*: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas 1821-1822. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.

Uma das fontes pelas quais o debate da influência do movimento liberal espanhol sobre Portugal chegaria ao Peru seria através da obra escrita por De Pradt, cujos trechos foram publicados, como destacou-se acima, no periódico *El Triunfo de la Nación*. A publicação deste periódico foi autorizada pelo Vice-Rei La Serna em fevereiro de 1821 com o objetivo de divulgar as vantagens do constitucionalismo e a possibilidade de se estabelecer uma paz honrosa com a Espanha. Entretanto, o periódico não abriria mão da retórica realista.²²³ Os comentários de De Pradt publicados por *El Triunfo de la Nación* defendem a necessidade do mundo luso-americano aprender com a Espanha e seguir seus exemplos:

No por una conquista *material* puede España influir sobre Portugal, sino por una conquista *moral*. No parece sino que un espíritu de imprevisión ha gobernado hasta ahora a Portugal, y que ha preparado sus destinos, asi como los de otros países. El Rey està ausente, y dexó de ser Portugues para hacerse Brasileiro. Ya no puede regresar á la Europa, so pena de perder el Brasil. De conseqüente, Portugal está ya para siempre abandonado por su soberano, y como tal, condenado à sufrir una regencia eterna. (...)Y pregunto yo ahora: era posible conmbinar, ó acumular (por decirlo asi) mas razones para que Portugal quiera *seguir el exemplo* de la España? (...) debe inferirse que los acontecimientos de España, excitando fuertemente la atencion de Portugal, no tardarán mucho de inducirle á acabar de una vez con ese *estado aflictivo*, en que se halla.²²⁴

²²³ Prólogo de Alberto Tauro ao volume 1, tomo 22 – Periodicos. CDIP. Cit. p.XXI. O periódico foi publicado entre fevereiro e junho de 1821, somando 40 edições.

²²⁴ Abade de Pradt. *L'injustice á la fin produit....* Publicado em *El Triunfo de la Nación*, na edição nº 14, de 30/mar/1821. In: CDIP, cit. Grifos meus.

De Pradt, em sua exposição, contrapõe as concepções de conquista material (ilegítima) e conquista moral (legítima e desejável) a fim de justificar a necessidade de que Portugal extraia um aprendizado político dos acontecimentos da Espanha, referindo-se ao Constitucionalismo. Além disso, a ausência do rei, que se fez brasileiro, era compreendida como sinal de abandono aos peninsulares, colocando-o em uma situação irreversível: sair do Brasil significaria certamente a independência dessa parte do império, mas era a única forma de retomar a dignidade de Portugal diante das nações européia: "Procurará tener un rey, que resida en el pais, y que sea independiente del Brasil; y pondrá el nuevo trono á nivel de los demas tronos constitucionales, que se van levantando en la Europa."²²⁵

A Revolução do Porto reivindicaria também a convocação de Cortes, o que abriria um novo capítulo nas relações entre Portugal e Espanha: a convocação de representantes do Brasil às Cortes ampliaria o debate sobre a participação política dos portugueses no Reino Unido, e levaria, inevitavelmente, a uma redefinição dos papéis de cada uma de suas partes. Os trabalhos da Assembléia Constituinte se iniciaram em 26 de janeiro de 1821, quando os representantes do Brasil ainda não haviam chegado a Lisboa,²²⁶ e desde o início estiveram marcados por embates entre posições conflitantes, embora neste momento ainda não fosse possível identificar nesse enfrentamento a divergência entre interesses “do Brasil” e “de Portugal”. Seria no desenvolvimento dos trabalhos das Cortes que tais posições começariam a se definir, sobretudo em torno do debate fundamental quanto à permanência da família real no Brasil.²²⁷

²²⁵ Abade de Pradt. *L'injustice á la fin produit....* Publicado em *El Triunfo de la Nación*, na edição nº 14, de 30/mar/1821. In: CDIP, cit.

²²⁶ M. L. Viana LYRA. *A utopia do poderoso Império*. Cit. p. 207-208. Os deputados do Brasil só chegariam a Lisboa em agosto de 1821, sete meses depois do início das reuniões. M. BERBEL. *A nação como artefato*. Cit.

²²⁷ LYRA. *A utopia do poderoso Império*. Cit., p. 172; PIMENTA. *O Brasil...*, Cit., p. 320.

Os últimos acontecimentos do Império português seriam logo conhecidos no Peru, onde despertaram interesse não só da imprensa fidelista, representada em 1821 por 3 periódicos – *El Depositário*, *Gaceta del Gobierno de Lima* e *El triunfo de la Nación* – mas também apareceriam na incipiente imprensa patriota. O regulamento para a liberdade de imprensa foi publicado em 27 de fevereiro de 1821, entretanto, somente a partir de junho aparecem publicações patriotas: *El Americano*; *Los Andes Libres*; *Correo Mercantil, Político y Literário*; *Notícias de Lima*; *El Nuevo Depositário* e *El Pacificador del Perú*. A *Gaceta del Gobierno de Lima*, que ocupara a posição de arma ideológica das autoridades do Vice-Reino desde 1810, seria substituída por *El Triunfo de la Nación*, mantendo o mesmo editor, Guillermo del Río, e seu perfil realista. O título do tradicional periódico oficial seria apropriado pelos patriotas a partir de julho de 1821, convertendo-se, doravante, em *Gaceta del Gobierno* e em alguns momentos *Gaceta del Gobierno Independiente de Lima*.²²⁸

Em maio de 1821 a *Gaceta del Gobierno de Lima* publicaria sua última referência ao mundo luso-americano como um periódico realista, trazendo justamente a notícia da Revolução do Porto em Lisboa. Relevante notar que o excerto ressalta duas informações importantes: a conservação do rei D. João VI no trono e, conseqüentemente, a proteção da dinastia Bragança. Essa ressalva parece de alguma forma atenuar o conteúdo da revolução portuguesa:

Estando para dar la vela el paquete nombrado *Lord Hobard*, se recibieron noticias de Lisboa comunicando que Oporto se hallaba en revolucion; y que la milicia, el clero y casi todas las autoridades publicas se habian reunido con el objeto de convocar Córtes, formar una Constitucion &c.; pero *conservando al*

²²⁸ PERALTA. De absolutistas a constitucionales; MARTÍNEZ RIAZA. *La prensa doctrinal en la independencia del Perú*. Cit..

rey Juan, y protegiendo la dinastia de Braganza. Ls tropas de la mayor parte de las provincias habian marchado hacia Oporto para sostener al nuevo gobierno, y se creia que Lisboa seguiria pronto este exemplo²²⁹

O periódico patriota *El Pacificador del Peru* traria, em maio de 1821, o decreto em que D. João VI jurava a constituição a ser elaborada pelas Cortes portuguesas, dando ênfase ao fato de que esta constituição deveria ter a espanhola como base.

Entre los papeles públicos que hemos recibido del Rio de Janeyro, es muy *notable* el que vamos á insertar, como una prueba de la rapidez con que han penetrado las luces hasta el fondo de aquellos Gabinetes, cuyo atraso en su marcha social habia pasado en provérbio. S. M. F. ha habierto al fin una época que no será menos *celebre*, que la que dio principio despues que el Grande Alfonso expulso do Portugal á los Moros, en 1098 y subió al trono que *habia merecido* por sus esfuerzos y heroísmo: tan cierto es que la generalidad de los hombres y de los príncipes no dejan de serlo, solo obran el bien, quando no les queda otro partido que abrazarlo.²³⁰

A notícia de que D. João havia prestado juramento à Constituição em 24 de fevereiro de 1821 foi apresentada, em um tom elogioso – como um evento de importância comparável à expulsão dos mouros da península, considerado o momento mítico da formação do Estado português. Entretanto, o comentário traz também uma denúncia de um suposto atraso social lusitano, que seria finalmente superado com a

²²⁹ GGL nº10 03/02/1821.

²³⁰ *El Pacificador del Peru*. nº 6, de 30/mai/1821. In: CDIP, Tomo 23, vol. 1. Grifos meus.

atitude do rei. O fato da informação ser considerada *notável* e o momento *célebre* não torna o editor excessivamente otimista ou ingênuo, mas pelo contrário, ele ironiza ao insinuar que a atitude de D. João foi resultado da pressão exercida pela Revolução do Porto.

D. João VI partiria para Lisboa em 26 de abril de 1821, dois meses depois do juramento da Constituição, deixando D. Pedro como príncipe regente. Dentre as alternativas frente à pressão das Cortes pela volta do rei, esta foi a solução imediata encontrada para atender a interesses que desde 1808 se enraizavam no Brasil.²³¹ O retorno da família real para a Europa foi divulgado por *El Triunfo de la Nación* na seguinte nota: “El 24 del corriente fondeó en el puerto del Callao la corveta de guerra inglesa Conway, y con su llegada se ha divulgado la noticia de el Rey de Portugal y su familia habian salido del Brazil para Lisboa en el navio de guerra inglés Soverbio.”²³²

A *Gaceta del Gobierno*, agora porta-voz dos patriotas, publicou em 5 de janeiro de 1821 o discurso proferido pelo rei da Espanha no encerramento das cortes de Madrid. O discurso é de junho de 1821:

A consecuencia del nuevo orden de cosas adoptado generosa y espontaneamente por el rey del reino unido de Portugal y el Brasil; S. M. F. ha resuelto volver a Lisboa con su familia real, dejando en el Rio de Janeiro al principe heredero, en calidad de virrey. Aprovecharé la vuelta de S. M. F. para proceguir [sic] las negociaciones suspensas relativamente a la ocupacion de Montevideo y la Banda oriental del Rio de la Plata.²³³

²³¹ I. SOUZA. *Pátria Coroada*. cit. p. 88-90.

²³² *El Triunfo de la Nación*. nº 36 26/06/1821.

²³³ *Gaceta del Gobierno* nº2 02/01/1821.

A complexa relação de cooperação e aliança entre Espanha e Portugal fora abalada pela ocupação portuguesa em Montevideu no ano de 1816. Na ocasião, a Espanha recorreria à via diplomática, pedindo a mediação dos países signatários do Congresso de Viena a fim de reparar tal agressão e evitar um enfrentamento que seria funesto para ambas as nações. As informações a respeito da representação espanhola, extraídas de um periódico britânico, foram publicadas pela *Gaceta del Gobierno de Lima* em janeiro de 1818.²³⁴ O fato deste tema aparecer novamente em 1821, revela que não era uma questão superada entre as potências, fato que era percebido pelos hispano-peruanos. A leniência com que a Espanha havia tratado a agressão realizada pelos portugueses seria utilizada pelos revolucionários como um argumento para que gozassem de tratamento semelhante; e mais, apontavam que o desrespeito que os portugueses demonstraram face às relações de amizade entre os dois países deveria ser considerado como uma ofensa muito maior do que aquela que os americanos eram acusados de praticar:

Hablo de la ocupacion de Montevideo, y la parte oriental del Rio de la Plata por las armas del Rey del Brasil; el Brasil, no en guerra, sino en paz y amistad con la España, reconociendo y habiendo garantizado la integridad de la monarquía española, invadió y se apodero de aquella parte del Rio de la Plata, la retuvo en su poder à pesar de los reclamos de la España, que no por esto creyó violados sus tratados, ni rota la paz que existe entre ambos pueblos. (...) Debo repetir, y hacer observar à V.E. la diferencia que hay entre naciones amigas, y dos que no lo han sido, y que por el contrario combaten obstinadamente sin sujetarse à vinculo alguno precedente á la guerra, dando

²³⁴ GGL nº1 03/01/1818.

por nulos y disueltos todos los que existian. (...) La conducta de las naciones entre si es lo que constituye el derecho de gentes: la del Brasil y España, que refirieron sus reclamos á negociaciones, y no à hostilidades, debe servirnos de regla para fondar la nuestra, y decidir por la razon y el derecho, no por las armas.²³⁵

No Brasil, em 09 de janeiro de 1822 o príncipe regente enfrentaria as recomendações das Cortes de Lisboa e divulgaria sua decisão de permanecer no Brasil, o que ficaria conhecido na história do Brasil como o "Dia do Fico". Também este acontecimento seria digno de interesse na imprensa peruana, e o *Correo Mercantil, Político y Literário* publicaria que:

Los sucesos del Brasil y la resolución que ha tomado el príncipe Regente de permanecer allí, contra las disposiciones de las Cortes, no ha dejado de exaltar a los antiguos amos, viendo que su esclavo quiere a la vez llegar à ser amo²³⁶

O aprofundamento da polarização entre os deputados americanos e peninsulares nas Cortes portuguesas fazia com que a possibilidade de ruptura entre Portugal e Brasil se tornasse cada vez mais plausível, como anunciara a *Gaceta del Gobierno*: "La opinión a favor de la independencia de Portugal ha hecho ultimamente muchos progresos entre los habitantes de aquel pais [Brasil]"²³⁷. Diante de interesses cada vez mais difíceis de serem conciliados, a maioria dos deputados do Brasil não assinaria a Constituição elaborada pelas Cortes e voltariam para o Brasil.²³⁸ O

²³⁵ *El Pacificador del Perú* nº10 10/07/1821.

²³⁶ *Correo Mercantil, político y literario* nº52 19/10/1822.

²³⁷ *Gaceta del Gobierno* nº24 24/09/1821.

²³⁸ I. SOUZA. *Pátria Coroada*. cit. p. 141-142; LYRA. *A utopia do poderoso Império*. Cit., p. 170-172.

desenvolvimento desse processo de independência e as vicissitudes que marcariam a luta nas diferentes províncias do império seriam acompanhados pelos periódicos do Peru, como seria publicado pela *Gaceta del Gobierno* apenas um mês antes da declaração formal de independência do Brasil:

Mucha parte del Brasil está en un estado de la mayor anaquia. La bahia se ha hecho teatro de la guerra civil y allá mucha sangre se ha derramado. En Pernambuco tambien se han levantado, y aun en el Rio de Janeiro hay probabilidad de que se declaren por la independencia. Y muchos opinan que el Principe Real forme este partido.²³⁹

A peculiaridade da solução política encontrada para a independência do Brasil, ou seja, a permanência de uma monarquia sob a dinastia Bragança – e que, posteriormente, viria a suscitar um dos mais fundamentais debates da historiografia brasileira – mereceria, de imediato, somente uma nota na imprensa peruana, na qual informa que "Ha llegado una proclama, que aun no hemos visto, del Rei del Brasil, en que se nos asegura declara ya aquel estado independiente del de Portugal".²⁴⁰

A informação da proclamação da independência do Brasil, em setembro de 1822, viria, entretanto, acompanhada de uma análise muito mais eloquente, e que evidencia uma interpretação muito interessante acerca dos desafios que estariam por vir. A formação dos Estados nacionais, que está fora da alçada deste trabalho, revelar-se-ia um desafio de monta, como já previam os homens daquele tempo, ainda que com notável otimismo:

²³⁹ *Gaceta del Gobierno* nº30 10/06/1822.

²⁴⁰ *Gaceta del Gobierno* nº30 10/06/1822.

Vease ya la profecia de Mr. De Prat [sic] establecida, y este gran continente compuesto solamente de naciones libres, independientes y soberanas. Ellas pueden a su nacimiento tener algunas vicisitudes; mas el siglo en que nacen, la bondad y diversidad de su suelo y clima, y el activo comercio de que disfrutan sus costas; todo promete que dentro de breves años las luces, la poblacion y el trabajo las elevarán a un alto grado de prosperidad, aun dificil de concebirse.²⁴¹

²⁴¹ *Gaceta del Gobierno* n°38 02/11/1822.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou observar algumas das respostas dos hispano-peruanos diante da crise do Antigo Regime na América, com especial enfoque na repercussão que os acontecimentos do mundo luso-americano tiveram no Vice-Reino do Peru ao longo da mencionada crise.

Concepções ilustradas a respeito da organização da sociedade e do governo já se faziam presentes na América desde meados do século XVIII, através da circulação de obras de autores iluministas, notícias, panfletos e pela própria circulação de pessoas entre o velho e o novo continente. A crise, entretanto, ingressaria na América de forma bastante traumática, a partir de notícias de que as monarquias ibéricas haviam sido golpeadas por Napoleão Bonaparte, transformado, então, em símbolo da injustiça. Diante de uma situação tão inesperada quanto potencialmente perturbadora da ordem, os hispano-americanos se veriam na necessidade de formularem respostas à crise, as quais se revelariam, a um mesmo tempo, tentativas de manutenção dos princípios que regiam aquelas sociedades até o momento, mas também portadoras de conteúdos e práticas revolucionários.

A imprensa periódica, que dava seus primeiros passos políticos em finais do século XVIII em uma América ainda pouquíssimo alfabetizada, encontraria na ampliação dos espaços de sociabilidade uma ampliação também do alcance daquelas ideias, que passariam a circular entre grupos cada vez mais amplos e diversos. Esses espaços de sociabilidade, como os cafés e as tavernas, por exemplo, tornar-se-iam mais dinâmicos a partir de momentos como a Revolução Francesa, as invasões napoleônicas e a crise política delas decorrente.

No caso específico do Vice-Reino do Peru, Cláudia Rosas Lauro alerta que o público leitor destes livros e periódicos não estava restrito aos alfabetizados, graças às leituras públicas e também às discussões que se espalhavam pelos centros urbanos, o que, segundo a autora, permite relativizar a divisão existente entre a cultura da elite e a cultura popular. O contato entre diversos grupos sociais, envolvidos em diferentes ofícios, criaria uma opinião pública *sui generis*, onde se difundia a informação dos periódicos, as ideias eram debatidas e rumores espalhados.²⁴²

A esse respeito, Cláudia Rosas, inspirada nas proposições de Pablo Macera, afirma: "los periódicos provocaron un efecto revolucionario en el sistema de comunicaciones sociales, ya que por su frecuencia, suministraron una lectura continua y simultánea sobre temas en relación a los cuales se buscaba estimular la discusión".²⁴³ Essa leitura, elaborada a propósito do período da Revolução Francesa, mostra-se válida também para o período aqui estudado. A publicação de notícias acerca dos acontecimentos da América portuguesa na imprensa peruana foi aqui interpretada como evidência de trocas de experiências políticas entre o Vice-Reino do Peru e a América portuguesa, o que não esteve restrito ao período das independências, mas que nele foi, seguramente, intensificado, e obteve consequências especialmente importantes.

O material empírico aqui analisado revela que, no Peru, autoridades hispânicas e realistas jamais superaram completamente os receios e desconfianças nutridos em relação à política portuguesa face às colônias espanholas; ou seja, olhavam o Brasil, em 1808, convertido em sede da Corte portuguesa, como potencialmente perigoso. Para esta concepção contribuíam dois fatores: o histórico expansionista português em direção ao Prata, e a relação de proximidade estabelecida entre Portugal e Grã-Bretanha.

²⁴² Claudia Rosas Lauro. Del trono a la guillotina. Cit.

²⁴³ Claudia Rosas Lauro. Del trono a la guillotina. Cit. P.57; ver também: Pablo Macera. El periodismo en la independencia. In: Trabajos de Historia, t.II:325-342; Lima: Instituto Nacional de Cultura.

Entretanto, em diversas oportunidades, os coevos revelaram a percepção de que, assim como os demais territórios da América do Sul, a América portuguesa estava diante de uma mesma crise e que, portanto, seus destinos estavam interligados. Ademais, o empenho dos portugueses para manter afastados de seu território – se possível fosse, de toda a América – os ideais revolucionários eram notados com interesse pela imprensa vice-reinol. Assim, a presença da família real portuguesa na vizinha América portuguesa era interpretada como incômoda, mas revelava-se útil, pelo menos em tese, uma vez que permitia a expressão de um desejo compartilhado de manutenção da ordem monárquica.

A imagem do Brasil difundida pela imprensa no Peru sofreu variações durante os processos de independência. Tal imagem seria construída com base nas históricas relações estabelecidas entre Portugal e Espanha – reiteradas, nesse momento, pelos acordos matrimoniais que selavam uma nova aliança entre as dinastias Bragança e Bourbon –, mas também seria influenciada pelas disputas e arranjos diplomáticos locais. O mundo luso-americano, em um primeiro momento, seria retratado pela imprensa do Vice-Reino do ponto de vista de seu papel como aliado no jogo político europeu, ou seja, enfatizando os interesses comuns compartilhados por Espanha e Portugal e, portanto, por seus respectivos espaços (cada vez menos) coloniais.

A frágil legitimidade das novas formas políticas adotadas na ausência do rei da Espanha, questionada em muitas partes da América do Sul, assim como a proposta de regência oferecida por Carlota Joaquina, levariam à construção de uma imagem ambígua a respeito da América portuguesa. O Brasil inspiraria desconfiança, sobretudo em face de suas investidas no Rio da Prata; entretanto, as críticas seriam amenizadas, pelo menos no campo dos discursos, pois recairiam sobre a Grã-Bretanha, considerada a mentora dessas ações.

De maneira geral, a percepção da imprensa do Peru era a de que o Brasil padecia da mesma crise que o Vice-Reino; portanto, os destinos de ambos estariam interligados. Se por um lado, a Coroa portuguesa na América representava um perigo, por outro, era também uma aliada em potencial na luta contra os ideais revolucionários que se difundiam pela América. Assim, embora incômoda, a presença da família real no Brasil conferia certa segurança aos realistas peruanos, que compartilhavam com o Brasil o temor de que os princípios revolucionários chegassem também aos seus territórios. Em certo sentido, uma forma de solidariedade se estabelecia, novamente, em face de um inimigo comum: a revolução.

A aproximação entre Peru e Brasil, em que se concebe um esboço de solidariedade entre eles, não se restringia à luta em defesa da legitimidade monárquica. O Brasil e o Peru realistas compartilhavam, também, o temor em relação a manifestações populares. Lima, capital do Vice-Reino do Peru, tinha em comum com muitos centros urbanos do Brasil uma grande população de escravos negros, de forma que lidava constantemente com o temor de uma revolução semelhante à que ocorrera no Haiti. Ademais, o Peru havia experimentado a rebelião indígena de Tupac Amaru no final do século XVIII, temor que seguiria a pairar naquela sociedade. Em ambos os espaços coloniais, esse temor convertera-se rapidamente em defesa do realismo e da legitimidade monárquica, e não cessaria com a formalização das Independências.

Em janeiro de 1822, o *Correo Mercantil, político y literário* publicaria uma interpretação a respeito de desafios que se apresentariam tanto a territórios recém-independentes como àqueles que ainda deveriam concluir este processo, como era o caso do Brasil:

Establecida ya en la independencia de don Juan, se calcula que ninguna consideracion se interpondrá para establecerla de don Pedro: y en ultimo resultado, que corriendo los demas riesgos llegará à ser libre totalmente la America portuguesa. Como la dificultad de los hombres de color parece que ha sido la que se tocaba en el Brasil, lo mismo que en Lima, y en la Habana, para no uniformarse con el sentimiento de América, en el avance que los dos primeros pueblos acaban de dar, encontrará el tercero, es decir los havaneros, un estimulo irresistible para tocarse de la conflagracion universal. En el entretanto Fernando se lisonjea de la facilidad de apagar una llama ó un incendio que si se descuida lo que ha de chamuscar à el mismo empezando por su cetro.²⁴⁴

O jornal evocava tema de fundamental importância para a construção do Estado e da nação brasileiros, mas também de diversos outros espaços coloniais que, uma vez independentes, teriam de lidar com o legado da colonização: suas estruturas sociais e econômicas. Tais temas extrapolam o alcance dessa pesquisa, mas indicam uma senda necessária de investimentos que, aliás, já tem sido feitos, tanto na compreensão do Brasil quanto do Peru oitocentistas. Trabalhos que, sem dúvida, podem-se valer de uma compreensão mais pormenorizada de como ambos se fizeram independentes em um mesmo processo de crise e dissolução do Antigo Regime na América.

²⁴⁴ *Correo Mercantil, político y literário*. Nº5 jan/1822.

Anexo I – Tabela dos periódicos analisados

Títulos	Ano	Localização	nº de edições
A los fieles habitantes del Perú	1820	BNP	2
Abeja Española	1813	BNP	2
Abeja Republicana, La	1822	BNP	36
Americano, El	1821	BNP/CDIP	3
Andes Libre, Los	1821	BNP/CDIP	19
Anti-Argos, El	1813	BNP	1
Aprendiz, El	1813	BNP	1
Argos Constitucional	1813	IRA	7
Brujo, El	1822	BNP	4
Clamor de la Verdad	1814	BNP	7
Cometa, El	1812	BNP	3
Cometa, El	1813	BNP	1
Correo Mercantil politico y literario	1821	BNP	1
Correo Mercantil politico y literario	1822	BNP	58
Diario de Lima	1822	BNP	25
Depositorio, El	1821	BNP/IRA	50
Depositorio, El	1822	IRA	16
Español Libre, El	1814	BNP	1
Gaceta del Gobierno de Lima	1809	IRA	12
Gaceta del Gobierno de Lima	1810	BNP/IRA	16
Gaceta del Gobierno de Lima	1811	BNP	114
Gaceta del Gobierno de Lima	1812	BNP	110
Gaceta del Gobierno de Lima	1813	BNP	113

Gaceta del Gobierno de Lima	1814	BNP	59
Gaceta del Gobierno de Lima	1815	BNP	32
Gaceta del Gobierno de Lima	1816	BNP	101
Gaceta del Gobierno de Lima	1817	BNP	85
Gaceta del Gobierno de Lima	1818	BNP	82
Gaceta del Gobierno de Lima	1819	BNP	92
Gaceta del Gobierno de Lima	1820	BNP	53
Gaceta del Gobierno de Lima	1821	BNP/IRA	66
Gaceta del Gobierno	1822	BNP/IRA	104
Geringa, La	1813	BNP	1
Imparcial	1822	BNP/IRA	5
Investigador, El	1813	BNP	74
Investigador, El	1814	BNP	85
Investigador Resusitado, El	1822	IRA	22
Loquero, El	1822	BNP	2
Loro, El	1822	BNP	1
Minerva Peruana	1808	BNP	28
Minerva Peruana	1809	BNP	44
Minerva Peruana	1810	BNP	7
Noticias de Lima	1821	BNP	2
Nuevo Depositário, El	1821	BNP	4
Pacificador del Perú, El	1821	CDIP	13
Peruano, El	1811/1812	CDIP	35
Peruano, El	1812	CDIP	37
Peruano, El	1812	CDIP	12

Peruano Liberal, El	1813	BNP	5
Republicano, El	1822	BNP	1
Satelite del Peruano, El	1812	BNP/IRA	4
Semanário, El	1811	BNP	1
Semanário, El	1814	IRA	3
Sol del Perú, El	1812	CDIP	10
Sol del Perú, El	1822	IRA	9
Triunfo de la Nación, El	1821	CDIP	40
Tribuno de la Republica Peruana	1822	BNP/IRA	6
Tribuno del Pueblo, El	1822	BNP	1
Verdadero peruano	1812	BNP	15
Verdadero peruano	1813	BNP	13

Abreviações

BNP – Biblioteca Nacional del Perú.

CDIP – Colección Documental de la independencia del Perú, disponível na biblioteca Víctor Cívita, no Memorial da América Latina.

IRA – Intituto Riva Agüero – Pontificia Universidad Católica del Perú.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABASCAL, José Fernando de. *Memoria de Gobierno*. Edición de Vicente Rodríguez Casado y José Calderón Quijano. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1944.
- ADELMAN, Jeremy – *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton & Oxford, Princeton University Press, 2006.
- AGUIRRE ELORRIAGA, Manuel. *El abade De Pradt en la emancipación hispanoamericana (1800-1830)*. Caracas, Universidad católica Andrés Bello, 1983.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993.
- ALVES, Camilla Farah Ferreira. *Na América dos impérios: a leitura do Brasil pela imprensa periódica da Nova Espanha no contexto das independências (1808-1822)*. Relatório para exame de qualificação, São Paulo, FFLCH/USP, 2013;
- ANNA, Timothy. *The Peruvian Declaration of Independence: Freedom by Coertion*. In: Journal of Latin American Studies, VII: 2. Londres, 1975.
- _____. *La caída del gobierno español en el Perú*. Lima: IEP, 2003.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – 1815/1822, em: Revista de História das Idéias, n.14, Coimbra, 1992*.
- ARTOLA, Miguel. *La Burguesía Revolucionaria (1808-1874)*. Madrid: Alianza Editorial, 1980, 7ª ed.
- AYALA MORA, Enrique (coord.) *Historia de América Andina*. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar, 2003.

- AZEVEDO, Francisca Nogueira. *D. Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BASTOS, Carlos A. C. *No limiar dos impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2013;
- BERBEL, Márcia R.. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas 1821-1822*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.
- _____. *Pátria e patriotas em Pernambuco (1817 – 1822): nação, identidade e vocabulário político*, in I. Jancsó (org.), *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo / Ijuí: Fapesp / Hucitec / Unijuí, 2003.
- BERNARDES, Denis A. M. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820 – 1822*. Tese de Doutorado em História. FFLCH / USP, São Paulo, 2001.
- BONILLA, Heraclio (comp.). *La Independencia del Perú*. Lima: IEP, 1972.
- BONILLA, Heráclio e SPALDING, Karen. “La independencia en el Perú”. In: Julio COTLER. *Clases, estado y nación en el Perú*. Lima: IEP, 1981.
- BREÑA, Roberto - "Uma reflexão sobre as comemorações dos bicentenários, a questão do liberalismo (espanhol) e a peculiaridade do caso novo-hispânico". In: PAMPLONA, Marco A. & MADER, Maria Elisa (orgs.) - *Revoluções de Independências e nacionalismos nas Américas - Nova Espanha* (vol. 2). São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- BUSHNELL, Bushnell. “A independência da América do Sul espanhola”. In: BETHELL, Leslie (org.) – *História da América Latina*, vol. III. São Paulo: Edusp, 2000.
- CALDERÓN, María Teresa & THIBAUD, Clément (orgs.). *Las revoluciones en el mundo atlántico*. Bogotá, Taurus Historia, 2006.

- CALÓGERAS, J. P. *Formação histórica do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009
- CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580- 1640)*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1986.
- CHASSIN, Joëlle. "Lima, sus elites y la opinión durante los últimos tiempos de la colonia". GUERRA & LEMPÉRIÈRE (et al.). *Los espacios públicos en Iberoamérica*. México: FCE, 1998.
- CHUST, Manuel (org.). *1808. La eclosión juntera en el mundo hispano*. México, FCE/El Colegio de México, 2008.
- CHUST, Manuel y FRASQUET, Ivana. "La lucha de los impérios (1756-1808)" Em: *Tiempos de revolucion. Comprender las independencias iberoamericanas*. Madrid: Fundación Mapfre, Taurus, 2013
- _____. *La cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz (1810-1814)*. Valencia: UNAM, 2009.
- COLLIER, Simon e SATER, Simon F. *History of Chile, 1808-1994*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CONTRERAS, Carlos. "La independencia del Perú. Balance de la historiografía contemporánea". In: CHUST y SERRANO. (Eds.) *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid: Iberoamericana, 2007.
- COSTA, Wilma Peres. "A Independência na historiografia brasileira". In: Istvan JANCSÓ (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.
- DARTON, Robert & ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França 1775 – 1800*, São Paulo: Edusp, 1996.

- DEMÉLAS, Marie-Danielle, "Estado y actores colectivos. El caso de los Andes", en Antonio Annino y Francois-Xavier Guerra (Coods.), *INVENTANDO LA NACIÓN. IBEROAMÉRICA. SIGLO XIX*, México, Fondo de Cultura Económica, 2003, pp. 347-378.
- DESCOLA, Jean. *A Vida Cotidiana en el Perú en tiempo de los españoles 1710-1820*. Buenos Aires: Librería Hachette, 1962.
- DIAS, Maria Odila L. S. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- ELLIOTT, John H. "Rey y Patria en el Mundo Hispánico". In: Victor. MÍNGUEZ y Manuel CHUST (eds.). *El Imperio Sublevado. Monarquía y Naciones en España e Hispanoamérica*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004.
- _____. *Imperios del Mundo Atlántico. España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Madrid: Taurus, 2006.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. Rev. São Paulo: Globo, 2009.
- FERNANDES, Ana Claudia – *Revolução em pauta: o debate* Correo del Orinoco – *Correio Brasiliense*, São Paulo FFLCH USP, 2010
- FERNÁNDEZ SEBASTIAN, Javier. "Revolucionarios y liberales. Conceptos e identidades políticas en el mundo atlántico". In: CALDERÓN, María Teresa & THIBAUD, Clément (orgs.) - *Las revoluciones en el mundo atlántico*. Bogotá, Taurus Historia.
- FISHER, John. *El Peru Borbónico 1750-1824*. Lima: IEP, 2000.
- FLORES GALINDO, Alberto. *Aristocracia y plebe. Lima, 1760-1830: estructura de clases y sociedad colonial*. Lima, Mosca Azul, 1984;

- FLORES GALINDO, Flores. *Buscando un Inca: identidad y utopías en los Andes*. La Habana, Cuba: Casa de las Américas, 1986.
- _____. "La Crisis de la Independencia: El Perú y Latinoamérica". In: A. FLORES G. (comp.). *Independencia y Revolución 1780-1840*. Tomo 1. Lima: Instituto Nacional de Cultura, 1987.
- FONTANA, Josep. "La crisis colonial en la crisis del Antiguo Régimen español". In: A. FLORES G. (comp.). *Independencia y Revolución 1780-1840*. Tomo 1. Lima: Instituto Nacional de Cultura, 1987.
- FONTANA, Josep. *La crisis del antiguo régimen (1808-1833)*. 4.^aed. Barcelona, Crítica, 1992
- FURTADO, João P.. *O Manto da Penélope: História, Mito e Memória da Inconfidência Mineira, 1788-1789*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GARETT, David. *Shadows of empire: the Indian nobility of Cusco, 1750-1825*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- GLAVE, Luis Miguel. "Del pliego al periódico. Prensa, espacios públicos y construcción nacional en Iberoamérica". Em: Debate y perspectivas, n° 3, 2003.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. "As bases institucionais para a construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro Joanino: administração e governabilidade no império luso-brasileiro". Em: István JANCSÓ. *Independencia: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: MAPFRE, FCE, 2000.

- GUERRA, François-Xavier. 'Voces del pueblo'. *Redes de comunicación y orígenes de la opinión en el Mundo Hispánico. (1808-1814)*. Revista de Indias, vol. LXII, 2002.
- GUTIÉRREZ de CEBALLOS, Alfonso Rodríguez. "Las series icónicas pintadas de los emperadores Incas en el siglo XVIII y su continuidad en la Monarquía hispánica." In: MÍNGUEZ (eds.). *Visiones de la monarquía hispánica*. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, D.I., 2007.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *Historia da América Latina 3. Reforma y disolución de los Imperios Ibéricos, 1750-1850*. Madrid: Alianza, 1985.
- _____. *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.
- HAMNETT, Brian R. *Revolución y Contrarrevolución en México y Perú. Liberalismo, realeza y separatismo (188-1824)*. México, D.F.: FCE, 1980.
- _____. *La política contrarrevolucionaria del virrey Abascal en el Perú (1806-1816)*. Lima: IEP/Documento de Trabajo, 2000.
- HERNÁNDEZ GARCÍA, Elizabeth del Socorro. "La elite piurana y la independencia del Perú: la lucha por la continuidad en la naciente república (1750-1824)". Lima: Instituto Riva-Agüero/Universidad de Piura, 2008.
- HERREROS TEJADA, Luis. *El teniente general Don José Manuel de Goyeneche, primer conde de Guaqui*. Barcelona: Editorial Oliva de Vilanova, 1923.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A herança colonial: sua desagregação". *História Geral da Civilização Brasileira*, vol 3. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

- _____. *Raízes do Brasil*. 26ª ed, São Paulo: Cia das Letras 2009.
- HÜNEFELDT, Christine. "Trasfondo socioeconómico: un análisis sobre los albores de la independencia y las particularidades económicas y sociales andinas de finales de XVIII y principios de XIX." In: Enrique AYALA MORA (coord.) *Historia de América Andina*. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar, 2003.
- HUNT, Lynn. *Politics, Culture and Class in the French Revolution*. Berkeley, 1986.
- JANCSÓ, Istvan. A Construção dos Estados Nacionais na América Latina. Apontamentos para o estudo do Império como Projeto. In: José R. do A. Lapa e T. Szmrecsányi. (org.) *História Econômica da Independência do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. "A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII". In: F. NOVAIS (dir.) – *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, V.I.
- JUST LLEÓ, Estanislao. *Comienzo de la independencia en el Alto Perú: los sucesos de Chuquisaca, 1809*. Sucre: Editorial Judicial, 1994.
- KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de Experiência" e "Horizonte de Expectativa": duas categorias históricas. In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO, 2006.
- LANDAVAZO, Marco Antonio. *La mascara de Fernando VII. Discurso e imaginarios monárquicos en una época de crisis. Nueva España (1808-1822)*. México: El Colegio de México, Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, El Colegio de Michoacán, 2001.
- LIMA, Oliveira. D. *João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 3ª Ed., 1996.
- LYNCH, John. *Las Revoluciones Hispanoamericanas, 1808-1826*. Barcelona: Ariel, 1985.

- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MACERA, Pablo. *El periodismo en la independencia*. In: Trabajos de Historia, t.II:325-342; Lima: Instituto Nacional de Cultura.
- MARTÍNEZ RIAZA, Ascención. *La prensa doctrinal en la independencia de Perú 1811-1824*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1985.
- _____. *La prensa, fuente documental para la independencia hispanoamericana: el periodismo político en Perú (1811-1824)*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana; Ediciones Cultura Hispanica, 1985.
- MARTÍNEZ, A. y CHUST, M. (Eds.) *Una independencia, muchos caminos. El caso de Bolivia (1808-1820)*. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, 2008.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Estudos Brasileiros, v. 22).
- MAZZEO DE VIVÓ, Cristina. "Las vicisitudes de la guerra de la independencia del Perú. 1817-1824". Lima: PUCP/Instituto Riva-Agüero, 2003. Cuadernos de Investigación; 1/2000.
- MC EVOY, Carmen, NOVOA, Mauricio, PALTÍ, Elías (eds). *En el nudo del império. Independencia y democracia en el Perú*. Lima: IEP, 2012.
- Mc EVOY, Carmen. *El motín de las palabras. La caída de Bernardo Monteagudo y la forja de la cultura política limeña (1821-1822)*. Lima: BIRA 23, 1996.
- MONTOYA, Gustavo. *La Independencia del Perú y el Fantasma de la Revolución*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2002.
- MOREL, M & BARROS, M. M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

- MOREL, Marco. *Independência no papel: a imprensa periódica*. Texto originalmente publicado en I. JANCÓS (org.) *Independência: história e historiografia*. Cit. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.ceo.historia.uff.br/c.php?c=artigo&cod=19>, acessado em 12/01/2013.
- MOREL, Marco. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia. Rio de Janeiro: 1820-1840. In: GUERRA, F-Xavier & LÉMPERIÈRE (et al.) – *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México: FCE, 1998.
- MORELLI, Fedrica. "La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América". Nuevo Mundo, Mundos Nuevos (on-line), 2008. Acesso em: <http://nuevomundo.revues.org/index32942.html>
- NIETO VÉLEZ, Armando. *Contribución a la Historia del Fidelismo en el Perú (1808-1810)*. Lima, 1960.
- NOVAIS, Fernando A.. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 4ªed., São Paulo: Hucitec, 1986.
- O'PHELAN GODOY, Scarlett. "El mito de la 'independencia concedida': los programas políticos del siglo XVIII y del temprano XIX en el Alto Perú (1730-1814). In: FLORES G. *Independencia y Revolución 1780-1840*. Tomo 2. Lima: Instituto Nacional de Cultura, 1987.
- O'PHELAN GODOY, Scarlett. "Entre la intendencia de Arequipa y la de Lima: el andaluz Bartolomé de Salamanca y su gestión en el virreinato del Perú." Em: Enrique VILA VILLAR e Jaime J. LACUEVA MUÑOZ. (coord.) *Mirando las*

dos orillas: intercambios mercantiles, sociales y culturales entre Andalucías y América. Sevilla: Fundacion Buenas Letras, 2012.

_____. "El Perú de Abascal: entre la Constitución de Cádiz, la Lima fidelista y la reformulación del espacio virreinal." In: Manuel CHUST e Ivana FRASQUET (eds.). *La patria no se hizo sola. Las revoluciones de las independencias iberoamericanas*. Madrid: Silex ediciones, 2012.

_____. "Por el rey, Religión y Patria, las Juntas de Gobierno de 1809 en La Paz y Quito". In: Boletín de IFEA, Vol. XLIX. Sevilla, 1988.

_____. *La gran rebelión en los Andes: de Túpac Amaru a Túpac Catari*. Cuzco: CBC, 1995.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *A experiência constitucional de Cadis: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo, Alameda, 2013.

PALTI, Elías José. *Revisión y Revolución. Rupturas y Continuidades en la Historia y en la Historiografía*. (HMex, LVIII: 3, 2009).

PALTÍ, Elías. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.

PEASE, Franklin. *Breve Historia Contemporánea del Perú*. México: D.F., Fondo de Cultura Económica, 1995.

PERALTA RUIZ, Víctor. "Elecciones, constitucionalismo y revolución en el Cuzco, 1819-1815". In: Carlos Malamud (ed.). *Partidos políticos y elecciones en América Latina y la península ibérica, 1830-1930*. 2 vol. Lima: Instituto Universitario Ortega y Gasset, 1995.

_____. *En defensa de la autoridad: política y cultura bajo el gobierno del virrey Abascal. Peru, 1806-1816*. Madrid: CESIC, 2003.

- _____. De absolutistas a constitucionales. Política y cultura en el gobierno del virrey Pezuela, (Perú, 1816 – 1820). In: J. Rodríguez (coord.) *Revolución, independencia y las nuevas naciones de América*. Madrid: Cyan, 2002.
- PEREIRA, Sara M.. *D. Carlota Joaquina e os espelhos de Clio*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- PÉRRISTAT, Karine. *Lima fête ses rois (XVIe.-XVIIIe. Siècles): hispanité et américanité dans les cérémonies royales*. Paris: L'Harmattan, 2002.
- PIMENTA, João Paulo G. *De Raynal a De Pradt: apontamentos para o estudo da idéia de emancipação da América e sua leitura no Brasil (1808-1822)*. In: *Almanack Braziliense*. N. 11. Maio/2010. (revista eletrônica).
- PIMENTA, João Paulo G.. *O Brasil e a América Espanhola, 1808-1822*, São Paulo: FFLCH-USP, 2003.
- PIMENTA, João Paulo. "La política hispanoamericana y la crisis del Imperio portugués: vocabulario político y coyuntura." Em: *Brasil y las independencias de Hispanoamérica*. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, 2007;
- PIMENTA, João Paulo. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c. 1780 – c. 1830)*. Tese de livre docência, São Paulo, FFLCH/USP, 2012
- _____. "A Independência do Brasil. Um balanço da produção historiográfica recente". In: CHUST y SERRANO. (Eds.) *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid: Iberoamericana, 2007.
- _____. (comp.). *La independencia del Perú. De los Borbones a Bolívar*. Lima: PUCP – Instituto Riva Agüero, 2001.

- _____. *Brasil y las independencias de Hispanoamérica*. Castellón de la Plana, Publicacions de la Universitat Jaume I, Servei de Comunicació i Publicacions, 2007.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*, São Paulo: Edusp, 2003.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21ª ed, São Paulo: Brasiliense, 2007.
- PUNTE CANDAMO, José Agustín de la. *Notas sobre la causa de la Independencia del Perú*. Lima: P.L.Villanueva, 1970.
- _____. *Teoria de la Emancipación del Perú*. Piúra, Universidad de Piura, 1986.
- QUIROZ, Alfonso. “Estructura Económica y Desarrollos Regionales de la Clase Dominante, 1821-1850.” In: FLORES G. *Independencia y Revolución 1780-1840*. Tomo 2. Lima: Instituto Nacional de Cultura, 1987.
- RIBEIRO Jr, José. O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. In: C. G. MOTA (org.) – *Brasil em perspectiva*. 19ªed. Rio de Janeiro, Bertrand, 1990.
- RIEU-MILLÁN, Marie-Laure. *Los diputados americanos en las Cortes de Cádiz: igualdad o independencia*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.
- RINKE, Stefan H. *Las Revoluciones en América Latina: las vías a la independencia, 1760-1830*. México D.F.: El Colegio de México, 2011.
- RITCHER, Melvin. *Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtliche Grundbegriffe*. History and Theory, vol. 29, nº 1 (feb/1990), Blackewll Publishing for Wesleyan Universisty. p. 38-70.
<http://www.jstor.org/stable/2505203>

- RODRÍGUEZ, Jaime O.. Las primeras juntas autonomistas. 1808-1812, in: G. CARRERA DAMAS (ed.). *Historia de America Andina*, vol 4, Editorial Ecuador: Quito, 2003.
- RODRÍGUEZ, Jaime. *La revolución política durante la época de la independencia. El Reino de Quito, 1808-1822*. Quito: Universidad Andina Simon Bolívar, 2006.
- ROEL PIÑEDA, Virgilio. *Los Libertadores*. Lima: Gráfica Labor, 1971.
- ROSAS LAURO, Claudia. *Del trono a la guillotina. El impacto de la Revolución Francesa en el Perú (1789-1808)*. Lima: IFEA, Embajada de Francia, Pontificia Universidad Católica del Perú, 2006.
- SALAS OLIVARI, Miriam. “Hacia una historia comparada: producción textil y ciclos económicos en España y la hispanoamérica colonial, siglos XVI-XVIII”. Em: Enriqueta Quiroz y Diana Bonnett (coord.). *Condiciones de vida y de trabajo en la América colonial: legislación, prácticas laborales y sistemas salariales*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2009.
- SALVADOR LARA, J. *La revolución de Quito (1809-1822)*. Ecuador: Corp. Ed. Nacional, 1982.
- SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.), *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850, Iberconceptos I*, Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 2009.
- SLEMIAN, Andréa e PIMENTA, João Paulo G.. *A corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SODRÉ, Nelson W. *As razões da independência. 2ª Ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

- SOUZA, Iara Lis. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo: 1780-1831*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- TERNAVASIO, Marcela. *El trono vacante en disputa. Carlota Joaquina de Borbón en el nuevo escenario interimperial, 1808-1814*. Artículo 20/10, apresentado em conferência na UNIFESP, fev/2014.
- URUROZQUI, Marta. “Cuando Charcas devino en Bolivia. Algunas reflexiones sobre el cambio político.” In: I. FRASQUET y A. SLEMIAN (Eds.). *De las Independencias Iberoamericanas a los Estados Nacionales (1810-1850): 200 años de Historia*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2009.
- VALE, Brian. *The Audacious Admiral Cochrane. The True Life of a Naval Legend*. London: Conway Maritime Press, 2004.
- VARNHAGEN, Francisco A. de. *História geral do Brasil*. 10 ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1981.
- VILLALOBOS, Sérgio. *Comercio y contrabando en el Río de la Plata y Chile 1700-1811*. 4.^aed. Buenos Aires, Eudeba, 1986.
- VILLAMAR, Claudio, Mena. *El Quito Rebelde. Historia de Quito de 1809-1812*. Quito: Ed. Abya-Yala, 1997.
- WADDEL, D. A. G.. A política internacional e a independência da América latina. Em: Leslie BETHELL (org.). *História da América Latina*. São Paulo/Brasília, edusp/Imprensa Oficial do Estado/Funag, 2001 (v.III, “Da independência até 1870”)
- WALKER, Charles. *Smoldering Ashes. Cuzco and the creation of republican Peru 1780-1840*. Durhan: Duke University Press, 1999.

WASSERMAN, Fabio - *El Concepto de nación y las transformaciones políticas en Iberoamérica* (1750-1850). In:

<http://foroiberoideas.cervantesvirtual.com/foro/threads.jsp?idparent=0>